

ATA DA 310ª PLENÁRIA ORDINÁRIA do CEAS-MG, REALIZADA EM 20 DE

AGOSTO DE 2025. Aos 20 de agosto de 2025, às nove horas da manhã, na plenária virtual, realizou-se a tricentésima décima plenária ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, coordenada pelo presidente Marcelo Armando Rodrigues. Estavam presentes **os conselheiros/as titulares:** Marcelo Armando Rodrigues, representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Jennifer Danielle de Souza Santos representante do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, Psind, Mayra de Queiroz Camilo, representante da APAE, BH.. Luiz Carlos de Castro Fernandes, representante da Associação Recreativa da Melhor Idade, Armi. Lais Alexandre da Silva representante do CMAS de Ipatinga. Lyzi Saleri Ribeiro, representante do CMAS de Campanha, Elder Carlos Gabrich Junior, representante da Sedese, Nelma Barbonaglia da Silva, representante da Secretaria de Estado da Fazenda, Solimar de Assis, representante da Seplag , Juliana Coelho, representante do COGEMAS. .Estavam presentes **os conselheiros/as suplentes em condição de titularidade:** Wellington Donizete Marques de Lima - “Leon”, representante Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS - Uberaba. Matheus Borges Gonçalves representante do Movimento LGBTQIA+ de Cláudio, Patricia Pinto Valadares, representante da Feapaes, Altair Rabelo, representante da Associação Berg Vingren de Assistência Social - Abvas, Ester Rodrigues Espechit , representante da Sedese, Anna Karla Ribeiro, representante da Seapa, Cristiane Gomes Mattos Dias, representante do CMAS de Campanha, Ernane Gonçalves Maciel, representante do CMAS de Montes Claros. Estavam presentes os **conselheiros/as suplentes:** João Paulo Freire Jardim, representante da Sedese. **Estavam presentes como convidados:** Gabriele Sabrina da Silva, Marcela Santos, Mariana de Resende Franco, Sofia Benfica, Roberta Figueiredo representantes da Sedese. **Stefany, Secretaria Executiva:** Bom dia a todos. Iniciamos a gravação. **Poliana, Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. Bom dia a todos. “Termo de Posse. Aos 20 de agosto de 2025 compareceu perante o Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Minas Gerais, a fim de tomar posse no referido conselho, na qualidade de membro titular, Lyzi Saleri Ribeiro, representante da sociedade civil pelo CMAS de Campanha para mandato a partir de 21/3/2025 a 17/12/2025. Assim, nos termos do art. 85 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CEAS nº 866/2024, a conselheira presta o compromisso de atuar em conformidade com a Política de Assistência Social e suas normativas, bem como zelar pelo fortalecimento do controle social no estado de Minas Gerais, respeitando-se a diversidade, a pluralidade, a liberdade de opiniões e crenças, a realidade da população e condições de vida e trabalho. Lyzi representa o CMAS de Campanha no segmento de usuários”. **Marcelo, OAB:** Então esteja empossada, viu, Lyzi? Que você então... É Marcelo Armando, presidente do CEAS, representando a Ordem dos

Advogados do Brasil, subseção Congonhas. Torna-se então empossada-- **Luiz Carlos, Armi:** Pessoal, não estou ouvindo nada. Está baixo demais esse negócio aí. **Mayra, Apae-Bh:** Luizão, será que não é o seu, não? Aqui está ótimo. Eu tive até que diminuir o volume do *notebook*, porque estava até bem alto. **Marcelo, OAB:** É, o nosso também, viu, Luizão? Aqui é Marcelo. Bom, então Lyzi, sintase empossada, que você complete essa gestão com muita contribuição aqui para o conselho, viu? Se você quiser **Lyzi, Cmas de Campanha:** Agradeço. É um prazer **Marcelo, OAB:** Se você quiser se manifestar... você querendo manifestar, fique à vontade. Peço que quando você... todas as vezes que você for manifestar, que você diga seu nome, por gentileza, porque está gravando. **Lyzi, Cmas de Campanha:** Está bem. Lyzi Saleri, representante do CMAS da cidade de Campanha. Quero agradecer as boas-vindas. E espero poder contribuir de forma efetiva aí com o conselho. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado. Marcelo. Pois não. Inicie então a chamada, por favor. **Poliana, Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. Representando o Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND, Jennifer Danielle Souza Santos. Representando a Ordem dos Advogados do Brasil-MG, Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo, OAB:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Representando o Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais, CRESS-MG, Ludmila Lamartine de Souza. Ela justificou a ausência. Representando o Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas, SINTIBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. Representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo. **Mayra, Apae-Bh** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Representando o Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. Ela justificou a ausência. Representando o Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. Representando a Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, Armi:** Olha, eu estou com muita dificuldade. Estou presente. Estou com muita dificuldade com o áudio aqui. Já olhei aqui no meu. Eu vou esperar o meu menino chegar aqui para ver se melhora aqui, ver o que está acontecendo. Para mim está muito baixo o áudio aqui. É a primeira vez que isso acontece. E eu não sei se é do meu celular, não, mas está muito baixo. Estou presente. **Ester, Sedese:** A sua voz a gente está ouvindo muito bem. Está bem alta e nítida. **Marcelo, OAB:** Continue, por favor. **Poliana, Secretaria Executiva:** Representando ABVAS, Altair Rabelo. Representando o Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália Ribeiro... Anália Romeiro de Paula. Representando Federação das Associações... da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) de Belo Horizonte, Patricia Pinto Valadares. **Patrícia, Feapaes:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Assume a condição de titularidade. Representando CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. Ela está presente aí. Ela está como "Bolsa-Família", entrou como "Bolsa-Família". Representando o CMAS de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. **Lyzi, Cmas de Campanha:** Presente. **Poliana, Secretaria**

Executiva: Representando o CMAS de Guanhães, Juscelino Mamedes Nunes. Representando o CMAS de Teófilo Otoni, Macielle Cristina Botelho Vital. Ela justificou também. Representando o Coletivo Flores de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. Também justificou. Representando a Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. Também justificou a ausência. Representando o Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS Uberaba, Wellington Donizete Marques de Lima, o Leon. **Wellington, Fmldu-Suas Uberaba:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Assume a condição de titularidade. Representando o Movimento LGBTQIA+ de Cláudio, Matheus Borges Gonçalves. **Matheus Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Presente **Poliana, Secretária Executiva:** Assume também a condição de titularidade. Representando a SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Representando a SEDESE, João Paulo Freire Jardim. **João Paulo, Sedese:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Representando a SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. A Érica justificou também. Então, João Paulo, ele assume em condição de titularidade. Representando a SEDESE, Ester Rodrigues Espechit. **Ester, Sedese:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Representando a SEAPA, Anna Karla Ribeiro Silva. **Anna, Seapa:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Assume a condição de titularidade. Secretária de Estado de Educação, Cleuza Maria de Oliveira. Representando a Secretária de Estado de Educação, Vania Lúcia de Almeida. Representando a Secretária de Estado da Fazenda, Nelma Barbonaglia da Silva. **Nelma, SEF:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Representando a SEPLAG, Solimar Assis. **Elder, Sedese:** Ela **Poliana, Secretária Executiva:** Ela justificou que iria atrasar, né? Isso. **Elder, Sedese:** É. **Poliana, Secretária Executiva:** Representando a SEPLAG, Thomás Pereira de Sá Carvalho. Ele também justificou a ausência. Secretária de Estado de Saúde, a Cristiane Aguiar Vieira, ela também justificou ausência. Secretária de Estado de Saúde, a Letícia Dufloth Bianchini também justificou ausência. O COGEMAS, a Juliana Coelho, também justificou ausência. COGEMAS, Paulo Henrique Souza, também justificou ausência. CMAS de Ipatinga, Flavio Christian de Assis Miranda, também justificou ausência. CMAS de Coronel Fabriciano, Karla Martins Carvalho, também justificou ausência. CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane, Cmas de Campanha:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Assume a condição de titularidade. CMAS de Montes Claros, Ernane Gonçalves Maciel. Só um momento. **Marcelo, OAB:** João Paulo? **João Paulo, Sedese:** Oi? Não, é só para chamar a atenção. Ô, Poli, eu sou o suplente do Elder. É a Ester que assume a condição de titularidade da Érica. **Poliana, Secretária Executiva:** Verdade. Vou fazer a correção aqui. **João Paulo, Sedese:** Muito obrigado. **Poliana, Secretária Executiva:** Por nada. **Marcelo, OAB:** Marcelo, OAB. Após a leitura, outros conselheiros entraram que não foi feita a leitura dos nomes? Por gentileza. **Stefany, Secretária Executiva:** Não, não teve mais a entrada de nenhum

conselheiro. **Marcelo, OAB:** Ah, pois não. Então, quantos conselheiros nós temos presentes, por favor? **Poliana, Secretaria Executiva:** Nós temos 13 conselheiros presentes. **Marcelo, OAB:** Então nós já temos condições de... 50% mais um. Vamos à pauta então, por favor. Assim que for chegando... assim que forem chegando conselheiros, informe, por favor. Apreciação e votação da Ata da Plenária 308/309. Se ninguém... não tendo ninguém que manifeste... Se tiver, por favor. Se não, aprovada então a Ata da plenária... das Plenárias 308 e 309. Verificação do quórum, qualificação e habilitação de conselheiro, apresentação de justificativa de ausência já foi feito. Aprovação ou alteração da pauta com a inclusão de pontos ou informes. A pauta nossa está assim: Resolução *ad referendum* nº 12, Resolução *ad referendum* nº 13, informes, uma declaração do conselheiro Flavio. E a pauta: revisão do Plano Plurianual de ação governamental, minuta de resolução, apresentação da Lei Orçamentária Anual 2026, minuta de resolução com os encaminhamentos. Encaminhamentos. É, bom, terceiro, emenda do deputado Lincoln Portela, minuta de resolução; quatro, andamento da licitação do local onde será realizada a Conferência Estadual. Tirou processo eleitoral? **Stefany, Secretaria Executiva:** Ele vai entrar antes, Marcelo, na pauta. É o primeiro ponto. **Marcelo, OAB:** Ah, ok. E apresentação das comissões temáticas. Pelo visto, aqui, por enquanto, a de Orçamento tem súmulas de reunião on-line. Comissão de Monitoramento não tem, Comissão de Política tem súmula... Ok. É isso. Então vamos lá. [Podem subir, por favor.] **Stefany, Secretaria Executiva:** A Solimar entrou, viu? **Marcelo, OAB:** Ah, pois não. Então vamos lá. [Sobe só para eu ver aqui. Sobe mais um pouco. Isso.] Inclusão de ponto ou informe? Patricia. **Patrícia, Feapaes:** Eu queria ver se a gente fazia um encaminhamento porque está tendo uma discussão na Assembleia Legislativa, que é o Fórum Técnico Minas Sem Miséria, que vai falar um pouco da questão dos recursos do FEM também, né? No eixo... E essas discussões começaram tem duas semanas, e o prazo para colocar propostas é até sexta-feira. Então eu queria ver se a gente podia debruçar em alguma proposta, que é que vai ser levada ao estado, para que a gente possa reduzir a miséria, né? Então, assim, tem vários eixos, né? Eles estão me encaminhando a respeito do Diversidade, Assistente Social e Saúde e falaram que até sexta-feira a gente poderia estar encaminhando sugestões. **Marcelo, OAB:** Tá. E a sua... é pauta ou informe? Pauta? **Patrícia, Feapaes:** Marcelo, eu acho que se alguém tiver alguma proposta que a gente possa fazer um encaminhamento para eles até sexta-feira, eu acho que seria importante, mas é mais um informe, né, que... **Marcelo, OAB:** Ok. Sim, é um informe, e a gente... havendo alguma proposta, a gente coloca aqui para deliberação. É Bolsa-Família, CadÚnico? É Lais, seria? **Poliana, Secretaria Executiva:** É Poliana, Secretaria Executiva. É porque a Lais enviou no chat uma sugestão... ela enviou no chat uma solicitação de incluir um ponto sobre as visitas do Cadastro Único, e ela está falando que está sem áudio. **Marcelo, OAB:** Ok. **Poliana, Secretaria Executiva:** É sugestão de inclusão de pauta. **Marcelo, OAB:** Então inclui, por

favor. Não... Tem mais alguém para inclusão de pauta ou informe? No silêncio, eu vou entender que está aprovada então a pauta e os informes, ok? Quem não concordar, por favor, levanta o crachá se for... Ó, levanta o crachá. Marque, por favor, um sinal aí para a gente poder entender se... que está contrário ou a favor sempre que a gente for deliberar sobre os pontos. Já temos quórum, por favor? Que eu estou vendo gente entrando aí. **Poliana, Secretária Executiva:** Sim, Marcelo. **Marcelo, OAB:** Já temos 14? Ok. Então, primeiro ponto é a resolução *ad referendum* do processo eleitoral. Essas resoluções foram... elas foram discutidas por todos nós, tanto no... passou pela Comissão Eleitoral. E diante do adiantado do tempo que tínhamos, né, tivemos de fazer essa resolução com acréscimos de alguns pontos que foram necessários pelas decisões da Comissão Eleitoral. Representação da Comissão Eleitoral, por favor. É Patricia? **Patrícia, Feapaes:** A gente discutiu, né, a Comissão Eleitoral estava lá em Poços de Caldas, a gente fez uma reunião de urgência em relação ao prazo que estava disposto pela resolução, a gente ampliou mais uma semana. As alterações que a gente fez foi em relação a esse prazo. A gente também fez uma alteração diante de uma demanda do FORMEAS, que era mostrando a diferenciação das entidades de assessoramento e de atendimento, né, e a gente manteve, mas a maior alteração que foi discutida foi na questão da participação de maior dos conselhos municipais. A gente foi questionado verbalmente em relação a isso. E para garantir maior diversidade da participação dos conselhos, a Comissão Eleitoral, ela decidiu que a gente... que as inscrições dos conselhos seriam ou para governamental ou para a sociedade civil, e não mais para as duas vagas, de forma que a gente teria um quantitativo maior de conselhos no CEAS e a gente teria uma maior diversidade de representante, pegando diversos municípios. Então essas foram as alterações. A comissão, ela vai se reunir hoje à tarde já para analisar as habilitações. A gente recebeu 43 inscrições, e aí após essa reunião de hoje a gente pode dar mais informações dos habilitados e dos não habilitados. **Marcelo, OAB:** Ok. Luizão. **Luiz Carlos, Armi:** Era justamente isso. Não sei... o áudio está saindo aí? **Marcelo, OAB:** Está, está ótimo. **Luiz Carlos, Armi:** É, porque eu estou apanhando esse trem aqui. Mas tá bom. Então, mas a Patricia já colocou aí justamente. Foi isso, né? Houve um questionamento dentro da sociedade civil porque não houve essa discussão dentro da sociedade civil, foi uma decisão tomada pela comissão, né, e depois encaminhada aí para a Mesa Diretora, onde saiu essa decisão *ad referendum*, mas houve uma insatisfação porque não houve essa discussão, né? Ela passou direto. Ela veio da comissão, já foi para a Mesa Diretora, e lá já foi decidido, e aí acabou atingindo, e a gente sabe muito bem, por exemplo, a cidade de Ipatinga, que tinha as duas representatividades aí, agora não mais; só pode ter uma. Inclusive, já recebi também pessoas assim: “Mas por que então nas entidades?”. Por exemplo, Belo Horizonte tem mais de uma inscrição de entidades, enquanto que muitas vezes em outros municípios não tem nenhuma, né? Tipo, assim, por que só limitar os conselhos municipais que não pode fazer as

duas inscrições, sociedade civil e governo, e sim só um segmento? Só queria trazer isso aqui para ficar registrado, porque realmente houve essa insatisfação de não haver a discussão prévia deste assunto. Foi uma decisão da comissão, né, que foi encaminhado para a Mesa Diretora, e nós da Mesa Diretora, eu faço parte da Mesa Diretora, tomamos a decisão *ad referendum*, que está aí na... está aí hoje na plenária. Mas dizer que houve, sim, uma insatisfação porque não houve essa discussão lá, né? Foi direto. Só isso. **Marcelo, OAB:** Elder. **Elder, Sedese:** Elder. Gente, só um ponto. É que o pessoal da comissão falou que vai se reunir hoje para analisar as candidaturas. Só lembrar de na hora de fazer isso, analisar principalmente candidaturas de pessoas que já foram do CEAS, porque nesse nosso mandato atual teve muita gente que participou de uma parte do mandato, depois saiu, anterior também. Só para lembrar da questão dos dois mandatos para pessoa, né? Para instituição não ficou, mas para pessoa continua valendo a vedação. **Marcelo, OAB:** Carlos, Patricia... Patricia, está inscrita ainda? **Patrícia, Feapaes:** Estou. Ô, Luizão, eu entendo. A gente fez até uma discussão depois na sociedade civil, mas o prazo estava muito curto. A Mesa Diretora iria se reunir na sexta-feira, o prazo de finalização do processo eleitoral terminava no domingo, e aí a gente conseguiu reunir as pessoas em Poços de Caldas na quinta à noite. Então, se a gente não tivesse essa resolução, a gente teria que ter fechado o processo eleitoral já no domingo, porque a gente não conseguiria tempo hábil para a Mesa Diretora fazer o *ad referendum*, e aí a gente não conseguiria levar para plenária também, porque na plenária, que era hoje, a gente já teria passado a finalização do processo eleitoral. Então, realmente o prazo foi muito curto, a Comissão Eleitoral teve que fazer a decisão, né? Eu entendo que a Comissão Eleitoral tem uma... ela pode fazer isso, em todo o processo a Comissão Eleitoral colocou isso para a sociedade civil, quis levar para a sociedade civil a participação, mas nesse momento a gente não conseguiu fazer isso por causa do prazo, ele estava muito curto, e aí a gente teve que dar uma... fazer uma decisão final. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado. Poliana **Poliana, Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria. Gente, não vão esquecer de falar os nomes, não, que está sendo gravado. Nós vamos produzir a Ata, viu? Não esqueçam, por favor. É só para informar que o Altair entrou. Aí a Patricia, ela sai da condição de titularidade, está bem? **Marcelo, OAB:** E, Poliana, pelo que eu vi, Jennifer também entrou. **Poliana, Secretaria Executiva:** Jennifer também. **Marcelo, OAB:** Isso. Você está inscrito ainda, Luizão? Se não, abaixa a mão aí, por favor. Bom, feitas as manifestações, eu vou fazer a leitura... nós vamos à leitura da resolução *ad referendum*, e peço que a gente... se vocês todos estiverem de acordo, somente nos pontos que foram alterados da resolução. Por gentileza. **Stefany, Secretaria Executiva:** Marcelo, posso projetar a resolução toda? **Marcelo, OAB:** Pois é, pode projetar, mas aí se todos estiverem de acordo, eu só vou fazer a leitura... **Stefany, Secretaria Executiva:** Tá. **Marcelo, OAB:** Daquela... da parte que foi alterada. É a resolução então *ad referendum* nº 12, de 11 de julho de 2025, que dispõe sobre o

regulamento do processo eleitoral de composição do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais para o mandato de 25-27. Então, por gentileza. Pois não, Elder. **Elder, Sedese:** Não, não, não. Pode deixar. Eu vi um negócio aqui, mas agora já entendi. **Marcelo, OAB:** Tá. Então, resolve: “Disposições preliminares”. É o art. 1º que alterou, gente? É que aqui não está marcado. **Stefany, Secretaria Executiva:** Não, não foi, não, Marcelo. **Marcelo, OAB:** Ah. **Stefany, Secretaria Executiva:** Só um minutinho, que eu vou projetar a *ad referendum* 13, que foi a que alterou a Resolução *ad referendum* 12. **Marcelo, OAB:** Ah, pois não. **Stefany, Secretaria Executiva:** Está ok? **Marcelo, OAB:** Está ok. Então, só... é Marcelo, OAB. Esclarecendo então aos conselheiros, a Resolução 12, ela vai... ela também é *ad referendum* porque ela está acrescentando o que foi alterado na Resolução 13. A Resolução 13 *ad referendum*, ela é de 8 de agosto de 2025. “Altera os arts. 8º, 10, 14 e o Anexo 1 da Resolução *ad referendum* nº 12, de 11 de julho de 2025, que regulamenta o processo eleitoral de composição do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais para o mandato 2025-2027, ficando prorrogado o prazo para a realização das inscrições”. Vou passar os considerandos. “Resolve. Art. 1º: Alterar os arts. 8º, 10 e 14, bem como o Anexo 1 da Resolução *ad referendum* nº 12, de 12... de 11 de julho de 2025, que regulamenta o processo eleitoral da composição do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais para o mandato 2025-2027. Art. 2º: Acrescenta-se o § 2º ao art. 8º, renumerando-se o atual Parágrafo Único como § 1º, passando os referidos parágrafos a vigorar com a seguinte redação. Art. 8º, § 1º: Os conselheiros e/ou conselheiras indicados para a representação da sociedade civil de que trata o inciso II deverão observar a seguinte ordem de prioridade para a sua indicação: usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras e entidades e/ou organizações de assistência social”. § 2º: Para garantir a maior diversidade dos Conselhos Municipais de Assistência Social, cada conselho interessado poderá concorrer a uma única vaga, escolhendo ocupar a vaga governamental ou a vaga da sociedade civil. Art. 3º: O art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação. ‘Art. 10: As inscrições deverão ser feitas por requerimento de habilitação de preenchimento virtual via formulário a partir do dia 21 de julho de 2025 até às 23h59 do dia 17 de agosto de 2025, horário de Brasília, devidamente preenchido no prazo estabelecido pelo Anexo 1’. Art. 4º: A alínea ‘f’ do art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação. Art. 14, alínea ‘f’: ‘Relatório de atividades referentes aos dois últimos exercícios 24 e primeiro semestre de 2025 em que se verifique’. Art. 5º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 8 de agosto de 2025. Marcelo, presidente”. Alguém... Em discussão. Não havendo quem queira discutir, pela aprovação. O silêncio pressupõe aprovação. Bolsa-Família, Lais. Pode falar, Lais. Ah, a Lais colocou aqui: “Não concordei com a forma como foi realizado e, por esse motivo, voto contra”. Mais alguém quer manifestar, por favor? Então tivemos um voto contra à resolução, e os demais favoráveis. Aprovada a Resolução nº 13... nº 12 com os acréscimos da Resolução nº 13 *ad referendum*.

Patricia. **Patrícia, Feapaes:** Vou fazer só uma observação, e eu acho que a gente tem que pensar, Marcelo, até para ficar registrado **Poliana, Secretaria Executiva:** Pessoal, desculpa de novo. Não esqueça de falar o nome. Está sendo gravado. **Patrícia, Feapaes:** Patricia. Patricia, FEAPAES. Quando a gente discutiu também em relação do CMAS, a gente fez a seguinte observação: se uma pessoa que está no CMAS representa o CMAS, por que ela indica duas pessoas, enquanto os outros entes indicam apenas um, né? Então... Por exemplo, a entidade, ela só pode indicar um trabalhador, né, dependendo do fórum, só pode indicar um, os outros representantes, seja de secretarias ou não, os usuários, só podem indicar um. O único que estava podendo indicar dois em uma mesma representatividade era o conselho, né? Então eu acho que a gente também tem que refletir isso. Não que eu não concordava, mas a representatividade de um único conselho estava sendo feita por duas pessoas. Em determinados momentos, essas duas pessoas estavam votando de forma diferente. Então a gente também tem que pensar como é que fica essa representatividade. **Marcelo, OAB:** Ok. Você só está esclarecendo a motivação, mas a resolução foi aprovada. **PATRICIA:** Isso. **Marcelo, OAB:** Foi aprovada, com um voto contra da conselheira Lais. [Próximo ponto de pauta, por favor.] **Poliana, Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. O Altair levantou a mão. **Marcelo, OAB:** Quem? Ah, pois não, Altair. **Poliana, Secretaria Executiva:** Altair. **Altair, Abvas:** Gente, bom dia a todos E quero aqui pedir desculpa do atraso aí. Acabou dando um imprevisto aqui, não consegui entrar às 9h, mas estou aí presente com vocês. Era só para dar essa notificação. Obrigado aí. 'Tamo junto'. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado, Altair. [Próximo ponto de pauta, por favor, coloquem aí.] **Mariana, Sedese:** Mariana, SEDESE. A próxima... O ponto agora é PPAG, Poli. Secretaria Executiva? **Poliana, Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. Isso. **Mariana, Sedede:** Aí vai começar pela apresentação da SEDESE ou já pelo encaminhamento da comissão? **Marcelo, OAB:** Marcelo, OAB. A comissão reuniu, e ela tem os encaminhamentos dela, né? Como caminha a Comissão, por favor, de Orçamento? **Ester, Sedese:** A comissão, ela, né, tanto o PPAG quanto a LOA, né? Foi feita a apresentação pela SEDESE, foram levantadas as dúvidas, foram discutidas, dirimidas, né? Na reunião da LOA, que foi a primeira, nós propusemos um ofício que deveria ser encaminhado ao grupo coordenador do FEM, apresentando a proposta que foi apresentada pela SEDESE, que a os CEAS encaminhasse essa proposta para o grupo coordenador do FEM. **Marcelo, OAB:** Ok. Está fechado então. Alguém mais quer manifestar? Jennifer, por favor. **Jennifer, Psind:** Então, é importante, NÉ? Acabou que a gente não conseguiu... porque foi até uma questão que a gente discutiu no grupo para não apresentar um parecer da comissão, a gente... teve a... Eu entendi que agora a gente está falando sobre o PPAG ou a LOA? **Marcelo, OAB:** Os dois, né? Marcelo, OAB. Os dois. Vocês estão conversando. A Ester apresentou sobre os dois pontos, PPAG e LOA. **Jennifer, Psind:** Entendi. Sobre a LOA, não foram apresentados pelo governo os valores ainda que vão para

proposta, né, para Assembleia. **Mariana, Sedese:** Jennifer, dá licença? Marcelo, só questão de ordem. É porque na pauta que vocês apresentaram e que a Secretaria Executiva projetou tem primeiro a revisão do PPAG e depois a LOA, porque são assuntos diferentes, e eu acho que a gente precisa detalhar um a um, tá? É porque tem que ter a análise e aprovação de forma separada. Desculpa, tá. Jennifer, mas eu acho que é para ajudar na organização aqui. São coisas bem diferentes. **Jennifer, Psind:** Então está certo. Eu acho que o PPAG deve ser passado aí, uma apresentação geral, para que a gente possa discutir aqui, e aí depois então a gente vai para o próximo ponto. **Marcelo, OAB:** Ok. É Marcelo, AB. Eu concordo com a Mariana, acato. Mas só para esclarecer, porque na fala que eu pedi da comissão, a comissão iniciou com os dois pontos, né? Mas a pauta mesmo é o ponto 1, é a revisão do PPAG. Então, por gentileza, iniciem. **Roberta, Sedese:** Bom dia, gente. Roberta, SEDESE. **Marcelo, OAB:** Bem-vinda, Roberta. **Roberta, Sedese:** Eu vou pedir para a Sofia colocar a apresentação. Ela já colocou aí. A Sofia já está fazendo a apresentação aqui da revisão do PPAG, tá? O que nós fizemos aqui, para a gente otimizar o tempo, que a gente sabe que o grupo hoje está reduzido, com muitas pautas orçamentárias (interrupção no áudio) também, né, com o tempo reduzido de plenária, então a gente trouxe aqui os pontos que... onde a gente consolidou as alterações. A gente está falando do PPAG, gente, do processo de revisão. O Plano Plurianual, ele tem quatro anos, né, ele tem essa vigência maior, e aí anualmente abre-se o prazo para revisão do PPAG. Então a gente vai destacar aqui os pontos onde nós estamos sugerindo alterações, tá, para... porque o PPAG... eu acho que todo mundo aqui já conhece, a gente já discutiu anteriormente, ele está publicado, né? Então a gente vai focalizar nessas alterações, tá bom? [Pode passar, Sofia, por favor.] Aqui, gente, na ação do Aproximação SUAS, a sugestão é uma alteração simples na terminologia, que é só uma alteração para... nos critérios de seleção do programa em relação ao ciclo 3, tá? “Seleção de territórios a serem incluídos no Aproximação SUAS com base nos critérios de seleção do programa”, que aí, assim, o critério que for definido nos percursos gerais altera aí. Foi só mais um ajuste de forma para esclarecimento da ação. Na Ação 4.025, foi incluído no título da ação “Apoio ao Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, Idosas e Suas Famílias”. Foram incluídos esses dois pontos aqui, idosos e suas famílias, tá? [Pode passar.] Aqui, gente, na descrição da ação do apoio ao Centro-Dia, na finalidade, descrição, essa ação, lembrando a todos aqui, ela foi criada em 2020 e... para 2024 pela Assembleia Legislativa, né, formação criada na Assembleia por emenda parlamentar, e tinha lá: “Criada pela emenda parlamentar número tal”. Aí tinha uma... a parte de descrição ainda estava com essa referência. Foi solicitado pela equipe técnica da SEDESE, da assessoria estratégica da SEDESE, que fosse incluída uma descrição, que fosse regularizado isso. Então a gente foi verificar a finalidade. O que estava na finalidade era muito parecido com a descrição, então foi... o conteúdo foi passado para a parte de descrição e foi incluída uma finalidade aqui mais específica, mais

redondinha, que ficou da seguinte forma: “Finalidade: qualificar o atendimento socioassistencial especializado para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias em unidades de Centros-Dia de Referência, promovendo o apoio dos cuidados e atividades a pessoas com deficiência e idosas que dependem de terceiros para atividades básicas do dia a dia, como alimentação, higiene, locomoção, bem como orientando as famílias dessas pessoas, reduzindo o estresse e a sobrecarga decorrentes do cuidado prolongado”. [Pode passar, Sofia.] Aí o detalhamento da implementação. Foi incluído aí repasse de recursos, monitoramento e prestação de contas e apoio técnico para execução do serviço. [Pode passar.] A base legal, também foi retirada essa lei federal do SINASE, que era... que institui o sistema socioeducativo. [Pode passar.] **Sofia, Sedese:** A Patricia levantou a mão. É sobre a ... **Roberta, Sedese:** A gente pode... Aí eu vou dar **Patrícia, Feapaes:** É isso que eu queria saber, se vai fazer tudo ou depois. Porque eu tenho intervenção, mas eu posso esperar até o final. **Roberta, Sedese:** Patricia, se a gente pudesse passar tudo e depois falar, eu acho que a gente daria mais agilidade, se não for um incômodo para vocês, tá? Eu aqui faço do jeito que vocês quiserem. **Marcelo, OAB:** Isso. Marcelo, OAB. Então, seguindo dessa forma, Roberta, aquele conselheiro que quiser fazer algum destaque, então ele anota o item específico para poder voltar, tá bom? **Roberta, Sedese:** Perfeito. **Marcelo, OAB:** Ok. Obrigado. Pode continuar, Patricia. Não, Patricia não. Roberta. **Roberta, Sedese:** Tá bom. Na descrição, gente, então aqui... Aí a descrição é: “Ampliação, qualificação, manutenção e cofinanciamento da oferta de serviços de proteção social especial...”. Ah, não, aqui já está na média complexidade. Então lá na 4.025, o que estava como finalidade foi para descrição, né, Sofia? **Sofia, Sedese:** Isso. **Roberta, Sedese:** E aí a gente acrescentou... [volta lá na página da finalidade.] E aí a gente acrescentou essa descrição da finalidade, “qualificar o atendimento socioassistencial” aí para... como finalidade. A gente só fez esse ajuste, esse acréscimo, e adequou o que estava como finalidade para o campo descrição. [Pode passar, por favor.] Já na proteção... na Ação 4.429, da proteção social especial de média complexidade, aí estava repetindo tipificados, estava... e a gente também incluiu aí: “incluindo estratégias de oferta consorciada e execução de trabalho social com famílias por equipes de referência da proteção social especial”, tá, na hora da ampliação, qualificação, manutenção e cofinanciamento. A gente... foi incluída essa parte. Essa é qual campo, Sofia? **Sofia, Sedese:** É implementação. **Roberta, Sedese:** Na implementação, foi incluído também “qualificação e fomento a estratégias de oferta do trabalho social com famílias por meio de equipes de referência da PSE em municípios sem CREAS” e foi retirado o “rever e executar o plano de regionalização”, porque isso já foi revisto no ano passado, foi concluída a revisão do plano de regionalização. [Pode passar.] Na parte já da-- **Sofia, Sedese:** Base legal. **Roberta, Sedese:** Da base legal, foram incluídas as seguintes resoluções: Resolução CEAS 861, 859... que aprova os critérios de elegibilidade e partilha para expansão do cofinanciamento continuado,

que foi aquele da expansão dos CREAS, né, dos 68 CREAS; a que aprovou o reordenamento de Águas Formosas e a resolução SEDESE que regulamenta o cofinanciamento de CREAS, tá, municipais. Aqui é a Resolução SEDESE 88, que é porque a gente nesse... na revisão do ano passado, isso tudo foi feito posterior à revisão do ano passado. [Pode passar.] Já na ação de proteção social especial de alta complexidade, foi incluído “garantia do cofinanciamento...” na descrição: “garantia de cofinanciamento para a oferta de serviço de acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes, garantia de oferta de serviço de acolhimento para adultos e famílias em abrigos institucionais/casas de passagem para migrantes e refugiados”. Nessa ação aqui vocês vão ver que vão ter várias adequações que são relativas à inclusão das pactuações que foram feitas no final do ano passado, que é de Família Acolhedora e migrantes. Então foi colocado na descrição... [Pode passar, Sofia.] Na especificação do produto também foi incluído, adultos e famílias... [Volta. Estava na tela certa. Mudou, Sofia.] Adultos e famílias migrantes, então foi incluído também. No detalhamento da implementação, também foi... Aí tem... estava “apoio técnico aos municípios e unidades de acolhimento indicadas por este”. A gente alterou para “pelos municípios” para dar clareza. Foi retirado também o plano de regionalização, porque já foi concluído, né? A gente foi... foi realizada essa etapa já. “Monitoramento do serviço de acolhimento em Família Acolhedora para crianças” foi incluído, e adolescentes, “apoio técnico aos municípios que ofertam esse serviço, repasse mensal de recursos ao município” e também relativo aos adultos e famílias em abrigos institucionais/casas de passagem para migrantes refugiados, “apoio técnico aos municípios que ofertam serviços, repasse mensal de recursos ao município”, que foi inclusão das etapas para o Família Acolhedora e migrantes. Então a gente teve aqui mais um momento que a gente faz essa adequação, né, de inclusão do Família Acolhedora e migrantes. [Pode passar.] Incluídas também as normativas referentes à Família Acolhedora e migrantes, tanto resoluções CEAS como resolução SEDESE. Resolução CEAS nº 863/2024, Resolução SEDESE nº 94/2024. [Pode passar.] Piso Mineiro de Assistência Social. Foi incluída a Resolução SEDESE 84/2024, que regulamenta o repasse do Piso Mineiro de Assistência Social, né, foi alterada, a Resolução SEDESE 11/2025, que altera a resolução do Piso com... trazendo os novos valores, e a Resolução CEAS 868, que aprova os critérios para atualização dos valores que subsidiam essa Resolução 11/2025. Então, em relação ao Piso é isso. Já na ação de gestão da Política Estadual de Assistência Social, foram incluídos aqui os recursos, “executar os recursos repassados pelo Anexo 7 do Acordo Judicial do Rio Doce, que define a implementação de ações e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”. Está tendo essa discussão do Acordo Judicial do Rio Doce. Nós temos a previsão de recursos em dois anexos, Anexo 7 e Anexo 12. No Anexo 12, ele é específico para atendimento aos 38 municípios que foram atingidos pelo rompimento da barragem. Então, para esse anexo foi sugerida uma nova ação, que vai ser nossa próxima tela. No

Anexo 7, ele é mais amplo, porque ele prevê ações de fortalecimento do Sistema Único em geral. Ele não é diretamente focalizado somente e exclusivamente para os 38 municípios. Então a gente achou, para fazer o adequado acompanhamento, é melhor deixar esse recurso mais geral na ação de gestão e a sugestão... e os recursos específicos para acompanhamento exclusivo dos 38 municípios em uma nova ação, que a gente vai sugerir a criação na próxima tela. [Pode passar, Sofia, por favor.] Aqui também... Já na gestão da política estadual, gente, também foi incluído, tá? Antes de passar para a nova ação, foram incluídos também no detalhamento da implementação “fortalecer o apoio técnico e financeiro dos 853 municípios mineiros”. [Pode passar também.] E na base legal, foi incluído o acordo judicial para reparação integral do rompimento da barragem do Fundão, tá, que... Aí o quê, gente? Então, na ação de gestão foram aquelas... essas alterações de inclusão do Anexo 7, e aqui a gente entra com uma proposta de uma nova ação. Ela não tem número, só depois de aprovado, incluído no sistema, que gera um número automaticamente para a gente, tá? Então essa nova ação se chamaria Fortalecimento do SUAS na Bacia do Rio Doce. Qual é a finalidade? “Qualificar e estruturar a gestão e os serviços socioassistenciais nos 38 municípios que compõem a Bacia do Rio Doce e que foram atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão (Mariana, 2015), atingidos pelo acordo judicial celebrado em 2024 para reparação integral e definitiva. Descrição: contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social nos municípios atingidos. O projeto Fortalecimento do SUAS na Bacia do Rio Doce atuará em dois eixos: I, fortalecimento do atendimento da rede socioassistencial, com execução de um plano de melhorias para suplementação temporária de equipes técnicas, construção de reformas e unidades públicas da rede socioassistencial ou aquisição de bens materiais permanentes ou de consumo para adequação dos equipamentos públicos para a oferta de serviços socioassistenciais; e II, oferta de capacitação continuada em gestão na modalidade de supervisão técnica aos trabalhadores, conselheiros e gestores de assistência social dos municípios, além desses eixos contemplados no Anexo 7, Lista 2 (Iniciativas Estaduais - socioeconômico e compensatório) do acordo judicial”, que são os tópicos que citam os nossos recursos no acordo judicial. “Público-alvo: famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos dos 38 municípios da Barra do Rio Paraopeba abrangidos pelo acordo. Produto: município apoiado”. [Pode passar, Sofia.] Detalhamento da implementação, gente. Aí quais seriam as etapas? “Pactuação e aprovação do projeto na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e no Conselho Estadual de Assistência Social” como primeira etapa; “contratação de postos de trabalho MGS para equipe de gestão do projeto na Subsecretaria de Assistência Social da SEDESE (gerente e analistas técnicos); elaboração de ato normativo (resolução) regulamentando a operacionalização do projeto e execução dos recursos; ações de mobilização dos municípios sobre o projeto; preenchimento dos instrumentos de pactuação e planejamento da execução do recurso (termo de aceite,

plano do serviço, convênios); realização dos repasses dos recursos aos municípios com instrumentos de pactuação aprovados; contratação de prestação de serviço ou celebração de parceria para realização das ações de supervisão técnica e capacitação aos municípios; início da execução dos recursos pelos municípios, conforme planos pactuados envolvendo aquisição de veículos, bens permanentes, consumo, custeio, construção, reforma e/ou aquisição de imóvel para a rede socioassistencial e contratação de profissionais pelos municípios; monitoramento periódico da execução pela equipe de gestão do projeto; acompanhamento da execução das ações de supervisão técnica e capacitação; prestação de contas da execução dos recursos com envolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social”. [Pode passar.] Descrição... Então, o quê? Em relação à inovação, a gente passou por todas as etapas que compõem essa inovação. Fortalecimento... Já na ação de fortalecimento do controle social SUAS, foi... na descrição foi incluída aí “realização de ações de apoio ao controle social” e foi incluído “e aos Conselhos Municipais de Assistência Social”. [Pode passar.] Na educação permanente do SUAS, foi incluído aí, ó: “Nos moldes do Capacita...”. Na etapa de descrição foi incluído a parte: “incluindo a oferta de supervisão técnica”, né, além das outras modalidades, “conforme previsto no Plano Estadual de Educação Permanente (PEEP SUAS/MG 2024-2027)”. E também foi incluída também a “Plataforma EducaSUAS MG e do Sistema Informatizado de Capacitação e Apoio Técnico (SISCAP)” na descrição da educação permanente do SUAS. [Pode passar.] Outro campo na educação permanente do SUAS foi incluído... foi adequado aí à especificação do produto para inclusão dos usuários: “assim como usuários, gestores e agentes de controle social”. Então foi incluído “usuários” também. [Pode passar, por favor.] Educação permanente do SUAS também foi... né? Detalhamento da implementação. “Viabilizar os recursos logísticos e as contratações necessárias para garantir toda a infraestrutura necessária para a realização de ações de formação, etc.” Outro ponto: “elaborar orientações técnicas aos municípios”, incluindo aí nessa parte “disponibilizadas em formato virtual ou físico (material gráfico), quando necessário”. Outro ponto que foi incluído é: “criar e operacionalizar a Escola do SUAS, inicialmente por meio das plataformas - ambiente virtual de aprendizagem - EducaSUAS”, e aí foi incluído aqui “e do Sistema Informatizado de Capacitação e Apoio Técnico (SISCAP)”. Só foi uma... o nome completo do sistema que foi incluído. E aí foi incluída também a Resolução CEAS 864, que aprova o PEEP SUAS/MG 2024-2027. [Pode passar.] E aqui, gente... Lá na descrição a gente não focou nas metas físicas. A gente trouxe um consolidado das metas físicas da ação com todas as alterações que aconteceram, que estão sendo sugeridas. No Aproximação SUAS 2025, a gente estava com 56 municípios. Para 2026, a proposta é de, além dos 56, que a gente já está fazendo o acompanhamento, o apoio técnico a eles, né, o recurso já foi repassado, seriam incluídos mais oito municípios, que são... Oito ou seis? Seis municípios, gente. Estou ruim de matemática. Mais seis municípios, que são os municípios

pertencentes ao ciclo 2 e 3 do programa... que são os municípios previstos para o ciclo 3 do programa Percursos Gerais, tá? Então, essa alteração... essa inclusão dos municípios que estão previstos conforme os critérios estabelecidos pelo programa do Percursos Gerais. Em relação à 2.074, a gente está fazendo uma sugestão de diminuição da meta para dez. Por quê? Essa ação aí, essa meta dessa ação, ela é para emenda parlamentar, e a gente fica muito... a gente... Essa meta, a execução dela depende da... Ah, desculpa, Marcelo. O Marcelo colocou aqui, gente, que está errado. É 2029, né, o... 2028. Por quê? Vou voltar aqui no Aproximação SUAS, gente. **Marcelo, OAB:** É 28 e 29, né? **Roberta, Sedese:** Tá. **Marcelo, OAB:** Não sei se 29 não tem nada. **Roberta, Sedese:** Isso. Eu vou apresentar, que essa foi uma dúvida também que surgiu na Comissão de Orçamento, tá? Nós colocamos... Assim, quando a gente coloca o acompanhamento dos municípios... Vocês lembram que o ciclo 1, ele teve uma vigência dos acompanhamentos, né, eles foram acompanhados por um tempo. Eles eram 73 municípios, se eu não me engano, acho que 70 e alguma coisa, municípios do ciclo 1. Então eles foram, fizeram projeto, foi repassado recurso, foi dado apoio técnico por um período longo, até durante toda a vigência do programa, e aí o ciclo 1 finalizou. A gente agora está acompanhando o ciclo 2 até o término da sua vigência, que está prevista até 2027, e aí vamos estar incluindo, a partir do ano que vem, o ciclo 3, com a previsão de duração de três anos. A gente ainda não tem pactuação da continuidade do programa. A gente está falando de um momento de mudança de gestão, etc. Então, nós ainda não temos qual... e também não temos critérios do Percursos Gerais. Por isso está previsto zero para 2029, porque ainda não tem uma previsão de atendimento do Percursos Gerais, e esses seis já teriam finalizado o acompanhamento. Então aí no decorrer... no ano que vem, se surge uma outra proposta, a gente vai incluindo nas outras revisões para os anos subsequentes. Mas é porque já teria finalizado o acompanhamento desses que estão nesses ciclos aí, tá, 2 e 3. Então, a proposta... Por isso que a gente não tem previsão ainda de meta para 2029. Em 2024... A 2.074, gente, é isso. A redução da meta é para ajustar porque é emenda parlamentar. Se tiver cem indicações, vai... a gente vai estar com cem execuções, mas se tiver cinco indicações, a gente também vai estar executando de acordo com as indicações dos parlamentares, porque a gente está falando de emendas parlamentares impositivas, né? Então é só um ajuste, porque a gente está trabalhando hoje com uma estimativa de indicação, mas também que não está muito na nossa... Nós não temos gestão, né, sobre... ingerência sobre essas indicações, porque elas são indicações parlamentares, tá? Em relação à Ação 4.429, gente, nós estamos aqui prevendo a implementação dos... em 2026, né, de 68 CREAS né, da ampliação de 68 CREAS na meta física, para 2027 também mais esse quantitativo, completando aquele quadro dos CREAS, da implementação dos CREAS que estavam lá ranqueados como mais críticos lá no índice de violação de direito, no diagnóstico, né, que foi elaborado pela Divisão de Violação de Direitos, com... que foi identificado que tinha essa

necessidade de ampliação... de implementação mais imediata, com a manutenção então para mais dois anos prevendo a implantação, completando aquele ciclo que a gente combinou no CEAS. Na 4.430, que é a de alta complexidade, está sendo feito ajuste aí, gente, de 78 para 86 para adequar a meta que está sendo executada incluindo Família Acolhedora e migrantes, tá? Então... que foram acrescentados pelos municípios de acolhimento migrantes, Família Acolhedora. A previsão da meta são 40 parcerias de acolhimento de pessoas com deficiência, egressos da extinta Febem, 13 unidades de residência inclusivas cofinanciadas, um cofinanciamento de serviço de acolhimento de imigrantes, 16 cofinanciamento do serviço de adultos e famílias, e aí, gente, são 16 vagas... hoje nós estamos com 16 vagas de acolhimento no PPCAAM/MG. Então a meta foi adequada para contemplar, para incluir serviços de migrantes e Família Acolhedora. Piso não teve alteração, são todos os municípios mineiros. A gestão também, a ação apoiada, que é o produto, então não teve nenhuma alteração, é uma, né, ação de gestão apoiada. A nova ação, a meta são 38 municípios, que são os municípios atingidos ... barragem do Fundão. Na 4.434, que é a ação de controle social, gente, que aí eu acho que vocês têm que ter atenção, nos anos... a gente tem diferenciação aqui para ano sem conferência e ano com conferência, tá? Ano sem conferência: 12 plenárias, quatro reuniões trimestrais, quatro reuniões descentralizadas, mais três reuniões com fóruns; anos com conferência: 12 plenárias, quatro reuniões trimestrais, 15 conferências regionais, mais uma Conferência Estadual. Essa aí é a previsão para... e aí no ano que vem seriam 23, né, reuniões. A 4.435, educação permanente, foi feita uma projeção visando o aumento do que é executado atualmente para os anos subsequentes, mas no ano que vem são... seriam 25 mil. A 4.025, apoio ao Centro-Dia, é o Centro-Dia de Referência de Belo Horizonte cofinanciado que a gente tem previsto nessa ação. Então, esse é o consolidado das metas físicas. [Pode passar, Sofia.] Eu acho que finalizou a apresentação do PPAG. Essas são as alterações, né? Eu acho que a alteração... muitas... a maioria são alterações de forma, são alterações menores. A gente tem a inclusão de uma nova ação, que é uma mudança substancial, e as adequações das metas físicas, que todo ano a gente faz essa revisão mais cuidadosa com vocês, especialmente focando no ano subsequente, que é o ano que vai estar 'vigindo', né, que vai estar vigente o PPAG. Obrigada, gente. Estou aberta para. **Marcelo, OAB:**Obrigado, Roberta. Obrigado, Sofia. A comissão quer manifestar primeiro, antes de colocar em discussão? **Ester, Sedese:** Você pode colocar a súmula aí, Stéfany, do PPAG? **Stefany, Secretaria Executiva:** Posso. Vou projetar agora. **Marcelo, OAB:** Que após a apresentação dessa súmula, a gente coloca em discussão a apresentação. **Ester, Sedese:** Nós fizemos a reunião, né, onde foi realizada a apresentação do PPAG com esclarecimento de dúvidas e sugestões, tendo a comissão dado o parecer de aprovação dessa proposta. **Marcelo, OAB:** Tá. Ok. Muito obrigado. Podia voltar então essa apresentação novamente para a gente poder colocar em discussão. Patricia está inscrita

inicialmente. **Patrícia, Feapaes:** Patrícia, FEAPAES. Na apresentação, quando fala do Centro-Dia, é acrescentado o apoio técnico. E é um repasse de recursos que é feito para Belo Horizonte, e a execução está junto com a Prefeitura de Belo Horizonte. Eu queria saber como é que se daria esse apoio técnico em relação a esse serviço. No restante, na 4.029, na 4.030, a gente não tem os valores, a gente só tem... a maioria, né, assim que a Roberta apresentou, a gente tem meta física, mas não tem meta financeira. E aí eu fico preocupada, porque a gente já tem um PPAG publicado quando é no início de quatro anos, né, com mais ou menos uma previsão orçamentária, e aí a gente não tem o orçamento agora, né, para ser apresentado. E aí a gente está ampliando metas, né, assim, que já foi proposta dentro do conselho sem recurso, e aí eu fico muito preocupada em relação a isso. No caso das emendas também que a Roberta apresentou, não tem emenda, não tem execução. Só que na hora que a gente vai olhar a finalidade, né, assim, lá na Ação 2.074 fala de um assessoramento técnico e qualificação de continuidade, né? Se é continuidade, como é que ficaria se não tem esse recurso, né? Então são essas as minhas dúvidas. **Marcelo, OAB:** Deu para pegar, Roberta, todas as questões? **Roberta, Sedese:** Primeiro, então, algumas a Patrícia já tinha levantado, né? Eu vou pedir também, gente ajuda das áreas finalísticas aqui que estiverem presentes, a Mariana, para poder fazer essas intervenções. Então vamos em ordem. Patrícia, primeira era a da meta física da **Patrícia, Feapaes:** O apoio técnico, né, que eu tinha levantado. **Sofia, Sedese:** Da 4.025. **Roberta, Sedese:** Da 4.025, da... Tem alguém da especial aqui que pode...? **Mariana, Sedese:** Mariana, SEDESE... **Ester, Sedese:** O Itamar, é. **Mariana, Sedese:** O Cristiano está de férias. Essa ação, ela está contemplando o cofinanciamento com ... de Belo Horizonte e outros repasses que a gente tem recursos pontuais, mas tudo de Centro-Dia. Eu acho que esse é o primeiro ponto. Sobre o apoio técnico, Itamar quer falar, né? Pode falar, Ita. **Itamar, Sedese:** Bom dia. Itamar. Sou de Superintendência de Proteção Social Especial. É isso mesmo, Mariana. Assim, é sobre ... mas também os Centros-Dias que já tiveram recursos passados três anos de vigência, então a gente continua fazendo monitoramento, aditamento, capacitação sobre como fazer a execução desse recurso com as prefeituras, caso eles precisem. Então, assim, não tem o repasse de recurso, mas a ação continua sem o repasse. É só ... mesmo. **Mariana, Sedese:** É, eu acho que a pergunta da Patrícia também foi específica — Mariana, SEDESE — sobre o Centro-Dia de Belo Horizonte. **Patrícia, Feapaes:** É, porque falam que esse recurso de 200... Patrícia, FEAPAES. Desculpa. Esse recurso específico estava indo para o Centro-Dia de Belo Horizonte, os 240 mil. É uma execução junto com a prefeitura, né? E aí eu queria entender, assim, como é que é esse apoio técnico diretamente com a prefeitura ou não. Por que eu estou perguntando isso? Porque a APAE está assumindo esse Centro-Dia agora, e a gente tem o apoio técnico da própria Prefeitura de Belo Horizonte. E aí eu queria entender como é que entraria o apoio técnico do estado em relação a isso. **Itamar, Sedese:** Então, a gente faz

esse apoio... Assim como das outras APAES, no caso do Centro-Dia, à medida que ... procurando, normalmente a prefeitura procura mais a gente. Então a gente faz mais pela prefeitura. Mas se a APAE procurar, a gente está à disposição também. A Eliana está até aí para falar também. Ah, e só para constar, Itamar, SEDESE(F). Desculpa. **Marcelo, OAB:** Lais. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Eu que estou na dúvida sobre a qualificação dos atendimentos do Centro-Dia, porque quando a gente recebeu uma emenda no CEAS para o Centro-Dia e similares, a gente questionou sobre os Centros-Dias que existiam, principalmente sobre o similar. Eu queria entender melhor sobre essa qualificação dos atendimentos do Centro-Dia, se seria um reordenamento das entidades que falam que executam o Centro-Dia, mas que não executam. E eu também queria saber se há possibilidade de incluir, quando se fala da alta complexidade e se fala da ampliação do serviço, se há possibilidade de ampliar o serviço para república de jovens, uma vez que o jovem, quando ele sai do acolhimento institucional, muitas vezes ele fica perdido porque ele não tem para onde ir. Então, eu queria saber se existe essa possibilidade também. **Marcelo, OAB:** Eliana. **ELiana, Sedese:** Eliana, SEDESE. Bom dia. Eu vou pegar um pouquinho da fala da Patricia e alguma coisa da Lais também, tentar contemplar as duas. Eu sou da SEDESE, estou como diretora da Média Complexidade. E em relação ao Centro-Dia e em relação ao apoio técnico, o que eu posso dizer? Ano passado a gente fez uma capacitação no JK sobre a questão da execução do Centro-Dia, como deve funcionar, esse ano nós publicamos uma cartilha dizendo como deve acontecer o Centro-Dia, como o Centro-Dia deve funcionar, mesmo que seja em execução em relação à OSC, né, que a gente vê que a grande maioria é realizado por APAES. Então, assim, a gente tem feito. No segundo semestre nós vamos fazer outra capacitação em relação aos atendimentos do Centro-Dia também para tentar pegar, abarcar todos esses Centros-Dias que receberam esse cofinanciamento aí do ano passado e o começo desse ano. Então a gente tenta fazer essas capacitações. Não só capacitação grande, mas a gente tem apoiado todos os municípios ou entidades que entram em contato com a diretoria. Então eles têm algumas dúvidas específicas, a gente faz esse apoio técnico on-line ou a gente vai até o Centro-Dia também, da forma que eles demandam para a gente enquanto diretoria, né? Apesar de que, assim, são muitos Centros-Dias, e aí a gente tenta fazer esses apoios técnicos grandes, como publicação de material ou capacitações com eventos, tipo no JK, para a gente poder tentar abarcar esse número grande de Centro-Dia aí. Eu acho que é isso. **Marcelo, OAB:** Parece-me que... Roberta, você já respondeu todas as questões da...? **Patrícia, Feapaes:** Não! Só respondeu o Centro-Dia. **Marcelo, OAB:** Ah. Então qual é o outro, por favor? **Patrícia, Feapaes:** Eu perguntei das questões dos recursos que não estão presentes. A gente tem um PPAG que já é publicado da versão dos quatro anos, a gente está discutindo a ampliação de algumas metas, mas não tem os recursos, né? E na questão da emenda parlamentar, eu tinha colocado que, já que é o recurso que vai depender da emenda

parlamentar, da Ação 2.074, como é que eu coloco dentro das ações que elas seriam uma atividade contínua, uma qualificação contínua? Porque se não houver o recurso, como é que eu vou dar continuidade? Desculpa, gente. É Patricia, FEAPAES. **Maariana, Sedese:** Mariana, SEDESE. Vou tentar colaborar. [Sofia, põe na... Isso.] **Sofia, Sedese:** Na 2.074, né? A descrição a que ela fala. **Mariana, Sedese:** Exato. Então, a questão é: o apoio técnico e a qualificação fazem parte das nossas ações continuadas, independente de ter recurso alocado ou não, porque ele é com as nossas equipes, através das regionais, dos eventos que a gente faz, dos atendimentos pontuais. A meta financeira, ela fica muito relacionada ao recurso que a gente recebe, e esse é que depende de aporte, porque a gente não tem recurso continuado para apoio à rede de um modo geral, né? Espero ter respondido. **Marcelo, OAB:** Juliana. **Juliana, Cogemas:** Pessoal, bom dia a todos. Justifico aqui o atraso. Estou tentando participar, mas hoje, em função do encontro do COGEMAS, está bem complicado. Mas dentro da análise, eu vi que há uma projeção de aumento do Piso Mineiro, né, o que é bem importante para a gente nesse momento, acho que a gente avança nesse sentido, mas eu fiquei com uma dúvida no que se refere ao cofinanciamento de um serviço de acolhimento: para migrantes, que está previsto aí 60 mil. Achei o valor irrisório. Isso apenas para um, né, um município. Eu queria entender que serviço... onde é que está funcionando esse serviço, como é que foi essa pactuação e o porquê desses 60 mil, apenas 60 mil. **Marcelo, OAB:** Obrigado, Juliana. Patricia. **Patrícia, Sedese:** Em relação ao recurso financeiro das outras metas, como é que a gente ficaria? Porque eu entendi, Mariana, que — Patricia, FEAPAES — a Meta 2.074 está condicionada ao recebimento de recurso e que o apoio técnico é contínuo, né? Então, assim... Mas em relação às outras metas, por que a gente não consegue colocar o recurso mesmo no planejado? Porque na discussão, quando a gente fez, a Comissão de Orçamento se reuniu... A gente tem uma demanda de 194 milhões de recursos, né, assim, para executar as ações contínuas. Se a gente já tem uma meta em relação a isso, por que eu já não ponho o recurso aí? **Mariana, Sedese:** Patricia, você pode só pontuar para mim? Essa meta que você está dizendo seria nessa ação também da 20...? É só para eu entender **Patrícia, Feapaes:** Não, não. É porque... É. Desculpa. É porque-- **Roberta, Sedese:** Ah, ... A Patricia está falando em geral. Por exemplo, na média complexidade-- **Patrícia, Feapaes:** Isso. **Roberta, Sedese:** A gente tem lá a ampliação dos CREAS, uma previsão de ampliação dos CREAS, só que a gente não tem recursos financeiros, tá? Esses recursos que estão aí, gente, eles estão vinculados à LOA, tá? Primeiro, assim, ele... o sistema, ele cruza informações, tá? Então ele vai ter as informações que foram previstas na LOA, e nos anos subsequentes vai ser previsto... vão ser incluídas as projeções de revisão e tudo. Normalmente eles dão indicação de a gente colocar um percentual para aumento tipo contínuo, sabe, das ações em termos orçamentários dentro de sistema, tá? Então, é só um reflexo da LOA. Como nós ainda não temos a identificação da LOA, aí a definição da LOA,

não tem como a gente prever. Por que a gente acha importante, Patricia, já tentar prever aqui? Foi um combinado... Isso era um receio que nós tínhamos anteriormente, tá? Uns dois anos atrás nós chegamos a conversar isso no CEAS mesmo. Foi quando a gente tinha colocado exatamente só a meta do ano subsequente, sem aumento nos próximos anos, porque a gente fala assim: "A gente não tem aumento, a gente não tem previsão". Mas aí foi discutido no CEAS, e a gente achou muito pertinente, e, assim, eu acho que essa discussão foi uma discussão muito importante, sabe, de contribuição mesmo, foi discutido que, assim, a gente... foi identificado lá atrás que a gente precisava chegar a 206 CREAS municipais cofinanciados. Então, o que o CEAS pediu? Falei: Gente, vamos diluir isso. A gente falou que tecnicamente a gente não ia conseguir implantar tudo de uma vez também, né? Então vamos diluir isso aí no decorrer dos anos, porque a gente já está colocando e sinalizando o que precisa acontecer nos próximos anos, e aí a gente vai fortalecendo a demanda nesse sentido, a demanda orçamentária, financeira nesse sentido aí, porque é uma coisa que a gente já definiu como prioridade, a gente tem trabalhado isso como conferência, tudo. Então, assim, a gente já tinha a definição de 206 e foi diluindo isso no decorrer do tempo. Todo ano a gente... É claro, gente, é uma... a gente está falando de um bolo de recurso e é uma briga política no governo, assim, para a gente, é uma discussão muito técnica de alocação de recursos, mas também é uma discussão política, né? Então, assim, tem esse momento de divisão do bolo orçamentário que a gente fica mesmo à mercê, mas é um valor, é um número que a gente já definiu que é importante, e isso aí é um combinado inclusive com o CEAS, de a gente fazer essa previsão dessa ampliação até a gente finalizar os 206 municípios, tá? **Marcelo, OAB:** É, eu acho que não... Pois não, Patricia. **Patrícia, Feapaes:** Desculpa, Marcelo. Patricia, FEAPAES. A minha preocupação era justamente essa, sabe, Roberta? É de a gente fazer uma ampliação e não ter recurso, né? E para mim, o meu entendimento estava que a gente tinha que fazer uma previsão orçamentária para tentar garanti-la. Quando eu apresento sem o recurso, dá a impressão que eu não preciso do recurso. É nesse sentido. Mas é uma questão, assim, de entendimento mesmo. **Marcelo, OAB:** Mariana. **Roberta, Sedese:** Não, eu acho que está certo mesmo. Ah, desculpa. **Mariana, Sedese:** Mariana, SEDESE. Então, mas é só... Sofia, volta lá no quadro da ação. Porque no quadro da ação tem metas físicas e metas orçamentárias. **Roberta, Sedese:** Tem, mas a meta orçamentária, Mariana, ela está aqui. **Marcelo, OAB:** Roberta. **Roberta, Sedese:** Roberta, SEDESE. Desculpa, gente. Como está no vídeo e já tem a identificação, a gente esquece, né? Desculpa. A meta orçamentária a gente até fez uma alteração aí e já não colocou porque ela está vinculada... Dentro do sistema vai puxar a informação do Sizer F, que é incluída na LOA, tá? E aí a gente já tem indicação de fazer esse aumento aí para... de forma mais automática. Qual é a minha proposta? **Mariana, Sedese:** ... não. É porque... é porque, gente, acho que tem informação aqui... Vamos só organizar a informação. A Patricia e a Roberta estavam falando do CREAS. Esse que a Sofia

está projetando é da 2.074. A 2.074, de fato, não tem a meta orçamentária, mas a **Sofia, Sedese:** A Gente (interrupção no áudio) todas as orçamentárias. **Mariana, Sedese:** Vocês tiraram? Porque no outro arquivo que está comigo aqui tinha. **Roberta, Sedese:** É. A gente discutiu isso na Comissão de Orçamento, Mariana. Porque a gente está vinculado ao PPAG, então a gente adequou de acordo com as conversas que a gente teve lá na Comissão de Orçamento, porque realmente a gente tem uma previsão aqui que não está previsto na... Roberta, SEDESE. Desculpa, gente. Que não está previsto na... Assim, a gente tinha uma previsão aqui. A gente tem a projeção lá na LOA e tudo, mas a gente só vai incluir essa informação aqui quando a gente tiver o limite orçamentário, e ele é alimentado automaticamente. E aí a gente vai deixar essa discussão orçamentária para a nossa discussão da LOA, porque é um reflexo. O que a gente pode fazer? Qual é a minha proposta para a gente sanear (sic) esse quadro aqui da meta do CREAS? A gente mantém o padrão que a gente faz todo ano, mas a gente... como a gente já tem uma estimativa do valor mensal, né, dessa ampliação de CREAS, a gente pode conversar se tecnicamente aqui é possível a gente, para os anos subsequentes que estão prevendo o aumento de meta, a gente fazer adequação do orçamento acrescentando esses cofinanciamentos, que a gente consegue fazer o cálculo aqui. Aí a gente pergunta se isso é permitido aqui, né, dentro da lógica de inclusão de sistemas, e se a gente pode fazer essa alteração. Aí se a gente puder, a gente adequa, a gente já coloca uma meta orçamentária para os anos subsequentes nessa ação maior. Se não, a gente já... a gente mantém o padrão. Se vocês concordarem, a gente... Acho que... não vejo prejuízo a gente tentar fazer isso, não. **Marcelo, OAB:** Lais, depois Jennifer. **Lais, Cmas de Ipatinga:** Eu queria era só reforçar sobre a república para jovens. É porque eu perguntei e não foi falado. Aí eu queria entender se existe essa possibilidade de a gente ampliar para esse serviço. Mesmo que a gente não vá executar de imediato, mas que ele fique sinalizado, da importância desse serviço. Aí eu queria saber se é possível a gente inserir esse serviço na ampliação da alta complexidade. **Marcelo, OAB:** Marcelo, OAB. Alguém pode responder Lais, por gentileza? **Roberta, Sedese:** Pessoal da alta complexidade, gente, pode colocar alguma... falar sobre isso? Nesse momento a gente não tem nenhum projeto estruturado, pelo que eu tenho conhecimento, para essa ampliação, né? E a gente tem colocado as metas vinculadas ao que a gente tem executado ou que a gente já está com... de forma... assim, que já existe uma pactuação já realizada nesse contexto do... junto com o CEAS, né, ... já tem uma sinalização. Aí se alguém da especial, né, dos outros setores puder complementar, eu agradeço. **Itamar, Sedese:** É isso mesmo. Itamar, SEDESE. É isso mesmo, Roberta. Assim, a gente só tem a previsão de um, porque a é previsão que a gente tinha naquele cofinanciamento do Governo Federal. No momento, a gente não tem previsão de mais recurso ou de mais... de ampliação, né? Então, por isso que a meta é um mesmo, assim. Tendo mais recurso, a gente pode aumentar essa. **Marcelo, OAB:** Ok. Obrigado. Jennifer.

Jennifer, Psind: Então, pessoal, assim, eu até peço desculpa, as duas últimas reuniões da comissão eu estava com dificuldade por estar realizando mudança de casa, e aí tem a questão da internet, né, mas eu não tinha entendido que a gente precisava já aprovar o PPAG com uma meta também orçamentária. Então não consigo, assim, entender como é que a gente pode aprovar, né, ou pensar nesse encaminhamento sem que a gente realmente tenha um plano aí com as metas já definidas, entendendo que é um plano que a gente já precisa mandar. Então, eu gostaria que a gente tivesse já essa previsão, essa meta orçamentária, se é necessário ter. Eu tinha¹ entendido que ... a gente precisava dessa questão orçamentária. E aí, eu realmente não entendi, Roberta, você falou que a gente discutiu na comissão, mas pode ter sido até mesmo por essa dificuldade minha com a conexão, né, que eu tive nas últimas semanas e só consegui compreender isso nesse momento que você falou, agora mesmo. **Marcelo, OAB:** Roberta. **Roberta, Sedese:** Roberta, SEDESE. Gente, eu acho que, assim, a gente está... Vamos lembrar um pouquinho o que a gente fez ano passado, e eu acho que super funcionou, tá? Eu acho que a gente... não vi que a gente... acho que a gente não teve nenhum problema, né, entre nós aqui, da nossa relação com CEAS, acho que as coisas ficaram muito redondinhas entre nós quando a gente optou por a gente... quando a gente fez no ano passado... a estratégia que a gente adotou no ano passado. O que acontece? A revisão do PPAG, gente, ela é uma parte mais qualitativa. Claro que no PPAG tem o campo lá “orçamento”, mas ele é um campo que ele puxa lá do Sistema de Orçamento do Estado, chama Sizor (F) esse orçamento, que são as informações que a gente lança para a proposta de LOA, tá? Então, o quê? Quando a gente trabalhar na proposta de LOA, ela vai alimentar esses campos do PPAG, né? Assim, ele vai alimentar o campo inicial do ano subsequente no PPAG, que é o campo que a gente tem que ter mais atenção, que é o campo que a gente está pactuando mesmo, os outros anos, eles estão passíveis de serem trabalhados nas próximas revisões, né? E aí nós combinamos, e a gente tem feito isso no decorrer dos anos, que é o seguinte: o PPAG, a gente faz a revisão focada na parte qualitativa, a gente trabalha com a meta física. Quando a gente vai discutir a LOA, a gente está discutindo valores orçamentários para a gente conseguir fazer... combinar com vocês se a gente tem que fazer alteração qualitativa no texto, se a gente tem que fazer adequações aqui no texto para que a gente consiga caminhar com o PPAG em paralelo, né, assim, com a LOA, né? A gente tem prazo, tal qual a LOA, né, gente, a gente tem um prazo para inclusão dentro do sistema, então é importante a gente ter essa indicação de o texto qualitativo, as metas físicas estão ok, estão combinadas, porque o outro campo vai ser alimentado de acordo com o que a gente combinar lá no outro ponto de pauta, que é a LOA, né? Eu acho que a gente pode desconsiderar esse campo aqui, né? A gente considera a meta física, considera os descritivos das ações e a gente consegue fechar o PPAG. A gente tem feito isso nos últimos anos, eu acho que a gente tem conseguido construir uma relação de

transparência, de... tranquila em relação a isso, porque a gente tem feito junto essas discussões. A discussão do PPAG foi feita muito coletivamente entre nós. A gente não tem visto dificuldades com esses parâmetros. Quando a gente está falando de dinheiro, gente, a gente vai discutir a LOA. A gente não está discutindo PPAG. Na prática, é isso que a gente está fazendo, né? Então é isso. Acho que a gente não... não vejo nenhum empecilho. E aí, assim, eu acho que no próximo ponto de pauta a gente vai discutir um pouquinho desses limites. A gente ainda não tem o limite desse ano, assim como não tínhamos também no ano passado, e a gente foi definir os parâmetros para aprovação, né, e eu acho que a gente conseguiu caminhar de uma forma muito positiva, colocando os termos na resolução que resguardavam o CEAS, garantindo que a gente não tinha limite, mas assumindo que a distribuição e os combinados entre nós, eles estão feitos e a coisa não está sendo feita a despeito das discussões junto ao Conselho Estadual de Assistência Social. Mas é isso mesmo. Aí espero ter tirado a sua dúvida, Jennifer. Se eu... não sei se eu me fiz entender, se isso ficou claro, tá, querida? **Marcelo, OAB:** Jennifer. **Jennifer, Psind:** Então, concordo com você, Roberta, que a gente está fazendo uma construção muito saudável até, né, respeitosa aqui no CEAS, a gente tem conseguido fazer diálogos. Mesmo nos pontos divergentes, nós temos conseguido avançar e construir conjuntamente. Porém, eu acho importante a gente ter bem evidente que... o que aconteceu ano passado. A gente teve até... conseguimos resgatar um pouco sobre isso. Nós pactuamos, anteriormente aos valores, a questão orçamentária, nós pactuamos apenas as metas físicas e quando saiu o orçamento, quando saiu a disponibilização e os limites orçamentários, nós fizemos uma extraordinária para essa aprovação. Então foi assim que nós fizemos ano passado. Realmente, nós pactuamos as metas físicas para adiantar a discussão e pensar aí como é que... até no trabalho de vocês, nós entendemos, né, que precisa ser trabalhado aí dentro de um limite de tempo também, então nós fizemos com muito respeito à própria SEDESE, ao fundo, mas nós não aprovamos o orçamento antes de ter... serem colocados aí os limites pela SEPLAG. É só para evidenciar mesmo, para que a gente possa caminhar aí nesse sentido de continuarmos com respeito, uma construção conjunta. Eu acho que... E aí, eu... ano passado a gente não tinha essas metas da forma como estão, porque era só uma atualização, como você disse. Então, eu acho que talvez essa questão do orçamento vem como uma questão nova para a gente porque do jeito que foi colocado aqui, eu só entendi agora, sabe? Mas eu lembro que foi isso, assim, a gente pactuou as metas físicas. Em relação às metas físicas, eu acho que a gente está com uma construção muito boa, né, e não tenho... tenho pontuações. Eu acho que sim, o que a Lais colocou, se for uma possibilidade de a gente colocar como meta física, eu acho que é importante, a questão do acolhimento dos jovens aí, mas não é sobre isso, sabe? Eu acho que se a gente precisa mesmo ter a meta orçamentária, aí eu acho que a gente precisa fazer essa construção. Mas eu estou entendendo que não é necessário, né, não é obrigatório ter ...

somente as metas físicas. Seria isso? **Marcelo, OAB:** Mariana. **Mariana, Sedese:** Mariana, SEDESE. Então, eu estou querendo entender aqui, Roberta, porque eu acho que realmente está tendo uma orientação divergente. Porque o PPAG que está provado e que está vigente, ele já tem a meta orçamentária. Então eu acho que a gente não tem que mexer com meta orçamentária; ela já está colocada e já está aprovada. A gente tem que olhar só a revisão qualitativa, que é o que foi apresentado aqui nas fichas. A gente não tem que mexer com as metas, a não ser que a gente esteja aumentando ou reduzindo metas. Mas lá no arquivo... Eu acabei de entrar aqui no site da SEPLAG para conferir o arquivo que está vigente, e ele já tem lá metas físicas e metas orçamentárias. Então eu acho que a gente não tem que alterar isso nesse momento, não. É porque eu realmente... também agora que os questionamentos foram levantados, né, e aí eu fui conferir o arquivo aprovado. **Marcelo, OAB:** Jennifer, está inscrita? **Jennifer, Psind:** Eu acho que eu esqueci, mas aproveitando, eu concordo com a Mariana de a gente aprovar... a gente trabalhar com as metas físicas desse PPAG, né, que é o que a gente está concordando aqui, e posteriormente, então, trabalhar com as metas financeiras. **Marcelo, OAB:** Ok. Obrigado. Sofia. **Sofia, Sedese:** Sofia, SEDESE. Não, já que já chegaram nesse consenso, era só para esclarecer novamente que apesar de o PPAG trazer os campos orçamentários, a Roberta explicou que isso é puxado do Sizer (F), o sistema de orçamento. Quando a gente for falar de LOA, aquela ficha que está no site da SEPLAG, que tem quadradinho por quadradinho de ano a ano do orçamentário, ela vai ser atualizada conforme a proposta de LOA aprovada também. Então não é o que a gente está discutindo agora. Realmente, agora o foco são o descritivo qualitativo e as metas físicas. **Marcelo, OAB:** Ok. Jennifer, novamente? **Jennifer, Psind:** Era só a mãozinha. **Marcelo, OAB:** Ok. Roberta. **Roberta, Sedese:** Gente, só retomando aqui, assim, eu acho que é isso. A gente está discutindo muito... acho que estamos em consenso que a gente está discutindo a meta qualitativa mesmo da meta física, é ela que está focada, que é o foco aqui no PPAG, os outros campos são automáticos e definidos no outro ponto de pauta, na LOA. E aí, o que a gente... só um ponto de atenção aqui que a Jennifer trouxe, e aí, assim, a minha memória pode estar, assim, me traindo, mas pelo que eu me lembro... e, assim, quando a gente olha a resolução do ano passado, eu me lembro da discussão que nós fizemos, na LOA nós ainda não tínhamos... o limite atrasou muito o ano passado também. A gente... em um primeiro momento, a gente só discutiu PPAG, e aí depois a gente fez uma extraordinária, sim, mas para discutir os parâmetros da LOA, porque a gente ainda não tinha o limite. E aí a gente apresentou a proposta de manutenção dos valores, a gente falou assim, ó: "Para a gente manter, a gente faz essa proposta", e depois a gente tinha uma proposta de ampliação também. E a gente seguiu o mesmo modelo esse ano. Tanto que quando chegou o resultado da SEPLAG, a gente até comemorou em plenária falando: "Olha, porque nós tivemos aprovado o limite que contemplava tanto a nossa base, o nosso de manutenção, mas as

ampliações”. A gente não tinha o limite na hora que a gente aprovou. Tanto que a gente... não foi feito... quando aprovou a LOA, foi feito na... para... acho que foi até uma sugestão do Marcelo à época, para que o CEAS ficasse resguardado e tudo do que estava sendo aprovado, que fossem aprovados os parâmetros para inclusão da LOA, que é o quê? Olha, para distribuição de recursos, porque se for liberado o limite que contempla tudo, vai ser distribuído desse jeito aqui, né? Então a discussão foi... [Abaixa aí a resolução do ano passado.] “Aprovar, com ressalva, os parâmetros da proposta”. Está vendo? Tanto que foi por isso, assim, que a gente aprovou o parâmetro baseado na distribuição. Mas a gente vai ter um momento para discussão da LOA também. É só porque a gente... a extraordinária a gente ainda não tinha o limite também, né, a gente... Mas a gente conseguiu chegar no consenso aqui ano passado. Acho que foi... tem sido ‘bem bom’. Obrigada. **Marcelo, OAB::** Pois não. Mariana. **Mariana, Sedese:** É. Mariana, SEDESE. Roberta, vamos tratar separado PPAG e LOA. **Roberta, Sedese:** Ok. **Mariana, Sedese:** A gente nem entrou no assunto da LOA ainda. Senão a gente não sai do lugar **Roberta, Sedese:** Tá bom. **Mariana, Sedese:** E a gente está confundindo mais ainda as informações aqui. Acho que... na pauta PPAG, a gente está fazendo revisão qualitativa. Tem mais alguma dúvida aqui do pessoal na questão da revisão qualitativa, que foi a revisão dos textos que a equipe apresentou aqui? A gente não está tratando de meta física e financeira do PPAG, que já está aprovada. **Marcelo, OAB:** Marcelo, OAB. Teve uma pergunta que Juliana fez, não sei se foi atentado por vocês da SEDESE, a respeito do Piso Mineiro. Não sei se Juliana está aí aberta, aí, na reunião. **Juliana, Cogemas:** Não, eu fiz a consideração, né, que... do aumento do Piso, da projeção desse aumento, e coloquei uma questão dos investimentos aí, que eu achei pouco, por exemplo, quando se tratou do cofinanciamento de um serviço de acolhimento para famílias migrantes, e aí cita que é um serviço só de um município, então eu perguntei que município é esse e o porquê que se dá em um só. Eu até fiz essa colocação pensando na questão da população de rua, da complexidade que os municípios têm enfrentado com relação à população de rua, né? Então, hoje, majoritariamente, os nossos serviços vou falar, majoritariamente os nossos serviços, eles não são destinados para atender os nossos municípios, mas majoritariamente os de fora, e aí já está comum os municípios transferirem, mandarem para os municípios que possuem rede, e sendo... que esses serviços estão sendo integralmente mantidos pelos municípios. Então eu até fiz essa pergunta, né, de por que uma unidade só, que unidade é essa, exatamente pela dificuldade que a gente está com o serviço de atendimento à população de rua, que, teoricamente, vai virar serviços regionais, né, sem a gente estar alinhado com essa normativa, e principalmente cofinanciado para tal. **Marcelo, OAB:** Tá. Obrigada, Juliana. Mariana. **Mariana, Sedese:** Mariana, SEDESE. Então, essa meta de alta complexidade, ela está de acordo, Juliana, com o que a gente aprovou no ano passado. Esse é um serviço de acolhimento esse ano é o de Pouso Alegre. Ano passado a gente alterou a meta do plano de

regionalização da proteção especial, que era um termo de aceite antigo do Governo Federal, e aí, de acordo com o critério, o município escolhido no ano passado foi Pouso Alegre. Então, esse ano é esse município que a gente está atendendo. Para aumentar, aí a gente depende de aporte orçamentário e financeiro, então a gente... E aí para o ano que vem, esse PPAG a gente não tem essa previsão ainda, porque aí as prioridades também já escolhidas no PPAG que está vigente foram mais voltadas para implantação de CREAS, que é esse número que a gente está alcançando aí ano a ano, e também a projeção do Piso Mineiro. Então foi questão de escolha mesmo de prioridades, de acordo com a disponibilidade orçamentária e elaboração do PEAS, do PPAG. Então, também lembrando, gente, que eu acho que é até importante, a gente tem inúmeras demandas, principalmente na alta complexidade, só que quando a gente fez o PEAS, fez o PPAG, e todo ano a gente vai fazendo essa revisão, a gente tem que fazer escolhas, né? E aí as escolhas hoje que a gente está seguindo são essas. Uma ou outra coisa vai mudando ao longo dos anos, a gente vai atualizando, mas a gente não tem condição de prever grandes aumentos por falta de previsão orçamentária mesmo. **Marcelo, OAB:** Obrigado, Mariana. Eu tinha colocado aqui a minha mão. A respeito... no Item 4.434, do fortalecimento do controle social, está até na tela aí, nos anos sem conferência, 12 plenárias, quatro trimestrais. Dessas quatro trimestrais, acredito que sejam aquelas reuniões trimestrais com o CNAS, né? Quatro reuniões descentralizadas, Acredito que sejam aquelas reuniões que a comissão de apoio faz quando... nas quatro regiões do estado em anos sem conferência, e três reuniões com os fóruns, que são os fóruns DE trabalhador, tal. Só para esclarecer. nos anos com conferência, tem 12 plenárias, quatro trimestrais... Se essas quatro reuniões descentralizadas é que estão aí, a gente deliberou anteriormente que nos anos que teriam conferência nós faríamos duas descentralizadas, só para a gente relembrar sobre isso. Se essas descentralizadas são essas que nós deliberamos lá atrás, aí só para a gente entender. **Mariana, Sedese:** Mariana, SEDESE. Eu não tenho a memória de cálculo aqui. Vou pedir ajuda aí. Quem tem a memória de cálculo? Talvez a Diretoria de Gestão do SUAS, mas não tem ninguém da equipe aqui hoje. Você lembra, Poliana? Isso eu acho que **Marcelo, OAB:** Só para. **Mariana, Sedese:** Mariana, desculpa, Marcelo. Mas é porque a gente deliberou que nos anos que teriam conferência seriam duas descentralizadas, e nos anos que não tivessem conferência, seriam duas no primeiro semestre e duas no segundo semestre. **Poliana, Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. Essas reuniões descentralizadas, Marcelo, são as do CNAS. O CNAS, ele promove as descentralizadas de três em três meses. **Marcelo, OAB:** Ah, ok. E onde é que fica **Poliana, Secretaria Executiva:** Esse ano... **Marcelo, OAB:** Desculpa, pode... **Poliana, Secretaria Executiva:** Esse ano, excepcionalmente, foram... excepcionalmente foram realizadas duas em decorrência da conferência. **Marcelo, OAB:** Ok. Marcelo, OAB. Então onde é que entra aí? Teria que entrar então essas quatro reuniões dos anos sem conferência,

e nos anos com conferência, duas. Além do que também penso que teria que constar também as reuniões do FONACEAS. **Sofia, Sedese:** Sofia, SEDESE. A minha dúvida é porque aqui são reuniões realizadas, né, conferências realizadas. Pelo que eu entendi, essas descentralizadas que vocês estão falando são realizadas por outras instâncias, o FONACEAS e o CNAS. Aí aqui a gente está falando realizações do CEAS, do conselho estadual. Não seria isso, não? **Marcelo, OAB:** É porque isso aqui vai... Marcelo, OAB. Pelo que eu entendo, isso aqui são... é de onde que sairá... através dessas metas, de onde vão sair os recursos lá na frente, na LOA, né? Aí eu penso que... acredito, posso estar enganado, que deveriam estar previstas também essas reuniões que a gente está dizendo. A que eu estou falando, Sofia, são quatro reuniões anuais, né, duas no primeiro semestre e duas no segundo, que a Comissão de Apoio faz em regiões do estado quando não tem conferência. Quando tem conferência, faz duas no primeiro semestre. E as reuniões do FONACEAS é que não estão previstas aí. João Paulo. **João Paulo, Sedese:** Oi, Marcelo. João Paulo, SEDESE. Vocês estão me ouvindo? Se não estiverem ouvindo, vocês me avisam. **Marcelo, OAB:** Sim, sim, João. **João Paulo, Sedese:** Só para esclarecer, ajudar a esclarecer aqui, as capacitações, Marcelo, entram na qualificação. Não estão aqui. Aqui são reuniões do conselho, tá? Então as capacitações que você está falando, aquelas que a gente faz com as regionais, né, que a Comissão de Apoio está fazendo, está no plano de qualificações, tá? Até então não entrou aqui, né? Não estou falando que não deva entrar, mas entra como qualificação em outra ação orçamentária, entendeu? Essas trimestrais, todas são FONACEAS e CNAS, tá? Então o que está entrando aqui é isso. Por isso que esses encontros não estão previstos aqui. **Marcelo, OAB:** É, assim, eu confesso que... Marcelo, OAB. Eu confesso que para mim não está claro, sabe, João, apesar de... Quando você fala de quatro trimestrais, reuniões trimestrais, são as quatro trimestrais do CNAS que o CEAS participa, né? Mas aí não está claro para mim sobre a questão do FONACEAS, apesar de você dizer que está lá na qualificação, em outra fonte, né, em outro local, se isso está em outro local, mas no PPAG não está claro, né? **João Paulo, Sedese:** Marcelo, só... É porque aqui são... Eu até tenho uma sugestão, talvez, não sei se é o caso aqui, de colocar mais gerais, porque nós estamos falando de reuniões do CEAS, em que o CEAS participa. Esse é o ponto. Essa ação orçamentária aqui é para isso. **Marcelo, OAB:** Sim. **João Paulo, Sedese:** Então são reuniões que, sejam as nossas plenárias, sejam as reuniões que o CEAS vai participar seja lá do CNAS, descentralizado, e por aí vai. Talvez a gente não precisa nem detalhar. A gente pode colocar uma previsão de participações em reuniões, por exemplo, porque acho que o que está dando confusão aí é quatro reuniões trimestrais e quatro descentralizadas, quais que são cada uma dessas, né? Mas o importante é: são seis... são oito reuniões que o CEAS e seus representantes vão participar, entendeu? Essa ação aqui, ela diz sobre isso. Como eu disse, as capacitações estão na ação de educação permanente, as capacitações, sejam para municípios, para conselheiros, para

conselhos municipais. Então, talvez colocar geral, não necessariamente quatro trimestrais, até para não fechar também, porque pode ser que não tenha. Vai que o CNAS não faça alguma dessas. A gente pode colocar “reuniões com participação do CEAS”, por exemplo. Não sei se facilitaria aqui para todo mundo entender. **Marcelo, OAB:** Pois é. Mas aí tem os... Marcelo, OAB. Mas aí já tem os números de quantas metas... quantas que irão participar. Ó lá, 32, 23, 32, 23, 32. Mariana. **Mariana, Sedese:** Só para tentar... Gente, eu estou puxando memória aqui. Poliana, eu acho que essa memória de cálculo ficou no plano do controle social, não é, não? Tem que... Lá tinha um plano de fortalecimento do controle social que tinha exatamente as metas de reunião por ano. Essas metas a Secretaria Executiva passou para a Diretoria de Gestão do SUAS na hora de fazer a revisão do quadro. Por isso que eu estou insistindo, porque, assim, esse cálculo eu lembro que foi feito junto com... em alguma plenária do CEAS junto com a Secretaria Executiva. Eu acho que é achar o registro. **Marcelo, OAB:** Elder. **Elder, Sedese:** Eu também estou puxando da memória aqui Elder, SEDESE, da memória aqui, e eu estou tentando lembrar de uma discussão que foi feita em 2023. Eu acho que essas quatro reuniões descentralizadas eram, na verdade, uma ideia de fazer reuniões plenárias do CEAS fora de Belo Horizonte, em outras regionais da SEDESE. Eu lembro que a discussão era essa, que era fazer quatro, aí ficaria a cada trimestre fazer uma. Se for isso mesmo, imagino que seja, porque as trimestrais são as reuniões que a Comissão de Apoio faz com a CNAS, com os CMASs, e essas seriam essas reuniões descentralizadas, acho que até é bom a gente discutir e readequar, porque a gente não chegou a fazer... nunca fez reunião descentralizada do CEAS. Foi uma ideia que foi colocada na época, mas com um grau de operacionalização muito difícil, né, fazer uma reunião do CEAS fora de Belo Horizonte, consideradas todas as dificuldades. Aí eu até acho que seria mais interessante fazer uma... ou alterar isso, deixar mais genérico. Porque essas reuniões descentralizadas, elas nunca aconteceram. **Marcelo, OAB:** João Paulo. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. E, na verdade, assim, a gente até deliberou em 2024, isso eu lembro, quando... das primeiras plenárias. A gente transformou as descentralizadas nesses encontros regionais. A gente falou-- **Marcelo, OAB:** Foi isso aí. **João Paulo, Sedese:** Que por essa dificuldade de operacionalização, custo de deslocar todos os conselheiros para uma região, na discussão, e a gente... na época que a gente estava discutindo esse planejamento do ano, né, esses encontros para o ano, nós mudamos essa lógica. Então, essas descentralizadas do CEAS a gente meio que tirou de pauta, a gente deliberou por encontros com os conselhos de capacitação, e por aí vai, e aí a gente tinha colocado dois por ano naquela época, né, para o ano passado, da qual nós fizemos lá o diagnóstico para selecionar quais regionais, enfim, fazer todo o público. Então eu acho que, assim... volto a dizer, eu acho que talvez um caminho aqui para a gente destravar é não dar esses nomes, é prever reuniões. Então, aqui nós não estamos falando de previsão? Nós estamos falando de uma previsão, então nós estamos

prevendo quatro participações do CEAS em reuniões. Ponto. Se vai ter... igual eu falei, pode ser que não aconteça, isso é uma previsão, pode ser que o CNAS não faça reunião trimestral, pode ser que o FONACEAS não faça por algum motivo. Essas são as nossas previsões. Então, assim, o que já está previsto é isso, que a gente participaria. Mas é isso, essas descentralizadas talvez vieram junto na memória de cálculo, mas isso... no ano passado inclusive a gente já deliberou por outra opção. **Marcelo, OAB:** Carlos Alberto, Carlos Castro, Luizão. É Luizão. **Luiz Carlos, Armi:** Luiz Carlos, ARMI. Então, mas é isso mesmo aí, porque nós pensamos nessa... quando teve essa discussão de que o CEAS fosse... aí não avançamos, que realmente depende de uma estrutura muito grande e não resolveria. Então, foram criadas aí essas visitas às regionais. É o que foi feito e está acontecendo. E a previsão é que isso até aumente, né, porque acredito que os municípios vão solicitar, as regionais vão solicitar essas capacitações, mesmo porque... pelo menos aonde eu estou passando, estou incentivando que haja uma cobrança para que isso ocorra. Ou as regionais, ou até ou até mesmo nas cidades. Então é isso aí mesmo. Eu acho que tem que prever isso aí, essa... ainda, né? Se colocar nome, acho que dificulta. **Marcelo, OAB:** Obrigado. Roberta. **Roberta, Sedese:** Roberta, SEDESE. Gente, eu acho que esse é o momento mesmo de a gente fazer revisão das metas, né? O propósito da revisão é esse mesmo, é fazer essas adequações. Se teve essa... discussões que foram posteriores à revisão do ano passado, tem que fazer adequação aqui. Mas só para deixar bem claro aqui, o que está pactuado é geral mesmo, reuniões realizadas, tá? Quando a gente traz aqui a memória de cálculo, é um acompanhamento interno para a gente se guiar aqui enquanto o CEAS se guiar, especialmente o CEAS, né? Essa ação tem que representar o planejamento do conselho, o que vocês estão planejando e como vocês vão operacionalizar essas ações. Então, aqui é importante fazer essas alterações, mas o quê? Vai ficar geral lá na PPAG. O que é importante é vocês já terem, a gente já ter um guia do que vai ser considerado e o que não vai ser considerado para trimestralmente, na hora de a gente fazer o acompanhamento das reuniões... da prestação de contas trimestral, a gente ter um guia do que a gente coloca como meta cumprida e o que não coloca, né? Eu acho que a Secretaria Executiva tem que ter isso muito claro para a gente conseguir acompanhar no decorrer do ano. Agora, não se preocupem, não tem esse fechamento, essa amarra lá na meta do PPAG, não, tá bom? Ela é genérica, é um guia para que vocês possam fazer um acompanhamento adequado, né, e que a gente possa fazer o acompanhamento adequado no decorrer do ano subsequente, tá? Mas tem que representar o planejamento de vocês mesmo, é isso mesmo. **Marcelo, OAB:** Ok. Obrigado, Roberta. Esclareceu. Jennifer. **Jennifer, Psind:** Eu acho que a discussão, ela é válida, ela é boa, mas lembrando aqui, a gente... isso não... essas quatro reuniões não incluíam as semestrais do CNAS. Incluía o nosso planejamento dentro de Minas mesmo. Então seriam... quando a gente dialogou sobre isso, foi sobre nós levarmos para o interior, da

forma como o Marcelo trouxe, a questão de fazer encontros mais descentralizados, né, levar para o interior, a gente poder ir nas regiões. Então, eu acho que a gente precisa inclusive aproveitar a nossa previsão desses encontros, mas... para a gente não confundir mesmo e restringir a proposta de agendas nacionais, porque essas agendas, elas também são com outras finalidades e também com outro tipo de participação. Acho que são mais restritivas. A gente tem mandado... acho que tem ido representações, mas são algumas representações, e não todo o conselho, assim, todos os conselheiros, né? Então, eu acho que a gente nessa meta aí inclui os nossos encontros dentro da nossa... gerais. Só para complementar mesmo.

Marcelo, OAB: Obrigado. Só para... Sofia, depois eu falo. **Sofia, Sedese:** Sofia, Sedese. É só para certificar que eu fiz a... consegui resumir aqui na memória de cálculo que vocês estão querendo aumentar duas reuniões descentralizadas em anos com conferências. Aí a meta para 2027: 29, passa de 32 para 34, sem alteração nos anos sem conferência, e aí, que eu acrescentei no descritivo, duas reuniões descentralizadas. Como a Roberta disse, para o PPAG vai só o número, mas para a gente não perder o que a gente está fazendo, né, qual é o nosso cálculo, aqui é a memória de cálculo resumida. É isso mesmo? Tem alguma consideração? Isso aqui tem que alterar? **Marcelo, OAB:** Sim. Eu tenho. Eu tenho. Marcelo.

Roberta, Sedese: Ah, desculpa, Marcelo. Perdão. **Marcelo, OAB:** Eu tenho ainda uma dúvida a respeito do FONACEAS. O FONACEAS, ele faz quatro reuniões, parece-me que são quatro reuniões, anuais. Então não sei se entraria aí ou se estaria dentro do que o João falou, lá na... em outra ação. Este é um ponto. E quanto às reuniões descentralizadas, que a Jennifer falou, só para rememorar, lá atrás a gente fazia as reuniões descentralizadas, até mesmo que o Elder disse, e eram muito interessantes, eram muito interessantes. Se a gente puder, né, o próximo mandato aí puder fazer isso, seria muito bom. Lais. **Lais, Cmas de**

Ipatinga: Eu queria entender melhor isso, porque para mim não está claro. E essas três reuniões dos fóruns são reuniões dos fóruns com os usuários, trabalhadores e entidades? Que a gente tinha colocado no planejamento de educação permanente esse fortalecimento dos fóruns, e para isso o CEAS faria reuniões com os fóruns. Essas reuniões são isso? E eu também concordo com o Marcelo sobre a reunião do FONACEAS, porque... assim, isso para mim está meio confuso, para mim não está claro. Ou a gente deixa amplo mesmo, ou a gente detalha isso melhor. **Marcelo, OAB:** Gabriela. Gabriele. **Gabriele, Sedese:** Vocês me ouvem? **Marcelo, OAB:** Sim. **Gabriele, Sedese:** Eu vou na linha da Lais, porque é isso, essa foi a memória feita lá, para construir o PPAG, lá em 2023, ... aí as reuniões descentralizadas e trimestrais eram do CNAS, nem eram as do CEAS, mas, assim, como é só uma memória de cálculo, a cada ano, conforme o planejamento do CEAS, a gente muda a forma de aferir a meta. Então, por exemplo, esse ano está entrando o FONACEAS, os encontros regionais estão entrando na parte qualitativa, então vocês vão ver lá na prestação de contas quanto... qual é o número que a gente coloca lá, e aí algumas reuniões entram no quantitativo da meta

física, outras entram no qualitativo. Então, isso, no frígir dos ovos(F), não faz diferença. A ideia é a gente estabelecer uma meta factível. Então, assim, eu não vou colocar que o CEAS vai fazer 60 reuniões no ano de conferência, porque aí depois a gente só vai ficar justificando essa meta depois, né? Então eu vou na linha da Lais, eu acho que pode ser 12 plenárias mais X reuniões de fortalecimento do controle social, e aí entraria FONACEAS, entraria reunião descentralizada, trimestral do CNAS, quando houver, essas capacitações. Então, eu acho que a gente pode simplificar essa memória de cálculo, e aí a gente supera esse ponto. **Roberta, Sedese:** Aí ficariam 27, gente? Esse número é factível porque aí está aumentando, né? Estariam... 23 em um primeiro momento. **Marcelo, OAB:** Sim, mas... Marcelo, OAB. Do jeito que está sendo feito achei interessante. Quatro reuniões trimestrais com quatro descentralizadas, oito; com três... com três... 15. Com três, 11, e as quatro do FONACEAS, 15. Ok. Eu acho que atende. Ok, gente? Tem... Lais-- **Sofia, Sedese:** Perfeito. **Marcelo, OAB:** Lais, está inscrita ainda, Lais? **Sofia, Sedese:** Posso resumir dessa forma também? **Marcelo, OAB:** Quem é que falou aí agora? Desculpa. Marcelo. Foi Sofia que falou? Isso. **Sofia, Sedese:** Sofia, é. É só para saber, no ano com conferência posso resumir dessa forma também? **Marcelo, OAB:** Eu achei interessante. Eu não sei o que pensam os demais. **Sofia, Sedese:** Doze mais seis reuniões de fortalecimento do CEAS. **Marcelo, OAB:** **Sofia, Sedese:** Aí tem quatro do FONACEAS também. **Marcelo, OAB:** É. Sim, sim. **Sofia, Sedese:** Seriam dez, né? **Marcelo, OAB:** São quatro FONACEAS. Isso aí. **Roberta, Sedese:** Fortalecimento do controle social, Sofia. Roberta, SEDESE. **Marcelo, OAB:** É, fortalecimento do controle **Roberta, Sedese:** do CEAS é alterar para fortalecimento do controle social. **Marcelo, OAB:** Obrigado, Roberta. A Lais estava inscrita ou ela desistiu, já falou e só não abaixou a mão? **Lais, Cmas de Ipatinga:** Só tinha esquecido de baixar a mão. **Marcelo, OAB:** Ah! Matheus. **Matheus, Movime+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBT de Cláudio. Só para registrar enquanto dúvida se é nesse valor, nessa quantidade que a gente está colocando, eu até perguntei pelo chat, as reuniões dos fóruns estaduais, dos fóruns de trabalhadores, usuários, entidades, se as plenárias, pelo menos uma plenária, que a gente já tem em outro período já, demarcou que seria importante identificar de serem realizadas, se é nesse momento que a gente faz a inclusão e se elas já estão previstas aí. **Marcelo, OAB:** Eu... Marcelo, OAB. Eu acredito que essas três reuniões que estão constando aí são aquelas que foram feitas este ano, né, dos usuários, dos trabalhadores e de entidades que talvez... que acredito que foram feitas ou não foram feitas, não sei. Seria isso, Sofia e Roberta? Elder. **Roberta, Sedese:** por favor Marcelo desculpe, eu não ouvi. Falhou aqui, tá, a minha conexão. **Marcelo, OAB:** Tá. Elder. **Elder, Sedese:** Não, mas eu posso responder. Mas é isso mesmo. O apoio do CEAS, as reuniões de fórum de cada um dos segmentos, esse ano já teve trabalhadores e usuários, entidades não teve ainda. **Marcelo, OAB:** Isso mesmo. Obrigado. Gente, já... São 11h07. Nós precisamos de fechar essa questão. Alguma outra dúvida dos

conselheiros? Se não tiver, nós vamos colocar aqui para votação. Ok? Favoráveis então à aprovação da revisão do PPAG, se tiver alguém, que se manifeste, senão nós vamos considerar como aprovado. **Elder, Sedese:** Tem que ser nominal, Marcelo. **Poliana, Secretaria Executiva:** É nominal, Marcelo. Tem que ser nominal. **Marcelo, OAB:** Ah, perdão. É verdade, Elder. Você sempre me lembra isso. **Marcelo, OAB:** Pois não. Então inicia, por favor, a votação. **Mariana, Sedese:** Marcelo, eu ia dar a sugestão-- **Marcelo, OAB:** Ah, pois não, Mariana. **Mariana, Sedese:** Mariana, SEDESE. Sugestão: como a gente está com o chat e o chat é gravado, é só o pessoal registrar o nome aqui no chat, que aí registro o nome de todo mundo, nome, aprova e não aprova, que talvez é mais rápido. **Marcelo, OAB:** Eu... quando estava presente Roberta... Marcelo, OAB. Quando eu estava... a gente fez uma reunião presencial, também quis ser mais rápido para fazer ela levantando o crachá, o Elder me puxou a orelha, falou: "Marcelo, tem que ser nominal". **Elder, Sedese:** Mariana, eu acho que assim vai dar confusão. Acho que tem que chamar mesmo. **Marcelo, OAB:** É, é isso mesmo. não. **Marcelo, OAB:** Que aí fica registro... fica registrado na Ata. **Elder, Sedese:** É. **Marcelo, OAB:** Pode iniciar, por favor. **Stefany Secretaria Executiva:** Só um minutinho. Eu vou projetar aqui a chamada, tá? Aí, Sofia, eu vou pedir para você tirar a sua projeção para eu conseguir projetar o meu, por favor. Obrigada. Apareceu para vocês? **Marcelo, OAB:** Sim. **Stefany Secretaria Executiva:** Então tá. Obrigada. **Poliana, Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. Jennifer Danielle Souza Santos, PSIND. Jennifer, Psind: Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Você vota pela aprovação Jennifer, Psind: Ah, é para votar, gente? Desculpa. **Poliana, Secretaria Executiva:** Isso. Votação. Jennifer, Psind: As metas físicas, né? Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** Jennifer, aprova? Marcelo, OAB: Sim, ela já votou aprovando. **Poliana, Secretaria Executiva:** Falhou aqui. Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. Marcelo, OAB: Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** Mayra de Queiroz Camilo, APAE de Belo Horizonte. Mayra: Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. Luis Carlos, Armi: Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** ABVAS, Altair Rabelo. Altair, Abvas: Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** Federação das APAES, Patricia Pinto Valadares. Patrícia, Feapaes: Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. Laís, Cmas de Ipatinga: Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. Lyzi: Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos Usuários do SUAS Uberaba, Wellington Donizete Marques de Lima, Leon. Welligton, Fmldu-Suas Uberaba: Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** Movimento LGBTQIA+ de Cláudio, Matheus Borges Gonçalves. Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio: Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** SEDESE, Elder

Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** Ester Rodrigues, Espechit, SEDESE. **Ester, Sedese:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** SEAPA, Anna Karla Ribeiro Silva. **Anna, Seapa:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** Secretaria Estadual de Fazenda, Nelma Barbonaglia da Silva. **Nelma, SEF:** Desculpe, gente. Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** SEPLAG-- **Nelma, SEF:** **Poliana, Secretaria Executiva:** SEPLAG< Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias.**Cristiane, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria Executiva:** O Ernane Gonçalves Maciel, ele entrou na reunião após a chamada, e aí ele assume a condição titularidade. CMAS Montes Claros, Ernane Gonçalves Maciel. Nós tivemos 16 votos aprovados. **Marcelo, OAB:**Obrigado. Já vamos fazer a leitura da resolução? [Pode aumentar, por favor.] **Stefany, Secretaria Executiva:** Tá. Apareceu para vocês? **Marcelo, OAB:** Resolução CEAS de 20 de agosto de 2025. “Dispõe sobre a proposta de revisão 2025 do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-27 da unidade orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) da SEDESE”. Da SEDESE, é isso mesmo?. Vou passar pelos considerandos. “Resolve. Art. 1º: Aprovar a proposta de revisão de 2025 do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027 da unidade orçamentária do Fundo Estadual, FEAS, da SEDESE. Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”. Tem que tirar o “Belo Horizonte” aí. Isso. “Belo Horizonte, 20 de agosto de 2025”. Assina presidente. Favoráveis à aprovação desta resolução. No silêncio, vamos considerar como aprovado. Ok? Aprovada então a resolução. Muito obrigado. Vamos para o próximo ponto de pauta, por favor. Apresentação da Lei Orçamentária Anual de 2026, LOA. Roberta. **Roberta, Sedese:** Oi, gente. Vou pedir à Sofia para apresentar, para colocar aqui a apresentação. A Lei Orçamentária Anual, gente, assim, nós trabalhamos com... fizemos uma projeção dos anos subsequentes. [Acho que está com os slides iniciais, Sofia. Acho que pode... acho que não precisa passar os slides de explicação, não, para a gente ganhar tempo. Aí!] Nós fizemos a projeção por ação orçamentária, mantendo... colocando a... fazendo a previsão de manutenção das despesas, e também fizemos uma projeção de algumas ampliações que a gente já definiu aqui como prioritárias, né, que é o Piso e o CREAS. Então fizemos a seguinte situação, gente: fizemos uma... foi feito um trabalho aqui na SEDESE de um estudo de todos os gastos continuados, com todas as projeções, com todos os recursos necessários para manutenção das atividades que são desenvolvidas hoje, tá? E é o que a gente nós vamos apresentar aqui para vocês, com diversas fontes que estão definidas aqui. Quando a gente... A gente tem uma situação: que a gente trabalha com o... por exemplo, na Fonte 56, que é a fonte que é repassada pelo Governo Federal, nós trabalhamos com a expectativa... na LOA com a expectativa total de receita, mas a gente já sabe que a gente vai ter uma frustração de receita, a gente já considerou isso no nosso planejamento, da

distribuição dos recursos. A LOA é prevista com o valor cheio, né, no caso da Fonte 56, mas a gente... e a gente... mas a gente já distribuiu considerando... Por exemplo, a gente tem recebido 70%, então 70% do bloco da proteção social especial, isso já está sendo previsto, a gente já tem uma projeção lá do IGD-SUAS, a gente já organizou isso já considerando essa frustração de receita, para a gente não ter dificuldades, tá? Outra questão: Fonte 71, que é FEM, que é o nosso maior recurso estadual. Nós ainda, assim como no ano passado, exatamente igual no ano passado, quando nós fizemos a reunião de aprovação dos parâmetros da LOA, nós ainda não tínhamos a definição de limites dos valores estaduais do recurso, então nós nos apresentamos aqui em reunião a projeção, toda a projeção que nós fizemos para a gente... e foi aprovada... foram aprovados os parâmetros para distribuição, porque na hora que chegar o limite para a gente, né, que a gente está esperando, a qualquer momento, já era para ter chegado, mas ainda não chegou, quando chegar o limite, no ano... a gente vai distribuir conforme o que tiver sido acordado aqui, né? Foi uma... No ano passado aconteceu exatamente a mesma coisa, tá, mas nós apresentamos aqui a base necessária para a manutenção e também as propostas. Nós fizemos uma... tanto que está até esclarecido lá nos termos que foram definidos pela resolução CEAS. **Jennifer, Psind:** apresentando **Marcelo, OAB:** Gente, por favor, tem alguém... Jennifer, você está... Obrigado. Pois não, Roberta. **Roberta, Sedese:** Então o quê, gente? Vou passar aqui ação por ação, como é que está feita a distribuição e o que tem. Essa primeira ação aqui é uma ação que tem muita janela orçamentária, que tem valores que a gente tem obrigação de prever no orçamento para ter espaço para suplementações futuras, né? Então, a gente tem... então, eu vou... essa primeira ação aqui tem essas ações... tem fontes federais de Fonte 5 e Fonte 6, que são aquelas emendas que vêm do Governo Federal, do FNAS para a gente, que são indicações de bancada ou individuais. Nós não temos uma previsão ainda de... nenhuma expectativa de recebimento de nenhuma, mas a gente tem uma indicação de colocar uma janela orçamentária maior para esse recurso, porque ela... não existe outro lugar no estado que recebe a Fonte 5 ou a Fonte 6, ela é exclusiva nossa, né, do FEAS, então são cem mil para cada uma de janela orçamentária. Também tem uma janela orçamentária de mil reais da Fonte 56 e janela orçamentária de Fonte 10.8, que é de emenda parlamentar, também de mil reais. E aí, gente, a gente previu aqui R\$ 12 mil de fonte, né, de fontes estaduais, para emplacamento e plotagem de veículos adquiridos por emenda parlamentar, que é para a gente... a gente tem a emenda lá do Lincoln Portela, que a gente vai buscar aquisição, que a gente... é a próxima pauta, né, e tem veículos previstos, só que sempre emplacamento e plotagem é com orçamento estadual, tá? Então a gente já está prevendo aqui para o orçamento do ano que vem. Caso a gente consiga executar esse ano, melhor ainda, mas a gente já precisa, considerando que a gente vai... existe a possibilidade de a gente fazer aquisição mais no final do ano ou no início do ano que vem, a gente precisa já prever esse

orçamento para o ano que vem. É um valor pequeno, mas é necessário para a gente já fazer essa previsão. [Pode passar para a próxima ação, por gentileza.] Ação 4.025, gente, é o valor específico do cofinanciamento do Centro-Dia de Referência de Belo Horizonte, R\$ 20 mil por mês, então total de 240 mil. [Pode passar.] A 4.429, que é a média complexidade, nós temos cofinanciamentos que já estão pactuados e temos... Aqui a gente está falando só dos valores de manutenção em um primeiro momento, tá, gente? Temos os cofinanciamentos já pactuados e temos também a manutenção do CREAS regional, né, da PSE aqui no estado... executada pelo estado de Minas Gerais. Então, nós... [Vai para a primeira página, por gentileza. Sofia, da PSE média complexidade. É isso.] Aí tem aqui os valores necessários para os cofinanciamentos, que são as 17 referências técnicas, cofinanciamento de CREAS municipais, que são 101 CREAS atuais, isso aí com a Fonte 71, e temos uma previsão de Fonte 56, que é o cofinanciamento de 24 CREAS municipais, porque desses 101, 24 recebem uma parte de estado e parte Governo Federal. Temos a manutenção dos CREAS regionais com colaboradores MGS e estagiários, tem a previsão aí tanto da parte que é paga com postos de serviço administrativo MGS com Fonte 71 e também da Fonte 56, temos despesas de viagens tanto previsto com Fonte 71 como Fonte 56 para manutenção das... são ações de viagens da própria PSE mesmo, né, da... tem seguro... para manutenção dos CREAS, tem seguro veicular dos veículos que estão nos CREAS, materiais de escritórios, rede IP e multisserviços, reprografia, energia elétrica, água e esgoto, IPTU, computadores, materiais de limpeza, servidor hiperconvergente, licença Microsoft, locação de veículos, abastecimento da frota... Todos esses valores que são... todos os valores que estão... todas as previsões de manutenção dos CREAS, de utilização da PSE estão previstos aqui, nessa... são... as despesas fixas e aquisições da PSE estão nesse grupinho aqui, tanto de Fonte 71, 10 e 56. Por que tem Fonte 10 aqui, gente? Porque existe agora o... Como é que chama o AVG, gente? Como é que é o nome? **Sofia, Sedese:** Almoxarifado Virtual de Minas Gerais. **Roberta, Sedese:** Almoxarifado Virtual de Minas Gerais. Já existem materiais... é uma facilitação para aquisição de materiais de escritório. A gente já... já foi... não precisa mais fazer licitação, que é um grande ganho, porque antigamente ficava muito tempo sem a gente conseguir fazer licitação para esses itens, só que esses itens... esse almoxarifado virtual para aquisição de materiais de escritório, ele é executado em uma modalidade que a gente precisa descentralizar recursos para a SEPLAG, para poder fazer a aquisição. Então, como a gente teria? A gente não teria como descentralizar nem Fonte 71, nem Fonte 56, né, porque a Fonte 66 precisa ser executada dentro do nosso... do FEAS, do fundo. Então a gente foi indicado... pela SEPLAG para a gente fazer a previsão do material de escritório com Fonte 10, tá? É por isso que tem esse valor previsto aí. [Pode passar, por gentileza.] É uma orientação para adequação técnica, para viabilizar a execução. Na proteção especial de alta complexidade, temos aí, gente, um município de acolhimento institucional de adultos e famílias migrantes

previstos, o cofinanciamento às 16 Famílias Acolhedoras. [Pode passar, Sofia.] As 13 residências inclusivas. Previmos também um cofinanciamento das vagas de acolhimento do PPCAAM e parceria PCDs (Casa Lar e outras), que são os nossos... os egressos da extinta Febem, que estão previstos aí, que já tem as parcerias realizadas com as unidades, com as entidades, aí é execução direta do estado. [Pode passar.] Piso Mineiro de Assistência Social, valor de R\$ 5,00 por família, mínimo de repasse R\$ 5 mil, é o valor atual, R\$ 130 milhões previstos... Isso aí, gente, esses valores, esse grupo inicial aí é para manutenção do que está previsto hoje. [Pode passar.] Gestão da Política Estadual de Assistência Social também prevista manutenção da SUBAS com a Fonte 71, postos de serviços administrativos e estagiários, Fonte 56, postos de serviços administrativos, manutenção de despesas de viagens também com... tanto de Fonte 71 como Fonte 56. [Pode passar, Sofia.] Temos ainda aqui as despesas fixas e aquisições, anuidade FONCEAS, contratos de manutenção evolutiva de SIGCON, que são todas as alterações de prestação de... do sistema, que é um volume grande de recursos, e também a gente tem feito grandes mudanças, também, no sistema, com a desenvolvimento de toda a parte do modo de prestação de contas, início do desenvolvimento de módulo de monitoramento, tudo previsto aí, e a manutenção dos planos de serviços, né? Serviços de informática, seguro veicular, manutenção veicular, locação de veículo e abastecimento de combustível. Recurso estadual de Fonte 10 de materiais de escritório, mesma lógica lá por causa do almoxarifado virtual, tem que ser com Fonte 10, recurso federal de degravação de reuniões da CIB, licença do pacote Adobe Creative Cloud, hospedagem de servidores e servidores hiperconvergentes... Então aí são as despesas de manutenção, despesas fixas e aquisições. [Pode passar, Sofia.] Fortalecimento do controle social do SUAS: serviço de reprografia, degravação de plenárias, materiais de limpeza. Então, essa parte é mais de despesas contratuais e aquisições para manutenção do CEAS. Aí tem tanto Fonte 71, temos Fonte 10 também, materiais de escritório, que é lá no AVG, que é no almoxarifado virtual, o recurso federal também tem vales-refeições para os conselheiros civis de Belo Horizonte, que já tem a contratação atual, né? [Pode passar, por gentileza.] Temos a manutenção de colaboradores MGS e estagiários também na Secretaria Executiva, despesas de viagens com transporte rodoviário, transporte urbano e passagem aérea. [Pode passar, Sofia.] Então todas as despesas estão lá já previstas lá no CEAS. Para educação permanente, nós temos despesas com eventos e qualificações, tanto de Fonte 71 como de Fonte 56, né, já prevendo aí o contrato de eventos, que atualmente a gente executa as capacitações, os lanches, organização de estrutura também das capacitações que são pactuadas no PEEP, instituição de ensino para ministração de cursos, taxa de inscrições em eventos, contratos de eventos e desenvolvimento de sistema de capacitação, que também está previsto aí, atualização do SISCAP, manutenção da... a manutenção com despesas de viagem também, diárias, transporte rodoviário, transporte urbano, passagem aérea para

capacitações, para as qualificações; diárias, transporte rodoviário, transporte urbano e passagem aérea também em Fonte 56, então tem o total aí da educação permanente. E a gente tem uma... [Volta aí, Sofia.] Aqui, gente, a gente só destacou as receitas previstas na LDO, mas eu acho que eu já falei no início que depende de sinalização e regularização do FNAS, tá? Então só um ponto de atenção aqui, que os recursos da Fonte 56 a gente tem uma previsão da proteção social especial de média complexidade, aí tem... Todos os valores aqui, gente, a gente previu uma execução de... em torno de R\$ 3,5 milhões de Fonte 56, que está baseado mais ou menos na expectativa de receita efetiva, sabe, da Fonte 56. Tem lá uma previsão na LOA de mais R\$ 2 milhões do Criança Feliz. Vocês lembram que estava pactuado lá atrás, mas a gente não tem uma expectativa de quando vai receber, se vai receber? Mas a gente... como estava no plano antigo, a gente previu lá na LDO. A gente também tem 100%... a gente está prevendo 100% de recebimento da-- **Sofia, Sedese:** Da PSE. **Roberta, Sedese:** não está sendo executado hoje, né, e ... do IGD-SUAS, que também a gente não está recebendo, né? Então é só um alerta aqui. Mas a gente já fez essa... a gente já... isso já é de praxe, né? A gente executa Fonte 56 de acordo com a receita efetivamente arrecadada, né? O orçamento só pode ser executado de acordo com a receita efetivamente arrecadada, mas eu acho que isso já está bem alinhado com vocês também. [Pode passar.] Propostas da LOA 2026, gente. Então o quê? Até ali são os valores... [Você podia até pôr aquela tela do consolidado, Sofia, que eu pedi para você criar hoje, agora. Só da manutenção.] Aí, gente, aqui... Isso aí com recursos estaduais, tá, gente? Até então nós temos aqui quais são os valores que a gente precisa para manter o carro andando, que é o que eu apresentei até agora. Só R\$ 165.850.370,90. Essa foi a projeção que nós fizemos para manutenção. [Agora volta lá de novo, Sofia, para a gente falar das propostas de ampliação, tá?] Então, assim como nós fizemos o ano passado, nós apresentamos o que a gente precisava para manter e algumas propostas adicionais de ampliação, né? Então, para ampliação foi previsto o quê? Cofinanciamento estadual para os CREAS municipais, que é a ampliação de 68 CREAS, que está estimado em 8,16 milhões anual. [Pode passar, por favor.] E o Piso Mineiro, a gente fez uma projeção, gente, já passando para... atualizando a base do CadÚnico para janeiro de 2025 e colocando R\$ 6,00 por família, mais 6 mil como mínimo. Acho que... aí com uma diferença em relação ao valor atual, o impacto financeiro de R\$ 20.972.184,00. Então, essas são as duas propostas de ampliação que a gente está priorizando, né, lá. E aí o consolidado final... [Pode passar para a próxima página, Sofia.] Aí seria esses dois valores ali... [Volta, volta para a página anterior.] Que seriam esses valores aqui da proposta de 2026, né, de ampliação, 8 milhões mais 20 milhões. [Passa para a próxima agora, Sofia, por gentileza.] Aí aqui, gente, a gente tem um consolidado por ação com o total dos recursos previstos, com o total proposto de recursos estaduais de 194.983.554,90. De recursos federais e de outros recursos previstos, que são federais, né? Nós temos 8.691.958,00, que é o que, gente? A

Fonte 56 cheia, com todas as previsões, 100% PSE, tudo, que na LOA a gente precisa estimar, porque se acontecesse o que nós te estimamos, o que nós queremos, que a gente receba todos os recursos que estão estimados, a gente tem como acobertar a LOA, tá? Então, essa aí é a previsão de... é a proposta orçamentária para o ano que vem, e a distribuição. com a distribuição de recursos. [Volta para a tela anterior, Sofia.] E aí, focado, gente, especialmente nos limites estaduais, a distribuição dos recursos com 165 milhões para a gente manter as atividades, né, e aí existe a possibilidade de a gente ter o... A gente fez a proposta, mas a gente não sabe se a gente vai ter o ok para ampliação ou não, mas a gente... A proposta de distribuição dos recursos é essa que está apresentada aqui, né, que é para gente manter e com algumas possibilidades de ampliação. [Pode passar, Sofia.] Tem mais alguma página? Obrigada. Obrigada, gente. **Marcelo, OAB:** Obrigado, Roberta. Como caminhou a comissão? **Ester, Sedese:** A comissão... Tem a súmula aí, Stéfany? Porque houve essa discussão de a gente estar aprovando uma proposta de lei orçamentária sem os limites fixados ainda pelo governo, né? Então, foi aprovado o encaminhamento de um ofício para o grupo coordenador do FEM solicitando os 194 milhões, né, que são as propostas de manutenção mais a ampliação dos recursos que a gente precisa. **Marcelo, OAB:** Ok. Obrigado. Jennifer. **Jennifer, Psind:** Pessoal, então, o ofício, né, a gente concordou que é um pontapé inicial para que a gente possa fazer essa disputa por orçamento, principalmente do FEM, dentro do grupo coordenador. Nós tivemos um adiamento da última reunião, então ainda não foi agendado. Então, eu peço que a gente possa discutir se essa proposta de ofício que foi construída conjuntamente e que a gente possa deliberar pela aprovação e encaminhamento, né, ao grupo coordenador, onde a gente vai estar na próxima reunião fazendo essa disputa pelo orçamento apenas do FEM, né, então a Fonte 71. Não inclui outros orçamentos que a gente visa aí fazer incidência política principalmente, né? A gente tem ainda todo um bom caminho pela frente, nós... acho que a gente precisa se organizar enquanto sociedade civil, ir atrás dos nossos parlamentares, já tem alguns encaminhamentos aí que a gente está pensando em fazer, algumas discussões. Então, o que a gente fala sobre esses 194 mil é de tentar esse recurso na Fonte 71, que é o mínimo necessário. Porém, eu vou pedir para que a gente possa também adiar essa discussão. Por quê? Realmente, Roberta, a gente fez uma reconstrução aqui, e realmente a gente... na extraordinária nós discutimos realmente um valor mínimo necessário, só que naquela época, no ano passado, a gente teve tempo de discussão com a sociedade civil, teve tempo também de fazer uma incidência, né, e de estarmos mais atentos enquanto grupo aí, e também sociedade civil ampliada, para fazer a discussão, para poder encaminhar com essa pauta, né, da forma como foi. Hoje nós não estamos, nesse momento. Então talvez até mesmo pela forma como a gente tinha se perdido na informação, eu acho que a gente não ainda não chegou no ponto de estar parado para continuar essa discussão nesse momento, né? Também temos pauta de muita

gente aqui. Tivemos... conseguimos fazer um diálogo, na verdade, só dentro de um grupo de WhatsApp, não conseguimos fazer reunião com a sociedade civil após a apresentação que nos foi feita na Comissão de Orçamento. Eu acho que a gente ainda não está pronto para falar... para encaminhar com a aprovação da LOA, da proposta da LOA, da forma como foi feito ano passado. Pode ser que a gente marque, acho que vai ter que ser uma extraordinária, para falar sobre isso, mas eu acho que nesse momento não estamos nesse ponto ainda. A sociedade civil não está completamente ciente dessa discussão, e nós não conseguimos fazer a nossa reunião que a gente sempre faz. Então, eu peço para que a gente possa realmente adiar esse ponto de pauta mesmo, até pela importância que tem essa pauta para a gente, para todos nós.

Marcelo, OAB: Muito obrigado. Patricia. **Patrícia, Feapaes:** Patricia, FEAPAES. Roberta, eu não sei se tinha mais dois slides para apresentar. **Marcelo, OAB:** Está fechado o som. **Marcelo, OAB:** Patricia? Patricia, ficou mudo. **Patrícia, Feapaes::** Ai, meu computador parou. Que ele fala da proposta que vai. **Marcelo, OAB:** Volta novamente sua fala, Patricia. **Patrícia, Feapaes:** E aí coloca alguns valores que seriam os mínimos, né? Então acho que devia apresentar isso. Você parou em uma tabela que ainda... para 2026 ainda estava em branco. Eu acho que se a gente apresentar outra tabela, a gente pode discutir melhor, porque tem alguns valores mínimos. A Jennifer colocou bem que a gente fez um ofício, igual a Ester colocou, em cima do recurso do FEM, mas tem outros recursos também. [Sofia, abaixa mais.] **Roberta, Sedese:** estão ocultos, porque a gente simplificou só para a gente dar conta aqui, por causa do tempo, tá, Patricia? **Patrícia, Feapaes:** Ah, tá. **Roberta, Sedese:** [Mostra todos que estão ocultos, porque aí a Patricia consegue identificar. **Patrícia, Feapaes:** É essa tabela aí. **Roberta, Sedese:** Que a gente trouxe... Só para esclarecer aqui, porque a gente trouxe na Comissão de Orçamento a discussão do FEM também, né, assim, de valores percentuais alocados no FEM, tudo, que era muito uma conversa para preparar o pessoal da Comissão de Orçamento, que está lá no grupo gestor do FEM, tudo. Então, essa discussão também foi feita. Então a gente tentou simplificar aqui para a gente conseguir passar por tudo. Era esse aí **Patrícia, Feapaes:** Era. **Roberta, Sedese:** Isso. Obrigada, Patricia. **Marcelo, OAB:** Alguém mais vai manifestar? **Sofia, Sedese:** Quer que explique esse quadro aqui? Porque, assim, a gente está tratando de LOA no sentido de distribuição por ação dos nossos recursos. Esse quadro é mais um comparativo da manutenção de despesas do que está... o crédito autorizado, né, para execução que a gente está fazendo nesse exercício vigente, lembrando do grande volume de recursos das conferências, e qual é a proposta para 2026. Então, assim, é outra abordagem, outro estudo, outra proposta isso aqui. O que a gente está discutindo mesmo seria os parâmetros de divisão de todos esses recursos por ação. Aí se alguém tiver alguma dúvida sobre qual é a expectativa de recurso geral, aí é o que está sendo apresentado na tela agora. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Eu, eu fiquei na dúvida. É porque no fortalecimento do controle social eu vi que deu

uma diminuição dos valores, e na educação permanente também, do SUAS, equiparando 2025 a 2026. Eu queria entender isso melhor. E eu vi também que quando vocês apresentaram, tirando esse slide agora, por último que foi apresentado, vocês não apresentaram a Fonte 56. Eu também não entendi o porquê. Porque parece que o recurso de 2025 da educação permanente e do fortalecimento do controle social se daria através dessa fonte. E vocês também não falaram sobre o PROFORT, porque eu não sei como que vai ser a gestão de vocês sobre isso, porque eu sei que ele vai ter 640 milhões. Esse dinheiro vai passar pelo estado? Como é que se daria isso? Eu também queria entender isso melhor.

Roberta, Sedese: Acho que todo mundo podia falar e depois a gente apresenta toda... posiciona tudo, ou vocês querem que a gente já vai fazendo essas pontuações, que eu tenho respostas da Jennifer, da Lais?

Marcelo, OAB: Roberta, não tem ninguém inscrito por enquanto. Se você quiser

Roberta, Sedese: Ah, então vamos. Primeiro aqui, né, em relação à Lais, acho que a gente pode trazer aqui... Quando a gente foi fazendo... mostrando descrição de ação por ação, foi apresentando tanto Fonte 56 como Fonte 71. [A gente pode voltar aqui, mostra as... que são as ações que geraram dúvida na Lais, a ação da educação permanente, Sofia, por favor, e também educação... a ação do controle social.] Na educação permanente, na verdade, a gente está prevendo um aumento bem considerável no valor previsto, nessa ação. A gente previu aí inclusive um valor de... para otimização de sistema, então tem valores adicionais previstos. O controle social, naturalmente, já é um ano que vai ter um valor de aporte menor mesmo, porque não é ano de conferência, né? Então, é o valor da manutenção já, mas, assim, em ano de conferência a gente já sabe que a gente precisa ter um aporte específico para execução de conferências. Já em relação ao PROFORT, é um programa... esse valor do PROFORT, Lais, ele é do Governo Federal e vai passar direto para os municípios. O que nós vamos receber aqui no estado são também recursos que vêm direto do acordo para a gente, e aí a gente está dividindo... vai dividir... A gente ainda não tem os parâmetros de distribuição desses recursos ao longo do tempo, nem os valores totalmente fechados. A gente sabe que no anexo... Aí eu... na hora que eu estava falando do PPAG, eu falei: A gente tem valor previsto em dois anexos lá no acordo: Anexo 7 e Anexo 12 do acordo de reparação do Rio Doce, que é... da barragem do Fundão, que é o seguinte: o Anexo 7 a gente está prevendo a... colocando... A gente não sabe quanto é que a gente vai receber no ano que vem, porque o acordo, ele tem 20 anos de duração. A gente não sabe ainda o cronograma de desembolso, mas a gente sabe que nesses 20 anos vão vir 32 milhões para o FEAS, está lá no Anexo 7, para gestão, para fortalecimento do SUAS e tudo. Não sabemos como isso vai ser distribuído ainda. A gente já colocou janela orçamentária para receber esses recursos a partir do ano que vem. Lá... em relação a... E aí também previmos para o Anexo 12, que é específico para os 38 municípios, uma ação orçamentária onde a gente ainda está como janela orçamentária, a gente não sabe quanto é que vai ser previsto. Foi

alocado no FEAS esse ano um valor de 34 milhões, mas ele não está pactuado, a gente não sabe como é que pode ser destinado, tudo, a gente vai precisar discutir isso, né, de como é que vai implementar isso no decorrer dos anos. Provavelmente, esse orçamento aí de Fonte 80... a gente ainda não tem pactuada a forma de distribuição, mas a gente... se for para os 38 municípios, a gente vai a partir do ano que vem alocar isso na ação específica. Para o ano que vem a gente ainda não recebeu limite, quanto é que vai ser. A gente ainda não sabe como é que vai ser executada... vai ser distribuída a Fonte 80, tá? Aí se o pessoal... se a Mariana ou a Gabi tiver alguma coisa para adicionar em relação a essa informação... Mas é uma projeção mesmo, que a gente ainda não tem a distribuição disso no decorrer do tempo. Mas, como a gente disse, a gente vai pactuar com a CIB, né, o que for para os 38 municípios, vai ser pactuado com CIB, CEAS a distribuição desses recursos. **Gabriele, Sedese:** Roberta, só acrescentar, e aí ... quanto ao recurso estadual, é o que a Roberta falou, a gente precisa pactuar no CIB, deliberar no CEAS para alocar. Quanto ao ... Rio Doce, que aí a gente vai direto, aí na participação da CIB e do CNAS não foi previsto recurso para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Então, não, não passa nenhum recurso PROFORT direto para o CEAS. Esse recurso vai direto para os 38 municípios. O estado vai ter esse papel mais de apoio, acompanhamento, sem receber recurso, Lais. **Roberta, Sedese:** É isso mesmo. Ah, já em relação à questão das discussões, gente, nós fizemos com a Comissão de Orçamento a apresentação da LOA, especificamente da LOA, no dia 11 de agosto. Foi o dia que eu retornei de férias. A gente fez essa discussão na Comissão de Orçamento, né, nove dias atrás, e a gente... né, naquele contexto, a gente dirimiu as dúvidas todas que foram apresentadas. E aí, gente, eu só queria tentar aqui, voltar aqui para uma situação, que é a seguinte, que é o que acontece todos os anos, a gente já conversou aqui até longamente sobre os prazos mesmo, né, a dinâmica do estado, como é que se dá essa distribuição de prazos, a gente vai ter um momento em que o limite do estado vai ser definido, e a gente imediatamente costuma ter dois dias para incluir a distribuição desse limite dentro do sistema, tá? Por isso que a gente acha importante a gente trazer essa discussão aqui para o CEAS, e o CEAS... e a gente precisa colocar/ o limite, né, gente? Assim, inexoravelmente, o limite vai ser incluído... precisa ser incluído para ser enviado para a Assembleia, sabe? Agora, a gente precisa... Então a gente está trazendo, assim, qual é uma... proposta da distribuição desses recursos. Nós não temos como fazer muitas alterações depois desse... ou talvez... assim, só por meio de emenda substitutiva. Aí não vai partir do Executivo as alterações disso depois desse prazo. Acho que o pessoal da SEPLAG pode corrigir, acrescentar, se estiver aqui presente o Thomás, sei lá, como é que é esse fluxo. Por isso, gente, assim, que a gente está aqui apresentando e discutindo os parâmetros para manutenção da SUBAS, mantendo as ações que são hoje, a gente está trazendo aqui de forma detalhada, se precisar a gente detalha mais, mas a gente pede para a gente tentar aqui avançar um pouquinho, não simplesmente ...

mas a gente tentar avançar um pouquinho para a gente seguir minha sugestão e a gente fazer nos moldes que foram ano passado, que é o quê? A gente está discutindo parâmetro, distribuição do recurso, né, a gente já discutiu isso na Comissão de Orçamento, essa discussão já estava... esse material já estava detalhado. Então, se a gente puder caminhar com isso para a gente poder ter tranquilidade, o CEAS, né, para a gente poder incluir no sistema com a discussão, e com a concordância, né, e de acordo com o que está sendo discutido no CEAS, a gente já acha que é o mais adequado, né? E a gente já teve esse cuidado no ano passado de não aprovar... de aprovar com parâmetros. A gente pode fazer... Minha sugestão é a gente seguir a mesma lógica. **Marcelo, OAB:** Obrigado. Jennifer, depois Sofia. Está fechado seu som. Jennifer, aí. **Jennifer, Psind:** Só uma ... É que teve uma coisa que a Roberta falou que eu ia pegar no ponto. E aí agora fugiu. Mas é o seguinte: como eu falei, assim, ano passado, recordando, lembro que a gente realmente aprovou com o mínimo, né, que foi um consenso entre nós, mas nós... Eu volto a solicitar que a gente possa fazer alguns dias, ter alguns dias para discussão ampliada com a sociedade civil. Nem toda sociedade civil está ciente. Nós não conseguimos fazer uma reunião ainda com a sociedade civil, não conseguimos fazer a reunião... não tivemos tempo para levar essa proposta para a frente. Então, assim, aprovar como é que vai ser a distribuição nas metas físicas é uma coisa. Agora, a gente falar de um mínimo necessário, que não foi como foi ano passado... Ano passado a gente falou sobre o mínimo necessário, mas nós fizemos essa discussão ampliada com a sociedade civil, com quem está aí na mobilização há muito tempo. E esse ano nós não fizemos. (interrupção no áudio) o que eu ia falar. Na primeira reunião do 11, nós estávamos discutindo e discutindo em cima desses valores, mas a reunião foi para nos qualificar em uma disputa dentro do grupo coordenador do Fundo de Erradicação da Miséria. Então, nós... pelo menos eu, né, pode ser que o Matheus tenha entendido de outra forma e os outros... as outras pessoas da sociedade civil, não estava entendendo que era o mínimo necessário que aprovaríamos para a LOA também. Para mim era o mínimo necessário para o nosso debate dentro do assunto de... dentro do grupo coordenador do Fundo de Erradicação da Miséria. Então houve também essa... talvez uma dificuldade aí de a gente entender do que estávamos tratando, que seria de a nossa aprovação aqui, dos valores que iriam para a Assembleia. Não foi isso que eu entendi na nossa primeira reunião do dia 11. Então, por isso eu não chamei as reuniões que a gente julga necessário para fazer essa discussão ampliada. Novamente solícito, né, que a gente possa ter uns dias aí para que a gente possa tramitar, né, com a discussão dentro da sociedade civil. Tanto dentro do CEAS quanto ampliada com os nossos pares. **Marcelo, OAB:** Obrigado. Sofia. **Sofia, Sedese:** Pessoal, eu acho que é só reforçando, eu entendo que pode ter tido - Sofia, SEDESE, né? - essa questão do entendimento sobre a proposta do dia 11, o que foi... por que a gente antecipou a reunião e tudo. No final da reunião, realmente a gente fez a sugestão de criação do ofício para encaminhamento ao

grupo gestor do FEM. mas era... a pauta em si era proposta da LOA 2026 mesmo. E lembrando que, assim, apesar de precisarem de algum tempo para talvez levar isso para a sociedade civil e tudo, quando a gente está discutindo parâmetros, a gente vai ter... esse aqui é o que a gente vai ter o tempo hábil realmente, esse é o momento que a gente vai ter o tempo hábil para fazer o lançamento do orçamento no sistema. Posteriormente, se tiver alguma necessidade de alteração, a gente tem um plano de aplicação no ano que vem, toda a pactuação passa pela CIB e pelo CEAS. Então, assim, eu acho que em termos de mais factível mesmo de atender os nossos prazos e também internos, aqui do governo, e ainda assim cumprir com essa parte de o controle social poder ter a sua opinião nos parâmetros da distribuição dos recursos, agora seria o momento mesmo. **Marcelo, OAB:** Solimar. **Solimar, Seplag:** Bom dia a todos e a todas. Não, é só para reiterar realmente a fala da Roberta e da Sofia, porque é o seguinte: existem prazos a serem... que são definidos enquanto SEPLAG, enquanto órgão central responsável pelo orçamento do estado inteiro, e o tempo que a SEDESE vai ter para fazer esse detalhamento no sistema ... E não é só para SEPLAG, não é só para SEDESE; são todos os órgãos. Porque nesse momento ele fica... internamente está fazendo a distribuição do bolo, considerando todos os órgãos, todas as necessidades, então a estimativa da receita, a estimativa das despesas. Então, a partir desse momento é que define os limites para os órgãos. Se... a SEDESE não tem governança sobre esse prazo, é um prazo interno que é estabelecido pela SEPLAG juntamente com o COFIN, que é deliberado para todos os órgãos. Então, é só para reiterar a importância da validação desses critérios. O ano passado a gente... pelo que a Roberta e a Sofia apresentaram, aqui trouxe todas... trouxeram todas as ações previstas, os valores de manutenção, propostas de ampliação dos valores. Do ano passado a gente validou essa apresentação e foi satisfatório, foi... que a gente conseguiu colocar no sistema, inclusive a gente conseguiu ampliar os valores. Então é só mesmo para reiterar a fala, portanto, da Roberta e da Sofia que a SEDESE não tem governança sobre esse prazo, tá? Então essa questão solicitada pela Jennifer de mais prazo, a próxima reunião da plenária do CEAS já vai ter passado o prazo, porque inclusive até 30 de setembro tem que estar na Assembleia, só que internamente, a SEPLAG precisa do mês de setembro para fazer rodar de todo o estado, fazer os ajustes. Então, o prazo é muito exíguo mesmo. É só isso. **Patrícia, Feapaes:** Eu fiquei com uma dúvida agora. **Marcelo, OAB:** Jennifer. **Patrícia, Feapaes:** Ah, desculpa. **Marcelo, OAB:** Só um instante. Nós temos... a Jennifer está inscrita, depois Ester e depois... por enquanto. **Jennifer, Psind:** Então, pessoal, assim, vocês estão falando de aprovação de parâmetros, e aí eu entendo duas coisas: eu entendo que existe uma distribuição que é qualitativa, que é as nossas metas físicas, que a gente está concordando, e existe uma questão, que são os valores previstos para 2026. Aí normalmente a gente aprova valores, que vem aí uma proposta da SEPLAG, a gente aprova os recursos, e aí vai para Assembleia. Nós estaremos aprovando um valor mínimo, né, como fizemos ano

passado, só que ano passado tivemos tempo de discussão. Esse ano não temos tempo de discussão, então vou... estaria apenas na mão... estaria aqui a gente aprovando o valor de 194 milhões e enviando, né, dentro desse valor, sem ampla discussão, sem a gente levar para os nossos pares, sem a gente estar preparado para poder fazer essa discussão. Não concordo com isso. Aí tem uma outra coisa: vocês falam de prazos, prazos, prazos, mas nós não podemos ter um prazo mínimo para discussão entre nós. Nós não tivemos reunião da sociedade civil de segunda-feira para cá. Eu acho bem complicado a gente falar de respeito quando a gente está... né? Estou aqui falando uma coisa óbvia. A gente sempre leva para a sociedade civil e temos uma discussão ampliada. Inclusive, quem está aqui na titularidade e vai votar, a gente nunca vota sem antes fazer uma discussão na sociedade civil e alinhar sobre essa votação. Então, eu acho muito problemático o que está acontecendo aqui hoje. Além disso, vocês falam de prazos, mas não apresentam os prazos. Os prazos então que a gente segue são somente da SEDESE... da SEPLAG, né? Tem prazo para todo mundo, mas a gente não pode pedir prazo. Então, eu acho bem complicado isso. Eu acho que a gente precisa de ter o mínimo de cautela aí. Uma coisa é a gente falar, ah, os parâmetros da questão qualitativa. Em relação a valores, eu novamente peço, assim, que a gente tenha esse cuidado e possamos ... extraordinária que tenha tempo para que a gente possa levar aos pares. **Marcelo, OAB:** Obrigado. E Ester. Patricia depois, né, Patricia? **Ester, Sedese:** É. Eu queria reforçar, os conselheiros, a importância da manifestação do CEAS em relação à proposta apresentada, porque, veja, na minha avaliação, é uma proposta que não traz... eu não vou dizer nenhuma novidade, mas praticamente nenhuma novidade. Nós estamos tratando de... a manutenção de um financiamento... Alguém abriu o microfone aí? Associação... **Marcelo, OAB:** Associação ABV Associação ABV, fecha... Aí! Obrigado. **Ester, Sedese:** Ah, obrigada. É porque deu uma ressonância aqui, aí até atrapalha o raciocínio. Mas a gente está tratando de uma proposta, né, que ela trata de serviços continuados. Quer dizer, eu... na minha avaliação, pode acontecer? Pode. Mas eu não tenho uma expectativa de que para além do mínimo nós teremos cortes, né? Nós estamos... Não acho provável que a gente vá deixar de cumprir os cofinanciamentos de serviços socioassistenciais já aprovados, já referendados por esse conselho e que já estão em execução. Então a gente tem... O que a gente está propondo de ampliação não é nem de uma nova política, né? É de ampliação no valor do Piso, de ampliação de cofinanciamento de CREAS. Então, essa discussão a gente já vem fazendo no conselho é o tempo todo. Ela está presente. Não tem ausência de debate em relação à execução da política, né? E eu acho muito importante a manifestação do CEAS até para garantir essa continuidade de que ele é favorável a esse orçamento, porque imagina se vier a menor o limite orçamentário, eu acho que a gente tem um campo maior de argumento a nosso favor. **Marcelo, OAB:** Obrigado. Patricia. **Patrícia, Feapaes:** Bom, eu fiquei com uma dúvida em uma questão, porque quando a gente faz o ofício para o FEM, a gente coloca o

valor de 194 milhões, e isso faz consideração em cima da nova proposta da LOA. Se a gente não está aprovando a proposta agora da LOA, como é que a gente vai fazer esse ofício referendando 194 milhões? Porque teoricamente ele está no 169 milhões. E aí, eu entendo que a gente precisa melhorar em relação aos fluxos para que a gente possa receber isso como antecipação e fazer todos os trâmites para que a gente tenha tempo de fazer uma discussão mais ampla, mas pelo que eu estou entendendo da apresentação, eu faço até parte da Comissão de Orçamento, a gente não está tendo nem o impacto, muito pelo contrário, negativo. A gente está tendo até ampliação de recursos. E eu fico preocupada de a gente não dar um aceite e a gente não garantir a ampliação do recurso para o CREAS, ampliação do recurso do Piso Mineiro, porque a gente está ampliando, né? A Roberta colocou aí que para a proposta da LOA agora já tem uma ampliação de 20 milhões. Então, eu fico com receio de a gente não garantir essa ampliação. E a minha preocupação é de a gente não conseguir reunir de qualquer forma e o 'trem' for para revelia. Então, eu entendo que essa apresentação que foi feita já nos garante o mínimo necessário, né? Então, é isso. **Roberta, Sedese:** Eu queria só complementar a Patricia. Eu queria pedir desculpa, se eu pudesse aqui. **Marcelo, OAB:** Roberta. **Roberta, Sedese:** Só para fazer um **Marcelo, OAB:** Roberta. **Roberta, Sedese:** Roberta, SEDESE. Pode falar, gente? **Marcelo, OAB:** Fique à vontade. É você a próxima mesmo. **Roberta, Sedese:** Obrigada, viu? Eu queria... né, baseado nessa fala da Ester e da Patricia, acho que isso é bem importante, acho que é isso mesmo. E aí, gente, a proposta, ela está baseada no seguinte parâmetro: qual é a proposta que a gente está apresentando aqui para a LOA? Precisamos de 165,8 milhões e pouco para manter, tá? Este é o mínimo necessário. Para ampliar, priorizaremos CREAS e Piso Mineiro, chegando a R\$ 94 milhões nessa proposta inicial de ampliação. Então, o quê? Eu acho que é: se vier 165 milhões, precisamos saber o seguinte: Olha, podemos dividir isso aí para manter o que existe hoje. Vamos garantir o que existe hoje. Está ok? Estão todos de acordo, ou não, o CEAS tem uma proposta de mudar alguma coisa que já está pactuada hoje, os cofinanciamentos continuados? Eu acredito que não, né, porque a gente já tem tido essa discussão. Para ampliar, se vier um dinheiro adicional, que não está garantido nos mesmos termos do ano passado, nós apresentamos o quê? Mínimo para manutenção. É o 175. Caso venha um valor... Nós temos que pressionar o FEM, a gente tem que mandar... eu concordo de mandar ofício com 124, mas o quê? Temos que garantir o mínimo aqui para manutenção. Se vier 165 milhões, nós vamos priorizar a manutenção. Se vier o... vindo o adicional, nós vamos priorizar Piso e CREAS. Essas são as nossas prioridades aqui definidas. E aí, né, nessa proposta até os R\$ 124 milhões. Então, o que a gente tem... então a gente precisa desses parâmetros para dividir... distribuir no mínimo, gente, 165,8 milhões e pouco que a gente previu como limite básico, né? Vindo a ampliação, vamos priorizar esses combinados que já estão sendo discutidos, como a Patricia disse aqui, o Piso, o CREAS, né? Eu acho que esses dois

cenários aí, eles são importantes de a gente ter clareza deles para a gente ter segurança já para a gente poder fazer... caminhar com as discussões. E eu concordo com a Patricia que a gente... que vocês, né, que o CEAS, já aprovando, já trabalhando nesses parâmetros, tem mais força para discussão, para negociação também, e a gente ganha mais força nesse contexto. **Marcelo, OAB:** O Matheus estava inscrito. Não sei se ele saiu, mas enquanto ele pensa, Lais. **Laís, CMAS de Ipatinga:** Eu estou é confusa, porque até antes desse último slide que a Patricia solicitou que fosse apresentado eu tinha entendido que a proposta que a gente teria para 2026 seria de 194 milhões. Só que com o último slide, parece que é 203 milhões e alguma coisa. Qual é a proposta efetiva que a gente tem para 2026? **Ester, Sedese:** Eu entendo que é os 160 e poucos milhões para manutenção dos cofinanciamentos. **Roberta, Sedese:** Posso responder, gente? Seria a... [Se você puder apresentar, Sofia, aquela... essa... exatamente esse slide aí.] Isso aí, gente, a gente está falando de recurso estadual. Adicionalmente a isso... Aí só para esclarecer, vai ter os valores lá de Fonte 56, Fonte 5, 6, que são aqueles do recurso federal. Na LOA vem o bolão todo, tá? Então, além do recurso estadual, né, que é o que a gente está discutindo aqui grandemente, né, de forma mais consistente, tem o recurso da Fonte 56, que são todos os repasses do Governo Federal para a gente, do FNAS, e eventuais emendas parlamentares federais que possam vir também, tá? Esse aí é o contexto dos valores adicionais que a gente está prevendo na LOA, que está baseado na LDO. Na LDO, o valor que a gente definir... que vai vir mais 8 milhões lá previstos de Fonte 56, e a gente vai executar de acordo com o que a gente arrecadar, tá? Para recursos estaduais... [Volta para a tela...] Está vendo que está aqui, recursos estimados, que são de Fonte 56, Fontes 5 e 6. [Volta aqui, fazendo o favor, nesse aqui.] Recursos estaduais para a gente, assim, o mínimo para a gente manter são os 165 milhões. Proposta de priorização para 2026, de ampliação para a gente priorizar em caso de aprovação de ampliação, são esses 29 milhões aí. Então o quê? O mínimo que a gente precisa, que é o grosso que a gente trouxe aqui para distribuição, são 65.850.000,00, tá? E a gente vai lutar pela ampliação priorizando esses critérios aí. **Marcelo, OAB:** Ok. Jennifer. **Jennifer, Psind:** Então, o que eu estou entendendo da resposta da Roberta é que esta é a proposta oficial do governo para ir para a LOA 2026, o valor de 194 milhões, e não é mínima, mas a proposta oficial do governo para aprovação do CEAS. **Roberta, Sedese:** Nossa proposta oficial são 165.850.000,00, que é o mínimo para a manutenção, e em caso de aporte adicional de recursos, priorizar Piso e priorizar ampliação de CREAS. Aí, gente, é o mesmo modelo que a gente seguiu ano passado. **Marcelo, OAB:** Ok, Jennifer? Você está... você baixou a mão, Jennifer? Por favor. É Patricia. **Patrícia, Feapaes:** Ô Roberta... Patricia, FEAPAES. Roberta, aí eu fiquei na dúvida. Não seria o do 194 milhões? **Roberta, Sedese:** Patricia, a gente fez essa discussão do 194 porque, assim, a gente não tem o limite, tá? Nós fizemos... os 194 são 165 milhões, que é o básico para a gente sobreviver mais as ampliações, tá? Então é isso. Aí

o quê? Para a gente... o mínimo para a gente conseguir distribuir e sobreviver são 165 milhões. Na hora de vocês fazerem... quando... A proposta de ofício, eu acho que tem que ter... né, vocês já vão... a proposta já é colocar o mínimo mais as ampliações priorizadas, sabe, para ele(F), mas o quê? Quando a gente está apresentando aqui,, a gente fala assim: A nossa proposta oficial, o mínimo para a gente manter é o valor do... para... Assim, é o valor... a nossa proposta oficial é o valor de manutenção das propostas ... e... só que a gente já quer trazer aqui também propostas prioritárias para... A priorização, para o nosso entendimento, deve ser feita para... deve ser alocado recurso em CREAS, em Piso, de acordo com essas propostas apresentadas aqui, 68 mais os 20 milhões, de acordo com aquele cenário, que é aquela lógica de a gente já conseguir trazer cenários para vocês que vocês consigam vislumbrar, né, que foi inclusive uma solicitação do próprio Conselho Estadual de Assistência Social para a gente já conseguir ver alguns cenários adicionais para além daquilo que é a manutenção simples, né? Está então aqui. Mas entendam que a nossa proposta oficial é: precisamos de mínimo de 165.850.000,00 para manter o que a gente tem hoje, e priorizando essas... em caso de ampliação essas prioridades aí. **Gabriele, Sedese:** Marcelo, você está 'mutado'. **Marcelo, OAB:** Ok, gente. Eu quero compreender e agradecer a compreensão de todos, mas nós já estamos com prazo já ultrapassado. Mas, de qualquer forma, é muito importante o debate. Nós temos a inscrição da Patricia e da Jennifer. E nós vamos encerrar na Jennifer, tá? E aí a gente faz os encaminhamentos. Se alguém... fica à vontade, Patricia. **Patrícia, Feapaes:** Patricia, FEAPAES. É porque eu acreditava que a gente já iria colocar o valor que a gente necessita, e caso não conseguisse é que a gente iria fazer o corte nas demandas. Porque, de certa forma, o conselho já fez a aprovação de aumento do Piso Mineiro e dos CREAS, e a gente precisaria desse recurso. Então, eu achei que a gente faria a aprovação já contando com o quantitativo maior, e se não conseguisse o valor maior, a gente fazia uma readequação das rubricas, que nesse caso ficaria... teria uma redução justamente na Fonte 71, porque corre o risco de a gente ter um recurso menor justamente nessa Fonte 71. **Marcelo, OAB:** Ok. Jennifer, e aí a gente pega as respostas da Roberta. **Jennifer, Psind:** É, novamente, eu acho que é tudo muito confuso difuso aí. Até então estava se falando de um valor mínimo de 194 milhões, que era o que a gente precisava aí para manutenção, agora já... a gente já tem uma proposta oficial, que até então não tinha sido mencionado isso, de um valor de 165 milhões. Então eu, assim, estando nessa disputa por orçamento, eu acho que a gente precisa deliberar sobre o ofício para a disputa mínima dentro do grupo coordenador do (interrupção no áudio), porém, nós ... precisamos levar para os nossos pares da sociedade civil ... da sociedade civil no CEAS, porque nós não tivemos esse tempo para essa discussão, tanto que todas as... o que a gente está discutindo aqui evidencia muito bem isso. Nós não estamos preparados, enquanto sociedade civil, para poder fazer essa discussão nesse momento, e nós precisamos também levar aos nossos pares, a quem representamos nesse

conselho. Diante disso, eu peço que a gente possa caminhar, né, com consenso para poder a gente adiar essa pauta e fazer uma extraordinária o mais rápido possível para deliberar sobre esse ponto. E se não, eu quero pedir vistas para poder a gente estar analisando sobre esse ponto de pauta, as questões que a gente ainda tem de dúvidas a respeito. **Marcelo, OAB:** Roberta, quer responder? **Patrícia, Feapaes:** Ah, eu queria, sim. É só para esclarecer aqui, gente, porque, assim, em relação às outras fontes, que são as previsões lá cheias do Governo Federal, são 8 milhões e pouco. Eu até coloquei aqui no chat. Então, o quê? Proposta mínima... assim, para manutenção, né, a gente fez uma proposta de distribuição dos recursos para manutenção das ações, 165 milhões... Deixa eu até acompanhar aqui, que está aqui no chat. São 165... para esclarecer a proposta aqui, são R\$ 165.850.370,90 mais R\$ 8.691.958,00, que é Fonte 56 mais Fontes 5 e 6 para distribuir. Então daria um total de R\$ 174.542.398,90 na LOA, cheio, né, somando as fontes, e para o incremento seriam mais R\$ 29.132.184,00, priorizando Piso e CREAS. Aí, neste contexto, de a gente ter o ok do incremento, a proposta de R\$ 203.684.513,00, tá? Então... que apresentando a proposta, só acho que... É só para deixar claro que a gente tem um contexto. Liberou o limite no básico para manutenção, a gente precisaria de ter o ok para a gente distribuir do jeito que está. Liberou o incremento, a gente teria que ter o ok para a gente já priorizar essas duas ações aqui. Aí é isso que a gente precisa, né, de ter o ok de vocês, se a gente pode distribuir da forma... mantendo as ações continuadas que a gente já pactuou hoje, né, que aí é isso que a gente pede aqui. E aí no caso, gente, de ter uma outra reunião, uma extraordinária, pedir para que isso seja ainda essa semana para que a gente possa... se for essa a decisão, para que a gente tenha tempo hábil de incorporar as mudanças mesmo. **Marcelo, OAB:** Ok. Agradeço então a contribuição de todos. **Marcelo, OAB.** Nós temos essa solicitação que foi apresentada pela Jennifer. E, de fato, a sociedade civil não reuniu para poder discutir sobre isso. Então, eu pergunto aos conselheiros, de forma que a gente possa consensualizar, de nós fazermos uma... e aí, logicamente, com o acordo de todos, nós fazermos uma reunião extraordinária semana que vem para podermos definir de forma definitiva essa resolução, né, de aprovarmos a... da forma como foi o ano passado, que a gente definiu mesmo os parâmetros e ficou... foi algo que foi realmente muito interessante e que atendeu tanto ao CEAS quanto à SEDESE. Então, eu pergunto aos conselheiros se teremos dificuldades para podermos... atendendo essa questão que foi apresentada pela Jennifer, de que a sociedade civil não se reuniu para poder discutir sobre isso, trazermos na próxima plenária, uma plenária extraordinária, para este fim. Alguém tem posição contrária a esta proposta? Se tiver, por favor, se manifeste. “O prazo previsto...”. A Roberta escreveu aqui: “O prazo previsto para inclusão do sistema seria depois de amanhã, conforme cronograma inicial apresentado pela SEPLAG”. **Jennifer, Psind:** Eu não entendi essa questão do prazo. Se a SEPLAG não disponibilizou os limites, não nos foram ... os valores, como é que tem esse prazo para

inserção, sabe? Então, alguma informação está me faltando para poder completar esse quebra-cabeça. Eu realmente já tenho um prazo, mas não foram disponibilizadas as informações necessárias para essa inserção, ou me faltou o entendimento do porquê que... assim, esses valores foram apresentados pela SEPLAG ou não? Mas então a SEPLAG está (interrupção no áudio) no prazo, porém sem apresentar as informações necessárias? Como é que é isso? **Marcelo, OAB:** Eu quero entender que... Marcelo, OAB. Eu quero entender que da forma como foi escrito aqui pela Roberta, o prazo inicial de inclusão seria depois de amanhã, né? Talvez a gente tenha prazo ainda para podermos fazer essa reunião da sociedade civil, e aí uma extraordinária para este fim. Próximo inscrito. **Roberta, Sedese:** Posso? **Marcelo, OAB:** Ah, pois não, Roberta. **Roberta, Sedese:** É a Sofia. Pode falar, Sofia. Que até o início da reunião a gente não tinha... né, assim, a gente não tinha essa informação. A gente já... isso não é uma novidade, eu já informei isso algumas vezes, especialmente na Comissão de Orçamento, que o quê? Que no momento... a gente já faz a proposta de distribuição, né, dos parâmetros, a gente faz esses estudos iniciais porque na hora que chega o prazo... o limite, gente, é o prazo de a gente enfiar no sistema para todas as outras atividades e fica lá incluindo informação de sistema. Então, realmente o prazo, né, a despeito dessa... eles informam ... já teve situação que nós tivemos um dia ou um dia e meio para incluir informações de sistema dentro do... após a definição do limite, e isso eu já tinha avisado para... anteriormente, acho que eu já tenho avisado isso, que a partir do momento que eles definem o limite, o nosso prazo é de operacionalizar mesmo essa inclusão dentro de sistema, tá? E aí, gente, aqui... eu estou falando isso aqui, eu não estou fazendo defesa ou... vocês desculpem, né? Eu só estou relatando fatos aqui, tá, gente? Eu estou... sem juízo de valores aqui, eu só estou informando como é que funcionam mesmo os prazos dentro do estado, assim, né? Infelizmente, assim, é... Mas eu acho que é importante vocês terem ciência. **Marcelo, OAB:** Jennifer. **Jennifer, Psind:** Eu reforço meu pedido de vista, e aí eu acho que o prazo que o Marcelo deu entra dentro da questão regimental também. para que a gente possa fazer uma extraordinária na semana que vem. **Marcelo, OAB:** Então novamente eu pergunto aos conselheiros se temos alguma dificuldade... Marcelo, OAB. Se temos algum consenso para que a gente possa fazer. **Marcelo, OAB:** Sim. Elder. **Elder, Sedese:** Só lembrar que semana que vem tem duas pré-conferências, uma na terça e uma na quinta. Aí tem que lembrar desses casos do deslocamento das pessoas para escolher essa data. **Marcelo, OAB:** É, nós temos que saber quais os conselheiros que irão nessas duas, né, que é Juiz de Fora e..., gente, alguém está com o microfone aberto aí. Poliana. **Poliana, Secretaria, executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. É só para informar quem vai estar nas conferências, nas pré-conferências. **Marcelo, OAB:** Pois não. **Poliana, Secretaria, executiva:** Dia 28/8, Muriaé: Sandra, Matheus, Andrezza. João Paulo também vai estar. Patos de Minas: Jennifer, o Leon, a Macielle, a Mayra. Juiz de Fora: Sandra, Matheus,

Andrezza, João Paulo também vai estar presente. Só para informar... E também tem a questão do calendário do processo eleitoral, né, que a gente está em acompanhamento dele aí para... só para reforçar essa lembrança também das demandas do processo eleitoral.

Marcelo, OAB: É. Praticamente os conselheiros estarão em viagem semana que vem, é isso que você está dizendo, né, Poliana? É isso? **Poliana, Secretaria, executiva::** Exatamente. E lembrando que viaja um dia antes, né, assim, da data da pré-conferência.

Jennifer, Psind: Então eu proponho que seja na quarta-feira, né, na parte da manhã, ou na sexta-feira, também na parte da manhã. É um ponto de pauta só, então eu acredito que seja **Marcelo,**

OAB: Ester. Ester, Sedese: É, eu quero me manifestar, Marcelo, porque entendo o pedido de vista. Agora, eu acho que o Conselho Estadual, ele tem um papel importante de afirmar a manutenção de todas as conquistas que já foram realizadas até agora. A gente vem conquistando, né, pouco a pouco, a ampliação do nosso orçamento, e hoje essa proposta da manutenção, ela... para mim ela é importante. Acho que a gente deve se manifestar pela manutenção e buscar ampliação, né? E por que a manifestação da manutenção é importante? Porque a gente ganha força para não haver retrocessos. Então, é nesse sentido que eu acho que...

volto a afirmar a importância do posicionamento do Conselho Estadual. E uma reunião semana que vem, dado prazo oficial de cronograma, **Marcelo, OAB: Elder. Elder, Sedese:**

Gente, só uma questão de ordem, né? Já foi pedido vista, o pedido de vista tem que ser votado, e ele interrompe a discussão se ele for aprovado. E na hora de retornar para o pedido de vista, a pessoa que pediu tem que trazer um relatório, tem que mandar um relatório para a Secretaria Executiva com os pontos que foram analisados pela matéria. Só porque a gente está falando que pede vista, não pede, mas tem que votar a vista, sim. **Marcelo, OAB: Elder,**

eu entendo perfeitamente o que você apresenta, mas eu estou tentando, em um primeiro momento, esse consenso, porque se não chegarmos a um consenso, nós vamos ter que ir para a questão das vistas, e aí eu peço à Secretaria Executiva para verificar.-Para verificar no Regimento Interno como é que se dará a questão das vistas. **Marcelo, OAB: Jennifer.**

Jennifer, você está inscrita. **Jennifer, Psind:** Então, pedido de vista, gente, a não ser que a gente tenha errado no nosso regimento, o pedido de vista, ele é automático, ele não tem votação, né? Se há um pedido de vista aí, ele precisa ser cumprido. **Marcelo, OAB: Eu**

peço... Marcelo, OAB. Eu peço à Poliana, à Secretaria Executiva, que verifique no Regimento interno essa questão, por favor. **Poliana, Secretaria Executiva:** Estou verificando. Só um momento. **Marcelo, OAB: Pois não. Elder. Está fechado, Elder. Jennifer, Psind: Ele adia.**

Elder, Sedese: Eu vou conferir. Eu estou conferindo aqui também a questão da vista. Pode passar para o próximo. **Marcelo, OAB:** Não tem ninguém inscrito. Ah, o... Elder, não tem mais ninguém inscrito. Nós vamos aguardar essa questão das vistas. Mas ainda eu insisto na possibilidade de chegarmos ao consenso. Se não for possível, e considerando o regimento,

se for pela votação, a gente abre o processo de votação. Se for como Jennifer está dizendo,

que é automático, aí... Pois não, Poliana. **Poliana, Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. O regimento, ele aponta no art. 60, o § 1º. “§ 1º: O pedido de vistas poderá ser apresentado exclusivamente por conselheiro e/ou conselheira titular ou conselheiro e/ou conselheira em condição de titularidade, ou comissão temática nos momentos da aprovação da Ordem do Dia ou no momento da discussão da matéria. § 2º: As matérias discutidas em regime de urgência não são passíveis de pedido de vistas”. **Marcelo, OAB:** E a questão da votação? **Jennifer, Psind:** É porque quando a gente foi falar sobre essa discussão, nós olhamos o pedido de vista, como é que é determinado... é em outros regimentos. E é isso, assim. A Macielle até pesquisou aqui ... COGEMAS, fizeram uma pesquisa rápida, que ele não tem votação, né? Como é um pedido para poder verificar uma questão sobre a pauta, ele já é automático. **Marcelo, OAB:** Poliana... Elder já falou, Poliana. João Paulo. **João Paulo, Sedese:** Não, é só para... É porque a Poliana, ela... João Paulo, SEDESE. Desculpa. É porque a Poliana leu o parágrafo, mas é no caput que está escrito... fala que a discussão poderá ser adiada até a próxima sessão plenária ordinária por pedido de vistas aprovado pela maioria simples do colegiado. Então tem que votar e tem que ter a maioria simples. Aí sai de pauta até a próxima plenária ordinária ou por alguma extraordinária, que aí é isso, aí é igual o Elder falou, de acordo com o regimento, o pedido de vista encerra-se... para-se a discussão, que eu entendo que é o que a Jennifer está fazendo dentro do seu direito como conselheira, enfim, né? A partir da manifestação do pedido de vista, para-se a discussão e vota-se o pedido de vistas. Ele foi aprovado, sai de pauta para uma próxima plenária, seja ordinária... Aí tem que ser na próxima ordinária ou uma extraordinária convocada previamente. E aí o conselheiro que pediu vistas, ele traz essa manifestação, esse relatório do porquê, né, que aí, no caso, entendo eu, pelo que a Jennifer colocou, é para um reexame da matéria, aí tem lá nos incisos falando quais são os motivos de pedir vistas, e eu entendo que aqui é um reexame da matéria, se... como eu disse, a Jennifer já esclareceu, né, que precisa detalhar um pouco melhor, discutir um pouco melhor, enfim, ela trouxe os argumentos. Então acho que é isso, é votar o pedido de vistas. Ele sendo aprovado, sai de pauta automaticamente e volta para essa próxima plenária. **Marcelo, OAB:** Elder. **Elder, Sedese:** Era só isso, Marcelo. Eu tinha certeza absoluta que a vista tinha que ser votada, mas aí o João já achou, que eu tinha achado aqui também. **Marcelo, OAB:** Ok. Jennifer... Marcelo, OAB. Jennifer, você mantém o pedido de vistas? **Jennifer, sedese:** Eu mantenho o pedido de vistas, mas eu reforço: se a gente fez isso no regimento, está errado, equivocado. Pedido de vista, ele não demanda votação. Ele é uma ferramenta para interrupção da discussão. **Marcelo, OAB:** Tá. Eu agradeço, Jennifer, mas nós temos que seguir o regimento. De repente, em uma próxima... em um próximo momento, que se faça a alteração então. Mas neste momento nós vamos colocar em votação o pedido de vistas, e aí eu peço então à Poliana que faça o chamado. **Poliana, Secretaria Executiva:** Só um momento. Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais,

PSIND, Jennifer Danielle Souza Santos. **Elder, Sedese:** Só uma questão de ordem, gente. Eu acho que o pedido de vista, ele não é votação nominal, não. É só um pedido de vista. A pauta orçamentária que é votação nominal. Acho que pode fazer a votação só **Marcelo, OAB:** Muito obrigado, Elder. Então nós vamos ter que seguir por um caminho. Aqueles que forem favoráveis ao pedido de vista, que levantem a palma para a gente poder contar aqui, saber quantos votos são favoráveis. Então, em processo de votação. Os favoráveis ao pedido de vista levantem a palma. Temos aqui... quem foi que votou? Foi Patricia, um, Jennifer, dois, Lais, três, Elder, quatro, Matheus, cinco, ACACOM(F), seis, Mayra, sete, Anna, oito... Eu votei também. Por que não está aparecendo aqui? Marcelo, nove. Nove favoráveis ao pedido--

Mayra, Apae-BH: Você contou o Luizão? Contou, né? **Marcelo, OAB:** Está aqui, ó. Patricia, Jennifer, Lais... **João Paulo, Sedese:** Marcelo. **Marcelo, OAB:** Oi? Matheus **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Eu acho que não precisa nem contar, Marcelo. **Marcelo, OAB:** Pois não. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Aqui do lado já fica registrado no chat. Eu acho que, assim, é só para a gente organizar, até porque está sendo gravado, explicar em regime de votação, dar um tempo para o pessoal e pede para levantar a mão, e aí depois só registra aqui na lateral, porque fala quantas mãos levantadas, para a gente já ter o número somado, entendeu? E aí dá um tempo para o pessoal. E esclarecer também que só vota quem é titular ou quem está em condição de titularidade. Pelo que eu vi aqui, acho que todos são, mas aí só para reforçar isso também, porque senão aí os suplentes... Igual eu, eu estou como suplente, eu não vou levantar a mão porque eu não estou em votação. Aí só para a gente fazer essa conferência, se todo mundo que votou é titular mesmo, mas eu acho que o número já sai aqui registrado. É só como sugestão mesmo. **Marcelo, OAB:** Ok. Desculpa a ignorância aqui, mas é porque eu não tenho muita habilidade aí com essa... como você, viu, João Paulo? Mas está assim: nós temos oito votos que foram pela manutenção, pela manutenção das vistas. Por que caiu para sete? É porque toda hora que eu falo gente, ela cai, viu, mas são oito. Nove. **João Paulo, Sedese:** Marcelo. **Marcelo, OAB:** Oi. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Novamente, é porque eu acho que é isso, o pessoal levantou e abaixou. Eu acho que... minha sugestão é fazer o regime de votação novamente, aí dá um tempo para o pessoal se manifestar e mantém a mão levantada. Aí a gente... aí você finaliza com o número que tem e aí passa para o... quem é contrário, abstenções, enfim, daquele jeito. Eu acho que o pessoal aqui está baixando porque acha que já acabou a votação, entendeu? **Marcelo, OAB:** Não é, não. Toda hora que eu falo, cai. Então, em regime de votação. Por favor, mantenham com... levantado. Mãos levantadas. Dez mãos levantadas. Está marcado aqui. Muito obrigado. Podem abaixar. Contrários? Mãos levantadas, contrários. Jennifer **João Paulo, Sedese:** Marcelo. Marcelo, João **Marcelo, OAB:** Oi. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Novamente, eu acho que é bom esperar um tempo, que é isso, aí quem votou a favor no primeiro ainda não abaixou. **Marcelo, OAB:** Ah! **João Paulo,**

Sedese: Espera zerar as mãos levantadas e faz de novo, para não... Porque senão a própria... a Jennifer está como voto aqui também do contrário. Não faz sentido, entendeu?

Marcelo, OAB: Tá. O Elder. Elder? **Elder, Sedese:** Não, eu sou a favor. Desculpa. **Marcelo, OAB:** você é a favor. A Anna também foi a favor em um primeiro momento. Vai manter? **João Paulo, Sedese:** Isso, é. **Anna, Seapa:** Por favor, . Desculpa. **João Paulo, Sedese:** É isso que eu falei. Aí falta **Marcelo, OAB:** Então você abaixa, por favor. **João Paulo, Sedese:** É, falta a Anna... a Anna abaixa, a Lyzi abaixa, e aí você entra no regime de votação para quem é contrário. **Marcelo, OAB:** Isso. **João Paulo, Sedese:** Isso. Pronto. **Marcelo, OAB:** Ok. Então nós tivemos dez votos a favor. Contrários ao pedido de vista? Ok? Todos votaram? Quatro votos contrários. Podem abaixar. Ainda temos Lyzi e Nelma. Podem abaixar, por favor, vocês duas. Nelma. Ok. Abstenção? Ester. Uma abstenção. Pode abaixar. Então está aprovado o pedido de vista. Considerando a aprovação desse pedido de vista, nós precisamos de definir a nossa plenária extraordinária, que tem que ocorrer o mais rápido possível. Quem pediu vistas foi Jennifer, que sugeriu quarta ou sexta-feira. Diante do que foi apresentado pela SEDESE, esse tempo, que é corrido, que nós temos, eu vou sugerir, e aí, se todos estiverem de acordo, de nós fazermos uma plenária na quarta-feira, na quarta-feira na parte da manhã. Todos estão de acordo? Se estiverem de acordo, o silêncio vai pressupor que... Pois não, Patricia. **Patrícia, Feapeas:** Não, eu achei que era para levantar a mão. De acordo, Marcelo. **Marcelo, OAB:** Não. Não é, não. Essas coisas a gente vai ter que aprender a trabalhar desse jeito. É porque eu perguntei se-- **João Paulo, Sedese:** Marcelo. **Marcelo, OAB:** Oi? Pois não, João. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. É, não, no meu caso é um comentário mesmo. E, assim, uma sugestão, que você está sugerindo a quarta, e a própria Jennifer... se eu não me engano, a Poli falou que ela está em... na conferência de Patos. E ela estando na conferência, ela não vai poder participar. Acho que a participação dela é fundamental, até pela questão da vista, enfim. **Marcelo, OAB:** Com certeza. Com certeza. É, porque **João Paulo, Sedese:** Então eu acho que quarta não dá. Eu tenho que só conferir se é ela, porque pelo que eu ouvi a Poli colocando, eu sei que eu vou estar, a Andrezza, Sandra e o Matheus em Muriaé e Juiz de Fora, e tem uma equipe que vai para Patos, que é justamente quarta-feira a conferência. **Jennifer, Psind:** João Paulo, deixa eu evidenciar aqui. O que acontece? A Sandra, ela não vai conseguir ir com vocês. Então, a gente fez essa troca, e aí inclusive eu fiquei de colocar lá no grupo hoje a informação, porque como já tem dois representantes de trabalhadores na de Patos, outras duas, que é a Macielle e a Lais, aí nós acordamos de eu ir em Muriaé e Juiz de Fora. Então eu vou estar em conferência na terça e na quinta. Então a de Patos eu não vou estar mais, tá? Por isso que eu coloquei quarta e sexta pela manhã, né, que aí garante a titularidade aí, a minha, e a gente tenta se organizar para ter... ou, né, no caso da Lais, que ela é titular, a gente vê como é que a gente faz para suprir e colocar alguém para poder assumir a titularidade. Mas a gente tenta

se organizar aí. Se for sexta-feira, eu acho que fica talvez melhor, porque aí a gente não vai precisar fazer isso. Na sexta-feira a gente pode viajar só fora desse horário da parte da manhã. **Marcelo, OAB:** É, a associação está inscrita aí. Associação ABVAS. **Altair, Abvas:** Meus queridos, é que quarta-feira eu vou estar em viagem. A semana que vem eu vou estar, toda, em viagem. Eu não tenho condições de participar de reunião. Só para deixar isso. **Marcelo, OAB:** Ok. Roberta. **Roberta, Sedese:** Roberta, SEDESE. **Marcelo, OAB:** por favor. ABVAS, desliga, por favor. Ah, pois não. Roberta. **Roberta, Sedese:** É só para entender que a sexta seria esta? Porque se for essa sexta, estaria até inclusive de acordo com o cronograma do sistema lá da SEPLAG, tá? Seria... se fosse essa semana ainda, a gente conseguiria vencer a questão do sistema. Mas é só porque eu não... Mas aí vocês desculpem a... **Marcelo, OAB:** É, seria na próxima sexta.-**Roberta, Sedese:** Ah, é, aí já está fora do prazo do sistema. **Marcelo, OAB:** Por isso que eu disse quarta-feira, Roberta. **Roberta, Sedese:** É que ainda assim está fora do sistema. **Marcelo, OAB:** Fora do sistema, mas está mais próximo da entrada, né, e aí talvez não causaria tanto problema aí para vocês. Posso... podemos combinar para quarta-feira então, às 9h? Ok? Não tendo então ninguém contrário, está marcada a nossa reunião extraordinária para quarta-feira, às 9h. Ok? Nós temos ainda mais um ponto de pauta. **Roberta, Sedese:** Emenda do Lincoln Portela. Gente, isso aqui... a gente teve a aprovação *ad referendum* da emenda do Lincoln Portela, um valor de 1 milhão... da... foi por meio do Governo Federal, do fundo a fundo, né, do... Era SIGTV ainda à época quando a gente fez a programação. Nós estamos fazendo uma proposta, a partir da publicação da Portaria 1.044, de redistribuição dos itens das unidades, dos valores. Estavam valores previstos para quatro CREAS e tudo. Então, é só uma atualização dos itens e das unidades beneficiadas. É um valor de investimento, tá, GND4, é só para aquisição, eles estavam... estava indicado 250 mil para cada CREAS utilizado para aquisição de bens permanentes para equipar as unidades do SUAS estadual, que abrangia os quatro CREAS. [Aí pode passar, Sofia.] O que estava previsto... Esse aí são os valores previstos. Estava previsto... Cada uma das unidades tinha essa distribuição: *notebook*, cadeira, arquivo, televisão, mesa, veículo utilitário com carga mínima de mil quilos tipo picape. [Aí pode passar, Sofia.] Qual é a proposta de alteração? Seria uma readequação para isso, com a... foi... Tem um entendimento, gente, de a... apesar de a gente estar em uma etapa de transição, né, o meu entendimento inclusive da Portaria 1.044 é que a gente nem precisaria submeter ao Fundo Nacional a planilha de itens novamente, mas o Fundo Nacional está entendendo que a gente precisaria, sim, de submeter ao Fundo Nacional a planilha de itens novamente. Então, se eles estão entendendo isso, se uma parte da equipe lá está entendendo isso, nós vamos submeter. Então a gente precisa da aprovação do CEAS para a gente submeter para o Fundo Nacional essa proposta de alteração dos itens. A partir da Portaria 1.044, a gente entende que a gente poderia contemplar também as unidades de gestão e controle social. Então, teria itens

previstos para o CEAS e também para a gestão da SUBAS. Então teria micro-ondas, suporte de televisão, geladeira, bebedouro, televisão LED para o CEAS, outros itens que... especial, né, e uma lista de itens que a especial também fez um levantamento junto com os CREAS estaduais mais detalhado. Foi muito corrido no ano passado, acho que vocês lembram que a gente teve tipo um dia para ver o dinheiro, a gente tinha um dia para aprovar, né, Marcelo, e a equipe... e o pessoal que já estava... o pessoal da Mesa Diretora acompanhou, que foi tudo muito corrido ano passado, então aí a gente fez um levantamento mais detalhado. Então, são micro-ondas, sala de projeção, suporte... Está aí a lista dos itens para atender os CREAS. [Pode passar, Sofia.] Tem também itens para educação permanente, que são materiais para gravação, né, para produção de vídeos, que são itens que a gente precisa para educação permanente. Tem também itens para SUBAS, para gestão mesmo, né, que estão previstos aí como... suporte de televisão, televisão, tablet, *notebook* e veículo utilitário para atender essas demandas da gestão, que a gente conseguiria fazer o atendimento mais urgente da SUBAS e também do controle social, que a gente tem tido essa demanda muito recorrente, né, gente, de a gente ter passado aperto. Então, seria um veículo para cada CREAS mais um para atender BH aqui, né, esse contexto de gestão. [Pode passar, por favor.] E aí é isso, gente. Então, seria essa proposta de alteração dos itens para essa listagem aí. Tem um modelo. A gente pegou o modelo, gente. A gente não tem acesso à estrutura SUAS, a equipe que só... a secretária. A gente não vai fazer isso pela estrutura SUAS. Pelo que a gente entendeu, pela consulta que a Sofia fez para o Fundo Nacional, a gente tem um modelo de declaração que precisaria ser assinada pelo CEAS. A gente mandou a proposta de modelo de declaração também para o CEAS já para adiantar, né? A gente pegou o mesmo modelo dos moldes das anteriores, com o mínimo previsto para alteração, e enviamos também no processo SEI para vocês, tá? Então é isso, gente. Seria mesmo essa adequação dos itens aí, já incluindo essas outras unidades, né, e essas outras demandas da educação permanente, de gestão do CEAS, além dos CREAS. **Marcelo, OAB:** Obrigado, Roberta. Como é que a Comissão do Orçamento se posiciona? **Ester, Sedese:** Essa pauta não foi discutida na Comissão de Orçamento, não, Marcelo. **Marcelo, OAB:** Ah, não foi, não? Ok. Alguém... algum conselheiro quer manifestar sobre o assunto? Associação ABVAS. ABVAS. Acho que ele deixou... ele deixou ligado aí desde o último posicionamento dele. É o Altair, né? Bom, a resolução... temos que fazer a resolução? Poliana? **Stefany, Poliana, Secretaria, executiva:** Estou compartilhando ela aqui, tá? **Marcelo, OAB:** Resolução CEAS, 20 de agosto... Eu não coloquei em votação ainda, se todos estão de acordo, mas eu já estou lendo a resolução, e aí a gente coloca em votação. Resolução CEAS, 20 de agosto de 2025. “Aprova os ajustes da unidade beneficiária especificada no programa SIGTV, o número está aqui, relativo à emenda parlamentar federal destinada ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), de autoria do deputado Lincoln Portela”. [Pode abaixar.] Passando os considerandos. “Art. 1º: Aprovar os

ajustes das unidades beneficiárias e itens especificados na Programação SIGTV nº 310000020240001, relativo à emenda parlamentar destinada... a emenda federal destinada ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), de autoria do deputado Lincoln Portela, instruída no Processo SEI 14080.01.0016514/2024-95. Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 20 de agosto de 2025". Assina o presidente. Estamos em condições de votar? Roberta, está inscrita? **Roberta, Sedese:** Roberta, SEDESE. Só uma observação, uma sugestão de alterar aí: "Aprovar os ajustes de itens e unidades beneficiárias". **Marcelo, OAB:** Aprovar os ajustes e itens, né, ou de itens? **Roberta, Sedese:** De itens e unidades beneficiárias. **Marcelo, OAB:** Está correto aí, Roberta? **Roberta, Sedese:** É, é porque a gente está alterando os itens que estão previstos **Sofia, Sedese:** Mas já tem "itens" ali, ó: "unidades beneficiárias e itens especificados". **Marcelo, OAB:** E itens. **Roberta, Sedese:** Ah! Desculpa, gente. Perdão. **Marcelo, OAB:** É, logo depois de "unidades". **Roberta, Sedese:** Perdão. **Sofia, Sedese:** Na declaração também está com esse texto. **Marcelo, OAB:** Os conselheiros favoráveis à aprovação... A Roberta quer manifestar antes da aprovação... da votação? **Roberta, Sedese:** Não, é só porque eu tive dúvida, porque eu tinha focado lá no caput, lá em cima. Lá que eu não sei se está adequado. Só para conferir se lá também foi ajustado. **Marcelo, OAB:** Está bem. Os conselheiros são favoráveis à aprovação **Poliana, Secretaria, Executiva:** Marcelo. **Marcelo, OAB:** Oi, Poliana. **Poliana, Secretaria, Executiva:** Marcelo, a votação é nominal, tá? **Marcelo, OAB:** Ah, pois não. Então fique à vontade. **Poliana, Secretaria, Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. **Patrícia, Feapaes:** Espera aí, rapidinho, Poliana. Patricia, FEAPAES. A Roberta fez a observação para a gente alterar no caput. "Aprova o ajuste de itens e unidades beneficiárias ajustadas". É lá em cima. **Roberta, Sedese:** Não é no art. 1º, não. É nessa descrição mesmo. **Patrícia, Feapaes:** É. **Roberta, Sedese:** Lá em cima, na descrição da resolução. **Patrícia, Feapaes:** Isso. No de preto. **Marcelo, OAB:** Ok? Então inicia o processo de votação, por favor. **Poliana, Secretaria, Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva, Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND, Jennifer Danielle Souza Santos. **Jennifer, Psind:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo, OAB:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** APAE de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo. **Mayra, Apae-Bh:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, Armi:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** ABVAS, Altair Rabelo. **Altair, Abvas:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** Federação das APAES, Patricia Pinto Valadares. **Patrícia, Feapaes:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Lais, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** CMAS de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. **Lyzi, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria,**

Executiva: Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS Uberaba. Wellington Donizete Marques de Lima, Leon. **Wellington, Fmldusuas-Uberaba:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** Movimento LGBTQIA+ de Claudio, Matheus Borges Gonçalves. **MAatheus Movimento LGBTQIA+ de Claudio:** Pela aprovação. **PPoliana, Secretaria, Executiva:** SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** SEDESE, Ester Rodrigues Espechit. **Ester, Sedese:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** SEAPA, Anna Karla Ribeiro Silva. **Anna, Seapa:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** Secretaria de Estado de Fazenda, Nelma Barbonaglia da Silva. **Nelma, SEF:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** SEPLAG, Solimar. Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** COGEMAS, Juliana Coelho. CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Poliana, Secretaria, Executiva:** CMAS de Montes Claros, Ernane Gonçalves Maciel. Nós tivemos 16 aprovações. **Marcelo, OAB:** Ok. Então, aprovada a resolução sobre a emenda parlamentar federal. O próximo ponto de pauta, por favor. **João Paulo, Sedese:** Ô, Marcelo. **Marcelo, OAB:** Oi. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Eu não sei se você está vendo aí na tela, alguém levantou a mão. Deu o barulhinho. Não sei se... **Marcelo, OAB:** Eu acho que é do Altair, que ficou ligado direto. Ele está ligado direto aqui, quando apareceu. **Graziele, Sedese:** Ei, Marcelo, fui eu que levantei a mão, mas eu achei que vocês tinham terminado as pautas. **Marcelo, OAB:** Ah, não. **Graziele, Sedese:** É porque eu tinha entendido que a Marcela falou que... que a Roberta falou que vocês tinham última pauta. **Marcelo, OAB:** Sim, mas nós temos aqui outro ponto aqui ainda. Andamento de licitação do local onde será realizada a Conferência Estadual. Posteriormente eu abro a fala para você, Grazielle. **Elder, Sedese:** Quer que eu apresente esse, gente? **Marcelo, OAB:** Pode falar. **Elder, Sedese:** Ah, a Marcela está aí. Achei que ela não estava. **Marcela, Sedese:** Olás! Eu não sei se eu estou sendo ouvida por... Vocês estão me ouvindo? É porque eu que não estou ouvindo vocês ... Só um segundo. **Marcelo, OAB:** Marcela. Você está sendo ouvida, sim. Bom dia. Boa tarde, quer dizer. **Marcela, Sedese:** Aí! Desculpa. É porque eu tive que mudar de computador, e aí o áudio está bagunçado. Não, é só que o pregão da conferência, ele foi publicado, foi publicado ontem, e aí o pregão não é só do local, né? A gente está prevendo, conforme a gente combinou no GT da conferência, que a gente manteria alguns critérios que a gente tinha feito. Ou seja, tudo vai ser... né, é o pregão da conferência inteira, da realização, da empresa que vai executar, tudo, né, almoço, jantar, e do local também. Então, o pregão vai ser realizado no dia 3 agora, dia 3 de setembro. Ele foi publicado ontem, e acho que é isso. Não sei se tem alguma outra dúvida... Ou alguma outra informação, mas é isso. A gente... O pregão então vai se realizar dia 3, e aí a partir do dia 3 a gente vai ver quem foi a empresa vencedora e vamos ter essa informação para repassar para vocês. Podem ter certeza que assim que a gente souber, tão logo a gente souber, a gente

avisa e a gente manda essa informação para vocês. **Marcelo, OAB:** Ok. Agradeço a informação. Alguém quer manifestar? Se não, vou mudar a pauta. **Anna, :** Queria saber se tem um prazo limite para fechar a empresa, como é que é. **Marcela, Sedese:** Ei, Anna, então, o dia... Então, o pregão acontecendo no dia 3, se tudo der certo, no dia 3 mesmo a gente vai ficar sabendo. Agora, pode ser que tenha algum recurso, aí tem outros prazos, que, se eu não me engano, são três dias de recurso. Pode... Aí é isso, até o julgamento do recurso pode demorar mais uns dez dias. Mas se tudo der certo, no próprio dia 3 a gente vai ficar sabendo já pelo menos a empresa vencedora, e aí a gente consegue entrar em contato com ela. Se já não for óbvio, né, a gente já consegue entrar em contato com ela a partir do dia 4 e ter essa informação formal. Mas acredito que no dia 3 mesmo a gente já tem essa informação para passar para vocês. Mas a gente dá notícias do pregão de toda forma. **Marcelo, OAB:** Ok. Obrigado. Nada mais? Próximo ponto, visitas do Cadastro Único. Foi inclusão de pauta. **Lais, Cmas de Ipatinga:** Eu que pedi essa inclusão de pauta. Por quê? Em 2024, começo do ano, a gente tinha discutido sobre visita domiciliar, que estava sendo exigido que técnico fizesse para averiguação de cadastro. Aí na época a gente discutiu. A gente tinha deliberado que a gente ia fazer um documento sobre isso, só que o documento que foi feito, ele não contempla de fato sobre as visitas domiciliares. A gente falou do PROCAD nesse documento, só que a gente não falou das visitas. E as visitas é um instrumento técnico do acompanhamento do técnico. Então, uma vez que a visita, ela é exigida pelo técnico de nível superior, fragiliza a relação do técnico com os usuários. E até o MDS, ele fala sobre o Cadastro Único, que é um documento de coleta de dados. Então não justifica um técnico ser obrigado a fazer essas visitas entendendo que é só coleta de dados. O CFESS e o CRESS também já se posicionaram, e eu queria sugerir um posicionamento mais claro do CEAS sobre isso. **Marcelo, OAB:** Ok. Em discussão. Alguém é contrário ao que foi apresentado pela Lais? Podemos aprovar, caminhar pelo processo de votação, pela aprovação de um documento que atenda esta situação apresentada pela Lais? Alguém contrário? Pelo silêncio, vou entender que está aprovada a manifestação de um documento que a gente venha... de um documento para aquilo que está sendo apresentado sobre o Cadastro Único que Lais apresenta. Ok? Muito bem. Então está aprovado. Gente, infelizmente eu vou ter que colocar uma pauta aqui urgente que apareceu, mas ela não é urgente. É porque eu esqueci mesmo de incluir essa pauta. Nós tivemos, na última reunião da Mesa Diretora... somente eu que participei, mas... eu com o pessoal... com as meninas da Secretaria Executiva, mas eu solicitei a presença de todos os membros, e aí já é um assunto que já vem sendo discutido já há algum tempo aqui no CEAS, sobre o lançamento da rede de troca de saberes, que... e chegou um convite para nós já, para a gente poder participar desta rede de troca de saberes. O Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Educação, a Assembleia Legislativa, através lá da Escola de Legislativo, mais vários outros atores estão participando com uma proposta bem interessante

de... para troca de saberes, conforme *folder* anexo. Eu até já enviei este *folder* para... lá no CEAS. É para “fortalecer e valorizar a articulação entre pessoas e instituições comprometidas com o fomento ao controle social. Neste primeiro encontro, vamos dedicar a deliberação coletiva sobre o propósito e de formato da rede, a partir de escuta ativa e outros assuntos”. Eu achei... diante do que foi apresentado pela Leice(F), que é a representante da rede de saberes, de o CEAS estar envolvido neste processo, até considerando que outros conselhos também estão envolvidos. E o lançamento dessa rede de troca de saberes vai ocorrer no dia 28 de agosto, quinta-feira, das 13h30 às 17h30, na Escola do Legislativo de Minas Gerais. É o lançamento desta rede de troca de saberes e participação e controle social de políticas públicas. E aí eles solicitam que a gente indique duas pessoas para representar o Conselho Estadual neste encontro. E aí eu preciso de saber se nós... se os conselheiros estão de acordo que a gente seja parceiro dessa rede de troca de saberes. No meu ponto de vista, é algo muito interessante. Até mesmo em diálogo com a Secretaria Executiva, que estava presente nessa reunião também, nós tivemos esse entendimento. Mas eu pergunto aos conselheiros se nós podemos caminhar no sentido de participar desta rede de troca de saberes. E em sendo positivo, que a gente indique duas pessoas para nos representar neste lançamento, que vai ocorrer no dia 28 de agosto, de 13h30 às 17h30. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, pela votação da nossa participação na rede de troca de saberes, essa parceria com a rede de troca de saberes. Favoráveis, por favor. No silêncio, eu entendo que está aprovada a nossa participação. Ok? Muito obrigado. E aí a gente precisa de indicar duas pessoas para participar. A representante, a Leice(F), que é representante da rede de saberes, ela me mandou uma mensagem agora querendo... porque era até o dia 15 que a gente pudesse informar, mas eu disse a ela que nós estávamos em plena plenária e que daqui a gente sairia com dois nomes. É dia 28, eu acho que dá em uma quinta-feira. Então, quem puder... quem se interessar, por favor, se manifeste. **Jennifer, Psind:** Marcelo **Marcelo, OAB:** Oi. **Jennifer, Psind:** Eu só quero sugerir. Já que a gente tem muita... temos muitas pessoas que não estão aqui na plenária, para que seja, assim, né, oportunidade igual a todas as pessoas, a gente podia colocar, deliberar sobre a participação, e **Marcelo, OAB:** No CEAS. **Jennifer, Psind:** no grupo do CEAS para que as pessoas se manifestem. O que vocês acham? **Marcelo, OAB:** Eu agradeço a colaboração e acato, e acho que isso vai dar mais condições de participação. Ok. Muito obrigado. Então, vencida essa pauta, agora nós temos comissões. Por favor. Comissão de Orçamento, já teve a súmula. Tem mais algo a manifestar, Comissão de Orçamento? **Jennifer, Psind:** Eu acho que nós não aprovamos o ofício, né? Não foi lido pelo menos. **Marcelo, OAB:** Ah, ok. O ofício a ser enviado para o FEM. O ofício está aberto aí? **Roberta, Sedese:** A Ester tinha caído. Acho que ela voltou. **Stefany, Secretaria Executiva:** Vou abrir o ofício aqui, tá? **Marcelo, OAB:** Ah, pois não. Pelo que eu estou vendo, é só a comissão-- **Ester, Sedese:** Consegui voltar aqui. Deu uma caída geral.

Marcelo, OAB: Ah, tá bom. **Ester, Sedese:** É o ofício? **Marcelo, OAB:** Isso. Nós vamos fazer a leitura dele aqui. **Ester, Sedese:** Tá. Tá. Posso ler, né? Ao grupo **Marcelo, OAB:** Fica à vontade. **Ester, Sedese:** “Ao grupo coordenador do FEM. Prezados, o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais (CEAS), no exercício das atribuições conferidas pela Lei 12.262/96, vem por meio deste ofício afirmar a necessidade da destinação de recursos oriundos da Fonte 71 para viabilizar o fortalecimento do cofinanciamento estadual da Política de Assistência Social. Assim, considerando a previsão orçamentária e financeira da Fonte 71 para o exercício de 2026, o CEAS verifica a necessidade de que seja previsto o valor mínimo de R\$ 194.859.954,90, distribuídos conforme tabela abaixo, por ação orçamentária, com o objetivo de garantir a continuidade das ações e ofertas já realizadas pela Política de Assistência Social atualmente”. Aí nós temos as ações, né, o valor por ação, o total proposto. “Ressaltamos que a alocação deste valor mínimo no orçamento do FEAS é fundamental para garantir a continuidade das ofertas já pactuadas com os municípios mineiros e a qualidade do serviço da rede socioassistencial em todo o estado, evitando a interrupção da oferta de serviços socioassistenciais e do atendimento às famílias, crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social que necessitam dessa política pública. Sem mais para o momento, agradecemos desde já a atenção dispensada e reiteramos nossa disposição para prestar os esclarecimentos necessários”. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado, Ester. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem pelo silêncio. Ok? Então, aprovado por unanimidade o envio deste ofício. Muito obrigado. Parece que a Comissão de Orçamento então era somente isso. As outras comissões não apresentaram nenhuma... a não ser a Comissão de Política. Por favor, verifique lá na pauta. Só a Comissão de Política tem a súmula. Comissão de Política, por favor. **Stefany, Secretaria Executiva:** Vou projetar a súmula da comissão. Da Comissão de Política nós temos a Edilene, né, que está em viagem para Barbacena. Presente aqui na reunião, nós temos a coordenadora Mayra. Quer que eu faça a leitura da súmula? **Marcelo, OAB:** Aumenta aí, por favor, se for possível. Obrigado. **Stefany, Secretaria Executiva:** Nada. **Marcelo, OAB:** Pode fazer a leitura. **Mayra, Apae-Bh:** Ei! Não, aqui. **Marcelo, OAB:** Ah, Lais? Mayra? **Mayra, Apae-Bh:** Espera aí. aqui. Só um minutinho. **Marcelo, OAB:** Ah! Pois não, Mayra. **Mayra, Apae-Bh:** Mayra, APAE BH. Não precisa apresentar a súmula, eu não vou seguir na íntegra, porque nós temos as denúncias que seguem aí como... os trâmites, né? Algumas já foram interrompidas, outras nós estamos seguindo com reuniões para poder averiguar mais as situações, encaminhamentos de ofícios, enfim. Então, estamos com sete denúncias em processo de encaminhamento. Nós temos o ponto da cartilha, que nós até já fizemos um esboço dos benefícios eventuais, mas aí veio a questão da consulta pública, e aí a gente chegou em uma conclusão de que seria melhor esperar o término da consulta pública, que, se não me engano, é agora, dia 22, até para não ter uma confusão de informações, porque aí vai

ter a consulta pública com algumas contribuições, e aí a gente... né? Então de a gente fazer uma coisa já considerando aí essa questão dos benefícios eventuais. Então estamos já com o esboço, e quando terminar a consulta pública, nós vamos ver o que foi agregado para poder apresentar uma cartilha, um esboço de cartilha, para a gente poder divulgar, que é uma ação que a gente está no nosso... né, na Comissão de Política. E a respeito do assunto da lei do SUAS, nós fizemos a orientação, que foi fazer a solicitação dos dados a respeito de como é que está o levantamento dos municípios que têm a lei do SUAS, como é que está a atualização da lei do SUAS. Nós recebemos essa semana... em razão de várias demandas, a gente não conseguiu fazer a tratativa, então a gente vai fazer a leitura, fazer uma apresentação para trazer, né, eu gostaria de pedir para que isso entrasse no ponto de pauta de setembro, essa apresentação dos dados. E aí quando a gente estava discutindo, a gente ficou um pouco na dúvida de... quando foi solicitado isso para a Comissão de Política, eu confesso que eu não busquei a Ata para poder tentar tirar essa dúvida por causa da correria mesmo, aí eu queria perguntar aqui na plenária se alguém pode esclarecer para a gente, até para depois, né? Porque eu entendo assim: a solicitação foi solicitar esses dados, a gente vai trazer os dados aqui em números, como é que vai... né, para a gente ter esse painel aqui, mas e aí? E depois? Que aí eu entendo... o depois a gente ainda vai tirar o encaminhamento, né? Porque aí depois eu entendo que às vezes a Comissão de Normas vai ter que entrar, ou a Comissão de Apoio, a gente vê um momento... né, enfim, aí a gente ainda vai ter que tirar a estratégia. É isso? Nós entendemos certo? **Marcelo, OAB:** É isso mesmo, Mayra. **Mayra, Apae-Bh** Não, então é isso, gente. **Marcelo, OAB:** A pauta de vocês era essa? **Mayra, Apae-Bh** Era. **Marcelo, OAB:** Ok. Pauta então está encerrada. Eu gostaria só de passar a palavra para a Grazielle, que está nos visitando aqui. Ela pediu manifestação. Seja bem-vinda, Grazielle. Está fechado o seu sinal. **Gabriele, Sedese:** Eu abri a câmera, achei que eu já estava... Ei, Marcelo, tudo bom? Ei, todo mundo aí. Ei, Mayra! É bom que você foi a última falar, que aí eu até falo contigo já. **Mayra, Apae-Bh:** Ei, Grazi! Está boa? **Grazielle, Sedese:** Vocês estão bons, né? Desculpa eu entrar depois. Eu tinha intenção de participar com vocês desde o início, porém a gente está em um movimento grevista aqui, então está bem complicado aqui, né? Mas aí eu também vou perguntar para a Poli se vocês receberam aqui do Conselho Municipal duas notas de repúdio que nós fizemos na Conferência Municipal, se chegou até vocês, Poli. Na verdade, são duas notas de repúdio, que são duas denúncias. Vocês receberam, Poli? Do município de Itabira. Enquanto ela olha aí, só para poder dizer, o que acontece? Nós estamos passando por algumas situações, né? Alguém... Algumas situações, né, o governo anunciou que houve queda da arrecadação, que precisou fazer um contingenciamento - a primeira questão, né, que eu vou tratar -, fazer um contingenciamento de alguns recursos, e aí alguns serviços foram fechados. A gente teve o fechamento do Centro-Dia da APAE em um primeiro momento, depois houve uma mobilização e uma

organização aqui, e aí o governo manteve o Centro-Dia. Mas, por exemplo, a casa de passagem foi cancelada, né, foi fechada, e aí a população em situação de rua, ela está... ela se encontra desassistida. E aí, mais do que desassistida, ela se encontra... A prefeitura, ela fez uma parceria, eu não entendi direito porque eu pedi algumas explicações, mas eu não tive, que fez uma parceria com uma instituição, a Cáritas. Porém, a Cáritas, ela só oferece a hospedagem e alimentação. Não tem equipe para atender, né? Então é um trabalho voluntário. Então, a gente faz a denúncia nessa nota de repúdio sobre os cortes desses recursos, e até mesmo o desvio de algumas atividades. E outra questão também é que com esses cortes, por exemplo, houve... a gente tinha uma moeda social, e aí, com isso, essa moeda social, ela foi reduzida drasticamente, mas para além disso, houve um problema, porque na legislação dessa moeda houve uma mudança, e aí ela condiciona o atendimento... o acompanhamento do PAIF e PAEFI ao receber esse benefício. E a gente entende que isso é muito grave, viu, Mayra, esse condicionamento do recebimento desse benefício ao PAIF e PAEFI, né? E aí, com isso, paralelo a isso acontecem alguns assédios, né, obrigando ao servidor que não concorda a atender dessa forma. E a outra nota de repúdio, que eu não sei se chegou, por isso que eu perguntei para a Poli se chegou aí, é que nessa conferência... O João Paulo esteve até aqui com a gente, né? Esteve aqui com a nossa... nos brindou com a presença dele, e ele pôde confirmar que a nossa conferência foi extremamente esvaziada. Não tinha... foi durante... tinha muito tempo que eu não vi uma conferência tão, tão esvaziada, né? Não tinha população, não tinha a população usuária, os trabalhadores também não estavam presentes, principalmente os trabalhadores de entidades, né, não estavam. Inclusive, os próprios conselheiros não estavam presentes. E ao longo da conferência, a gente recebeu informação de que os próprios servidores, eles foram coagidos a não participarem. Então, houve informação, informação, troca de mensagens mesmo, dizendo... por chefias falando para o servidor não participar, que não precisava da presença, já que ele não tinha sido eleito nas pré-conferências como delegados. Então, eu queria saber como é que está o andamento, se vocês receberam essas duas denúncias, né, essas duas notas de repúdio, e como é que está o andamento. **Marcelo, OAB:** Tá. Grazielle, muito obrigado aí pelas suas manifestações. Se Poliana não conseguir neste momento te dar a resposta, a gente pede um prazo e você será informada, tá? Mas é porque... Você sabe informar, Poliana? você está por aí? **Poliana, Secretaria Executiva:** Estou. Oi. Eu entrei com o FONACEAS. **Marcelo, OAB:** Pois não. **Poliana, Secretaria Executiva:** Eu até... né, eu conversei com a Gra lá em Ipatinga, ela havia me perguntado, e de fato, Gra, não chegou, não, viu? Confirmei novamente. Essa nota não chegou ainda para o e-mail do CEAS, não. **Marcelo, OAB:** Está bem. E aí então, Grazi, você busca os caminhos para chegar até a gente, né, e a gente vai dar os encaminhamentos aqui através das nossas comissões, tá? E aí-- **Grazielle, Sedese:** Obrigada, Marcelo. **Marcelo, OAB:** Nada. Um grande abraço para você. E agradecer muito a todos os companheiros,

conselheiros e conselheiras, que participaram dessa reunião. Foi uma reunião interessante, muito produtiva, né? E com certeza avançamos um pouco na hora, mas já era algo previsto. Mais alguém levantou a mão? Pois não, Poliana. **Poliana, Secretaria Executiva:** Marcelo, só para lembrar, tem um informe... no informes ainda, sobre a declaração do Flávio. **Marcelo, OAB:** Ah, sim. Desculpa, gente. O Flávio, ele fez uma... enviou para nós um e-mail, aqui para a Secretaria Executiva, de uma pesquisa que ele está fazendo, ou que ele fez... não, que ele vai fazer, né, no TCC dele a respeito dos conselhos municipais, tal, mas aí eu peço à Poliana... Poliana, informa para a gente melhor aí, que você está com o ofício. É só pedindo que a gente assine um documento, uma declaração autorizando ele a fazer essa pesquisa. É isso mesmo, Poliana? **Poliana, Secretaria Executiva:** Então, ele... na verdade, ele já fez, foi o TCC do curso de Serviço Social, e aí ele utilizou nesse TCC as informações do Censo SUAS sobre a questão dos CMAS, e aí ele teve uma aprovação total nesse TCC, e ele solicita que o CEAS produza uma declaração para que esse TCC venha a ser publicado em depois, posteriormente, um artigo, só que para isso tem a condição de uma declaração do CEAS. E aí, nessa declaração ele solicita que enfatize que ele participa, que o CEAS teve participação, através da informação de dados. Lembrando que são dados públicos, né? Então, ele... de todo modo, ele teve acesso aí por meio do Censo SUAS. E o teor da declaração é nesse sentido, ele pede que o presidente faça assinatura dessa declaração. **Marcelo, OAB:** Tudo bem, conselheiros, de a gente assinar esse documento? **Patricia, Feapaes:** Será que o Flávio não poderia fazer a apresentação desse trabalho para a gente? Isso aí não invalida a declaração, não. É só para a gente ver os resultados da pesquisa dele em relação aos CMAS. **Marcelo, OAB:** É, eu não vejo também dificuldade para isso, não, mas a gente pode pautar isso em uma próxima... na próxima plenária, né? A gente discute isso na Mesa Diretora. Ok, gente? Podemos assinar então essa declaração para ele, né? O silêncio pressupõe autorização. Tá. Então, eu agradeço a todos pela contribuição, pela participação, pelo nosso comprometimento, né, e eu... me desculpa também a minha pressa, mas a gente tem uma reunião lá em Barbacena ainda agora, antes das 15h, que eu estou saindo de Congonhas para ir para lá, para o nosso evento, né, que vai ocorrer amanhã. Desejo a todos um resto de semana muito maravilhoso. Muito obrigado. Até a próxima. Boa tarde. **Mayra, Apae-Bh:** Até. Boa tarde. **Nelma Secretaria da Fazenda:** Tchau, boa tarde. **Ester, Sedese:** boa tarde para todo mundo. Tchau. **Lyzi, Cmas de Campanha:** Boa tarde, gente. **Roberta, Sedese:** Tchau, gente.